



Criar, implementar e consolidar Unidades de Conservação na Amazônia - estratégia de preservação da biodiversidade do maior bioma do mundo, implica em desafios e barreiras proporcionais à grandeza daquela região. Para vencer esses desafios, uma ação de fundamental importância é o permanente intercâmbio de informações e experiências entre os diversos atores envolvidos no processo. É neste contexto que se insere Áreas Protegidas da Amazônia, aqui em sua segunda edição.

Esta publicação reúne trabalhos técnicos sobre a gestão de Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e também sobre o próprio programa. São trabalhos inéditos, elaborados pelos diversos profissionais ligados às UCs, contendo relatos de práticas de gestão como a criação de Unidades, elaboração e implementação de plano de manejo, fortalecimento de conselhos gestores, proteção das unidades, consolidação territorial, pesquisa, gestão compartilhada e integrada e demais temas relevantes às Unidades de Conservação.

Os trabalhos aqui publicados foram previamente submetidos ao órgão gestor responsável pela UC ao qual se refere e, posteriormente, encaminhados ao Comitê de Seleção. Este colegiado é composto por um representante das instituições parceiras: Cooperação Técnica Alemã (GTZ), WWF-Brasil e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e da Unidade de Coordenação do Programa Arpa (UCP) do Ministério do Meio Ambiente.

Esta publicação traz, de forma sistematizada, o aprendizado e os resultados de algumas das diversas frentes de trabalho conduzidas em algumas das 61 Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA. O volume que você tem em mãos contém, também, a primeira edição da revista Áreas Protegidas da Amazônia, lançada em 2007. Trata-se de um valioso patrimônio. Sua importância cresce na medida em que é compartilhado e debatido.

Anael Aymoré Jacob
Coordenador do ARPA

CONHEÇA
O ARPA

ARTIGOS

República Federativa do Brasil

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministro

Carlos Minc

Secretaria Executiva

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Maria Cecília Wey de Brito

Diretoria do Programa Nacional de Área Protegidas

João de Deus Medeiros

Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Anael Aymoré Jacob



Áreas Protegidas da Amazônia

Ministério do Meio Ambiente

Brasília - 2008

Realização

Programa Áreas Protegidas da Amazônia -ARPA e
Cooperação Técnica Alemã - GTZ

Coordenação Editorial

Danielle Calandino da Silva - MMA

Rejane Andrade - MMA

Eduardo Trazzi - MMA

Lêda Luz - GTZ

Marina Kahn - Funbio

Revisão Ortográfica

Dario Noletto

Foto capa

Zig Koch

Projeto Gráfico

Masanori Ohashy

Diagramação

João Gonçalves



avançar



ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

Início

Conheça o ARPA

Expediente



Implementação do Programa de Gestão para Resultados na Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá-taquera



Visitação Educativa e Ordenamento do Uso Público no Parque Nacional de Anavilhanas



A Renovação do Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque



Construindo a Gestão do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte, Amazonas, Brasil



CrITÉrios e Indicadores para a Criação de uma Unidade De Conservação nas Savanas de Roraima



Uma Contribuição à Elaboração de Planos de Manejo: O Aprendizado da Reserva Biológica do Lago Piratuba



Gestão Compartilhada: Lições Aprendidas com o Parque Estadual de Guajará Mirim em Rondônia



O Diagnóstico Rural Participativo como ferramenta de Gestão de UCs – Um estudo de caso na Reserva Biológica do Tapirapé – PA



O Uso do Recurso Pesqueiro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari, Amazonas, Brasil



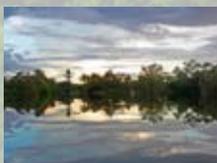
A Gestão Integrada em Unidades de Conservao do Norte de Rondônia Como Estratégia ao Gerenciamento Efetivo



O Processo de Zoneamento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-purus: Um Método Participativo e Abrangente



Avaliao dos Tabuleiros de Desova de Podocnemis Expansa (Testudines, Podocnemididae) na Rebio Uatumã, Amazônia Central



Comitê Técnico-científico do Parque Nacional Anavilhanas – Ferramenta Estratégica para Gestão de Unidades de Conservao



Intercâmbio de Conselhos Gestores Como Estratégia de Reflexão e Motivao para Gestão Participativa em Unidades de Conservao



Participao Comunitária: um Balanço do Subcomponente



CONHEÇA O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

Conheça o ARPA

O ARPA é um programa do governo brasileiro criado em 2003 para expandir, consolidar e manter uma parcela significativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia. O Arpa é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e implementado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), governos estaduais da Amazônia e Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), com apoio do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), Banco Mundial, WWF-Brasil, Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) e Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Inicialmente criado para proteger cerca de 50 milhões de hectares de florestas tropicais na Amazônia, o Arpa tem o desafio de promover a criação e a consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, bem como criar estratégias de sustentabilidade financeira de longo prazo, contemplando o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais. Para isso:

- Identifica áreas prioritárias e representativas da diversidade biológica da Amazônia;
- Promove a criação e consolidação de unidades de conservação (UCs) articuladas em conjuntos de áreas protegidas;
- Cria estratégias de sustentabilidade financeira de longo prazo, contemplando o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais.

Resultados que surpreendem

■ Criação de UCs

A meta de criar 18 milhões de hectares de novas unidades de conservação até 2007 foi ultrapassada um ano antes. Desde a criação do programa, já foram criadas no âmbito do ARPA cerca de 24 milhões de hectares. 

■ Estabelecimento de UCs

São 43 unidades de conservação apoiadas, 13 UCs de proteção integral e 30 de uso sustentável.

■ Consolidação

Mais de oito milhões de hectares, que compõem 18 UCs de proteção integral, já existentes antes do Arpa, estão sendo consolidadas.

Para mais informações sobre o Programa Arpa acesse:
www.mma.gov.br/arpa



Artigos



Início

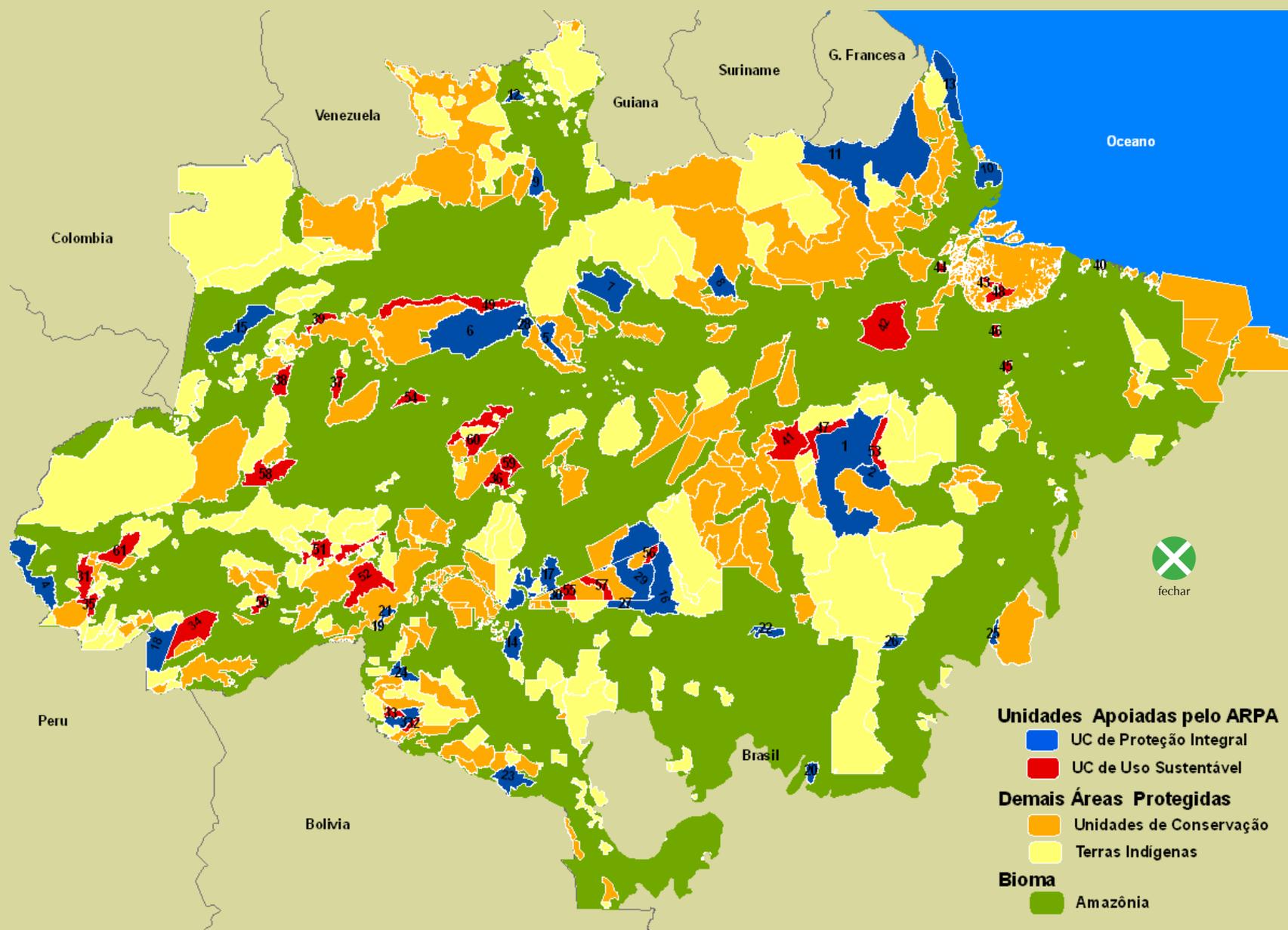


UCs de Proteção Integral

- 1 - ESEC da Terra do Meio
- 2 - PARNA da Serra do Pardo
- 3 - PARNA Serra da Cutia
- 4 - PARNA da Serra do Divisor
- 5 - ESEC de Anavilhanas
- 6 - PARNA do Jaú
- 7 - REBIO do Uatumã
- 8 - REBIO do Rio Trombetas
- 9 - PARNA do Viruá
- 10 - REBIO do Lago Piratuba
- 11 - PARNA Montanhas do Tumucumaque
- 12 - ESEC de Maracá
- 13 - PARNA do Cabo Orange
- 14 - REBIO do Jaru
- 15 - ESEC Juami-Japurá
- 16 - PARNA do Juruena
- 17 - PARNA dos Campos Amazônicos
- 18 - PE do Chandles
- 19 - ESEC Antônio Mujica Nava
- 20 - ESEC do Rio Ronuro
- 21 - ESEC Serra dos Três Irmãos
- 22 - PE Cristalino I e II
- 23 - PE de Corumbiara
- 24 - PE de Guajará Mirim
- 25 - PE do Cantão
- 26 - PE do Xingu
- 27 - PE Igarapés do Juruena
- 28 - PE do Rio Negro-Sector Norte
- 29 - PAREST do Sucunduri
- 30 - PAREST do Guariba

UCs de Uso Sustentável

- 31 - RESEX Riozinho da Liberdade
- 32 - RESEX do Rio do Cautário
- 33 - RESEX Barreiro das Antas
- 34 - RESEX do Cazumbá-Iracema
- 35 - RESEX do Alto Tarauacá
- 36 - RESEX do Lago do Capanã Grande
- 37 - RESEX do Baixo Juruá
- 38 - RESEX do Rio Jutai
- 39 - RESEX Auati-Paraná
- 40 - RESEX Maracanã
- 41 - RESEX Riozinho do Anfrísio
- 42 - RESEX Verde para Sempre
- 43 - RESEX Mapuá
- 44 - RDS de Itatupã-Baquió
- 45 - RESEX Ipaú-Anilzinho
- 46 - RESEX Arióca Pruanã
- 47 - RESEX Rio Iriri
- 48 - RESEX Terra Grande-Pracuúba
- 49 - RESEX Rio Unini
- 50 - RESEX Rio Gregório
- 51 - RESEX Médio Purus
- 52 - RESEX Ituxi
- 53 - RESEX do Rio Xingu
- 54 - RESEX do Catua Ipixuna
- 55 - PE do Guariba
- 56 - RDS Barariti
- 57 - RDS Aripuanã
- 58 - RDS de Uacari
- 59 - RDS do Rio Amapá
- 60 - RDS Piagaçu Purus
- 61 - RESEX Rio Gregório



Unidades Apoiadas pelo ARPA

- UC de Proteção Integral
- UC de Uso Sustentável

Demais Áreas Protegidas

- Unidades de Conservação
- Terras Indígenas

Bioma

- Amazônia



IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA



Artigos



avancar

Carlos Augusto de Alencar Pinheiro
Marília Falcone Guerra
Antonio de Almeida Correia Junior
José Risonei Assis da Silva
Víctor Largura Singh
Gilmar Nicolau Klein
Alberto Guerreiro de Carvalho

Reserva Biológica do Rio Trombetas e

Floresta Nacional Saracá-Taquera

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Foto: Carlos Augusto

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Unidades de Conservação (UCs) abrigam uma parte significativa da biodiversidade e da sociodiversidade do planeta. A gestão adequada de UCs assume, assim, um papel fundamental para possibilitar que os objetivos de criação dessas áreas sejam atingidos, garantindo a proteção do patrimônio (natural e cultural) para as futuras gerações.

A Reserva Biológica (REBIO) do Rio Trombetas e a Floresta Nacional (FLONA) Saracá-Taquera estão localizadas na região oeste do Pará e, juntas, possuem 837.000 hectares, abrangendo parte dos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro. As suas riquezas são reveladas na diversidade de paisagens, de espécies e nos modos de vida das comunidades da região. São unidades contíguas que desde 2002 são administradas em conjunto, como uma forma de otimizar recursos disponíveis (humanos, físicos e financeiros) no desenvolvimento e no atendimento das demandas.

A REBIO do Rio Trombetas é uma das unidades de conservação beneficiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) que, desde 2003, através da disponibilização de recursos financeiros e programas de capacitação, vem contribuindo para o desenvolvimento de atividades importantes à consolidação da unidade. Em 2006, a REBIO do Rio Trombetas, juntamente com mais seis unida-

des de conservação da Amazônia, foi selecionada para participar do Programa de Educação Continuada, vinculado ao ARPA, cujo objetivo está centrado na adoção do Programa de Gestão para Resultados (PGR), através do estabelecimento de critérios para implementar e consolidar, em unidades de conservação, uma gestão com foco em resultados. O PGR utiliza como referência o Modelo de Excelência em Gestão Pública, proposto pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA (BRASIL, 2006), que propõe o uso de ferramentas de auto-avaliação de 250 pontos, 500 pontos e 1000 pontos para avaliar critérios como Liderança, Estratégias e Planos, Clientes e Sociedade, Informações e Conhecimento, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos e Resultados (PARAÍSO; ARAÚJO; CABRAL, 2007), podendo indicar o grau de organização da equipe e qualidade da gestão.

A implementação da metodologia e das ferramentas do PGR na REBIO do Rio Trombetas teve início em 2007, consolidando-se em 2008, ano em que também foram aplicadas para a FLONA Saracá-Taquera. Este trabalho objetiva demonstrar um pouco da experiência e dos resultados já alcançados durante o processo de adoção das ferramentas de gestão para resultados nessas UCs.



Artigos

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Inicialmente, as ferramentas de gestão do PGR foram adotadas para a REBIO do Rio Trombetas. O processo foi acompanhado por uma equipe de três consultores contratados pelo Programa ARPA que forneceram assistência técnica local, através de reuniões mensais com a equipe da unidade e também tutoria à distância.

Em um primeiro momento, a equipe se mobilizou para a auto-avaliação da gestão da UC, estabelecendo um parâmetro inicial para o acompanhamento da implementação do programa. Em um processo participativo e fundamentado nos objetivos de criação da UC, no seu Plano de Manejo, em suas especificidades e competências legais, a equipe definiu a missão, a visão de futuro e os valores que iriam nortear o trabalho na unidade.

A construção dos objetivos estratégicos e indicadores da REBIO exigiram um processo longo de debate entre as Coordenações de Gestão, Pesquisa, Proteção, Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário. Os indicadores foram atualizados trimestralmente – com base nos resultados alcançados – em reuniões da equipe. A definição das metas foi feita de acordo com a capacidade de execução de cada coordenação (recursos financeiros e humanos disponíveis).

Para dar maior visibilidade ao processo foi elaborado o painel de gestão à vista . Nesse painel, instrumentos como indicadores e

metas foram traduzidos em uma linguagem de gráficos, facilitando o acompanhamento e a avaliação das atividades prioritárias para que a UC cumpra os objetivos de sua criação. O painel também deu visibilidade à missão da UC, além de contemplar as perspectivas financeira, de aprendizado e inovação, dos processos internos, do usuário e do ambiente.

O mapeamento dos processos foi feito a partir da construção de fluxogramas, padronizando as principais ações da unidade, através de uma linguagem mais fácil e acessível. A elaboração dos fluxogramas exigiu, primeiramente, reuniões internas de cada coordenação e, posteriormente, de toda a equipe de analistas. Alguns fluxos foram construídos em conjunto com os funcionários terceirizados, pois, além de envolvê-los diretamente, a experiência do pessoal de campo ou dos demais funcionários do escritório muitas vezes era imprescindível.

O processo de construção do novo modelo de gestão também envolveu a troca de experiências entre as equipes de outras unidades de conservação participantes do PGR. Nesse sentido, foram realizados três encontros: o primeiro sediado na [Estação Ecológica Anavilhanas](#), o segundo na própria REBIO do Rio Trombetas e o terceiro no Parque Estadual do Cantão.



Artigos



avançar

1

2

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Paralelamente às etapas de implementação do PGR, foi realizada pelos consultores a avaliação do perfil da equipe, através da apreciação do perfil individual das lideranças e pesquisa de clima organizacional com os analistas e agentes ambientais.

Buscando disseminar as novas práticas e ações gerenciais, levando-as ao conhecimento da equipe como um todo, o *Curso de Agentes Ambientais* deste ano, evento realizado desde 2005, teve como tema central o PGR. Os funcionários terceirizados foram envolvidos no processo – antes mais restrito aos analistas – a partir do conhecimento de como ler, interpretar e construir algumas ferramentas, tais como: gráficos de indicadores e metas, fluxogramas, planos de ação e painel de gestão à vista . No curso foram discutidas, sobretudo, as ferramentas que envolviam ações relacionadas diretamente ao trabalho dos agentes ambientais e incentivada a adoção de algumas dessas ferramentas para auxiliar na organização e planejamento das atividades de rotina das bases. O curso de agentes também foi um momento propício para discussão dos valores, missão e visão de futuro das unidades, de conceitos como eficiência e eficácia e para o retorno da pesquisa de clima organizacional realizada pelos consultores.

Visando integrar a FLONA Saracá-Taquera nesse processo, no ano de 2008 as ferramentas também foram multiplicadas pela equipe de Trombetas para essa unidade. O painel de gestão à vista foi reformu-

lado e ampliado, contemplando os objetivos estratégicos, perspectivas, missão e visão de futuro e gráficos de indicadores e metas para as duas unidades, respeitando-se, contudo, as suas especificidades e distintos objetivos de criação e manejo.



Artigos



voltar

1

2



IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

O processo de construção das ferramentas de gestão para resultados tem proporcionado momentos importantes de reflexão e discussão sobre as UCs, colaborando para a integração da equipe e permitindo que o conhecimento seja compartilhado. Esse processo estabeleceu uma rotina de reuniões para planejamento, avaliação e direcionamento de atividades, que se consolidou como valor permanente na organização.

As ferramentas de gestão para resultados têm cooperado para o aumento da efetividade da gestão. Se tomarmos como referência o instrumento de 250 pontos do GESPÚBLICA, é possível constatar na auto-avaliação da unidade que, de 2007 para 2008, houve aumento da pontuação, que passou de 99 para 203 pontos. Nessa segunda auto-avaliação foram identificadas oportunidades de melhoria, tais como gestão de suprimentos e comunicação interna, contempladas no *Plano de Melhoria de Gestão* que está em fase de elaboração.

A definição de valores, missão e visão de futuro tem contribuído para que se tenha clareza de como atuar direcionando os pontos críticos da gestão, dando foco aos objetivos da criação das unidades, aos Planos de Manejo e ao estabelecimento de prioridades.

Os indicadores, baseados nos objetivos estratégicos, levaram à revisão algumas práticas que não nos permitiam atingir as metas

estabelecidas. Entretanto, determinados indicadores precisam ser revistos a fim de se tornar realmente efetivos, pois alguns ainda possuem caráter de índice de verificação e medição de esforços. Por sua vez, o mapeamento dos processos permitiu a padronização das atividades, uma vez que os fluxogramas possibilitam que não haja descontinuidade nos programas e projetos, mesmo com mudanças na equipe ou do gestor.

Em relação aos recursos humanos, a avaliação do perfil de gestão e a pesquisa de clima organizacional também foram importantes ferramentas adotadas para avaliar o grau de satisfação da equipe e propor melhorias. Por fim, o envolvimento dos agentes ambientais nesse programa, proporcionado pela pesquisa de clima e pelo curso de capacitação, é uma oportunidade para que a equipe das bases seja envolvida de fato nos processos de gestão das unidades. A inclusão no processo pode aumentar, ainda, o grau de reconhecimento e satisfação desses funcionários.



Artigos



IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões (potencialidades e limites)

A aplicação das ferramentas de gestão de qualidade, propostas pelo Programa de Gestão para Resultados, já tem proporcionado alguns benefícios relevantes à gestão da REBIO do Rio Trombetas e da FLONA Saracá-Taquera, auxiliando na efetivação de uma cultura que prioriza as reuniões de discussão e reflexão entre toda a equipe, a organização, estabelecimento de prioridades, planejamento, registro e padronização de processos, avaliação e redirecionamento.

A equipe ainda está em fase de aprendizado e muitas das mudanças e benefícios proporcionados pela adoção do programa serão sentidas posteriormente. O processo de implementação do PGR exige dedicação e tempo, sobretudo no início. O número reduzido de funcionários, sobrecarga de atividades e muitas demandas internas e externas têm sido os principais problemas encontrados pelo grupo. Nesse sentido, internalizar o PGR à rotina das unidades ainda é um desafio. O problema decorrente do alto índice de rotatividade de pessoal – que também é um dos agravantes para a consolidação de uma gestão de qualidade – é minimizado pela implementação de ferramentas que proporcionam o registro, padronização e disseminação das atividades.

Atualmente, a equipe das UCs passa por um momento de avaliação das ferramentas, principalmente no que diz respeito aos indica-

dores e às metas inicialmente propostos. A escolha de indicadores efetivos (representativos da realidade e fáceis de medir) para as unidades ainda é, em algumas situações, um desafio que poderá ser solucionado gradativamente, através de avaliações, identificação de oportunidades de melhorias e aprendizado contínuo da equipe.

Com os resultados obtidos na segunda auto-avaliação, as unidades poderão solicitar, junto à instituição responsável no Estado do Pará, a adesão ao GESPÚBLICA, atestando que as UCs tem um compromisso com a gestão pública de qualidade.



Artigos



IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO PARA RESULTADOS NA RESERVA BIOLÓGICA DO RIO TROMBETAS E FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GES PÚBLICA**: Prêmio Nacional de Gestão Pública – PQGF: Instrumento para Avaliação da Gestão Pública – Ciclo 2006. Brasília: GES PÚBLICA, 2006. Versão 1.

PARAÍSO, C. M.; ARAÚJO, M. A. R.; CABRAL, R. F. B. **Programa de Gestão para Resultados – PGR: uma estratégia inovadora de capacitação para implementação do Modelo de Excelência em Unidades de Conservação participantes do ARPA**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas da Amazônia, Programa Áreas Protegidas da Amazônia, 2007. v. 1, p. 16-19.



Artigos





Construção do Painel de Gestão à Vista



fechar



CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Sérgio Henrique Borges
Daniela Alves Carvalho
Marcelo Moreira

Fundação Vitória Amazônica (FVA)

Yara da Rocha Camargo
Clarice Bassi

Elisângela Sousa do Nascimento

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)

Christina Fischer

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)



Artigos



avançar

Acervo SDS/CEUC



CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

O governo do estado do Amazonas, através da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) vem contribuindo para um significativo aumento de unidades de conservação na região. O atual sistema de unidades de conservação do Amazonas é composto de 66 unidades, sendo 34 estaduais e 32 federais, cobrindo uma área de mais de 36 milhões de hectares. A garantia de conservação de recursos naturais protegidos no interior destas unidades, no entanto, ainda é frágil, visto a falta de instrumentos de gestão para uma implementação¹ efetiva da maioria destas unidades.

Um dos principais problemas para a implementação das unidades de conservação na Amazônia é a carência de instrumentos de planejamento, em especial os planos de gestão e conselhos gestores. Para solucionar tal limitação, técnicos da SDS/CEUC e de entidades parceiras estão elaborando planos de gestão de algumas destas unidades contando com recursos oriundos de projetos e programas como o ARPA (Programa Área Protegidas da Amazônia) e o Projeto Corredores Ecológicos, além dos recursos disponibilizados por outras entidades parceiras.

O Parque Estadual Rio Negro Setor Norte é uma das unidades estaduais cujo plano de gestão está sendo elaborado através de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e a SDS/CEUC. O Parque foi criado em 1995 e conta com uma área de 146.028 hectares localizados na região do baixo Rio Negro no município de Novo Airão . Neste artigo são apresentados alguns resultados relevantes para o processo de planejamento da unidade em questão, com destaque para a elaboração do plano de gestão e a composição do conselho gestor.



Artigos



CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

As ações para o planejamento da gestão do Parque iniciaram-se em 2004 através de um Acordo de Cooperação Técnica entre a FVA e a SDS/CEUC. Foram realizadas várias expedições multi-disciplinares ao Parque com objetivo de caracterizar a diversidade biológica e diagnosticar a realidade socioeconômica da região. As metodologias utilizadas nesta fase de caracterização foram a Avaliação Ecológica Rápida (SAYRE et al., 2000) e uma adaptação do Diagnóstico Rural Participativo (SCHONHUTH; KIEVELITZ, 1994). Concomitante a esta fase de caracterização da unidade, a equipe de planejamento deu início a uma série de reuniões técnicas e oficinas com objetivo de elaborar o zoneamento da unidade e construir os programas de gestão seguindo as recomendações do roteiro para elaboração de planos de gestão de unidades estaduais (AMAZONAS, 2006). O referido roteiro recomenda a divisão dos planos de gestão em dois volumes, sendo que no primeiro deles consta uma caracterização da unidade e no segundo o planejamento propriamente dito.



Artigos





CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Caracterização da unidade

A partir dos estudos de campo e de dados obtidos de fontes secundárias (p. ex. mapas do IBGE e do Serviço Geológico Brasileiro) foi possível realizar um diagnóstico bastante completo da diversidade biológica, social, histórica, arqueológica e geológica da região do Parque. Nos levantamentos de campo foram registradas várias espécies de fauna e flora endêmicas da bacia do rio Negro e algumas ameaçadas de extinção dentro dos limites da unidade. Além disso, o Parque se localiza numa região de grande interesse histórico/cultural onde foram encontrados vários sítios arqueológicos e onde se localizam as ruínas da cidade de Velho Airão, primeira povoação do Rio Negro (LEONARDI, 1999). Estes estudos se consolidaram no volume I do plano de gestão cujas informações serão de extrema relevância para implementar os programas de gestão da unidade.

Atualmente, residem dentro dos limites do Parque pouco mais de 30 famílias, o que gera uma situação de conflito, já que unidades de proteção integral não podem abrigar populações residentes. Apesar disto, as negociações entre os órgãos gestores da unidade e as famílias residentes vêm sendo realizadas num clima positivo e amistoso, respeitando-se os dispositivos contidos nos Sistemas Nacional e Estadual de Unidades de Conservação (SNUC e SEUC) no que diz respeito aos direitos das populações locais.

O plano de gestão

A partir da caracterização da unidade, a equipe de planejamento deu início a uma série de oficinas e reuniões técnicas para elaborar os itens constantes do volume II do plano de gestão, com ênfase na elaboração do zoneamento e dos programas de gestão.

Para o zoneamento do Parque foi feita uma adaptação das recomendações do roteiro metodológico de planejamento para unidades de proteção integral do IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002). As micro-bacias da região foram utilizadas como unidades espaciais e o zoneamento da unidade contou com a participação e contribuição dos moradores da região em oficinas de trabalho. No zoneamento do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte foram identificadas 6 microbacias na zona de uso intensivo (0,7% da área do Parque), 22 microbacias na zona de uso extensivo (2,6% do Parque), 12 microbacias na zona de uso conflitivo (3,84% do Parque), 56 micro-bacias ao menos parcialmente incluídas na zona primitiva (85,8% do Parque) e várias microbacias contendo áreas identificadas como zonas especiais (7,1% do Parque).

O roteiro metodológico do estado do Amazonas indica a elaboração de seis programas de gestão: conhecimento, uso público, manejo de meio ambiente, apoio às comunidades, operacionalização,



Artigos



avançar

1

2



CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

monitoramento e avaliação. Para a elaboração de programas com necessidades e características tão distintas, a equipe de planejamento realizou mais de 10 reuniões técnicas com especialistas convidados (p. ex. pesquisadores, empresários de turismo, equipes de fiscalização entre outros). Os programas foram construídos a partir de uma matriz contendo os seguintes itens: objetivo do programa, resultados esperados, parceiros de execução, metas, meio de verificação das metas, atividades e pré-requisitos. As discussões técnicas geraram um conjunto de 176 atividades distribuídas em 38 resultados esperados para cinco anos de gestão. Após a elaboração dos programas, foi definida uma estratégia de gestão e um cronograma onde constam as prioridades de trabalho e a implementação gradual das atividades previstas nos programas.

O conselho gestor da Unidade

A formação do Conselho Consultivo do Parque iniciou-se em 2006, através de um processo participativo desenvolvido em reuniões e oficinas. Foram realizadas atividades de capacitação dos moradores em conceitos básicos relativos às unidades de conservação incluindo legislação ambiental, definição de conselho gestor, organização comunitária, categorias de unidades de conservação, direitos e deveres de moradores de unidades de proteção integral entre outros temas. A composição do conselho partiu do agrupamento em setores que atuam direta ou indiretamente no Parque. Os setores que deveriam ser representados no conselho foram assim definidos: artesanaria,

to, cultura, turismo, agrícola/agropecuário, saúde, meio ambiente, poder legislativo, pesquisa, educação, regularização fundiária, militar, pesca, associações locais e comunidades. A partir da definição destes setores/temas foram identificadas as entidades representativas dos mesmos para a composição do conselho. O conselho ficou, então, composto por 24 cadeiras sendo 13 representantes do setor não governamental e 11 do governamental. Em 12 de junho de 2008 o Conselho Gestor do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte teve sua criação oficializada na Portaria n.067/2008, publicado no Diário oficial do estado.



Artigos



voltar

1

2



CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusão

O planejamento da gestão de uma unidade de conservação é um processo complexo onde interage a geração de conhecimento e articulações de vários atores. O fortalecimento da parceria entre os órgãos gestores e a FVA está favorecendo a gestão do Parque, pois as ações estão sendo realizadas de forma complementar, respeitando-se os papéis e atribuições que cabem a cada uma das partes. Além disso, o plano de gestão da unidade foi elaborado a partir da colaboração de outros atores relevantes, em especial os moradores do Parque. O plano de gestão do Parque Estadual Rio Negro Setor Norte foi finalizado em dezembro de 2007 e está em processo de análise e aprovação pelo órgão gestor. A composição e atribuições do conselho consultivo da unidade foram reconhecidas oficialmente. Assim, o Parque dispõe dos mais importantes instrumentos de gestão que uma unidade deve ter, facilitando a implementação dos objetivos desta importante área de conservação.



Artigos





CONSTRUINDO A GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO NEGRO SETOR NORTE, AMAZONAS, BRASIL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

AMAZONAS (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Roteiro para a elaboração de planos de gestão para unidades de conservação estaduais do Amazonas. Manaus, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Roteiro metodológico de planejamento. Brasília, 2002.

LEONARDI, V. P. B. **Os historiadores e os rios:** natureza e ruínas na Amazônia Brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paralelo 15, 1999.

SAYRE, R. et al. **Natureza em foco:** avaliação ecológica rápida. Arlington: The Nature Conservancy, 2000. 182 p.

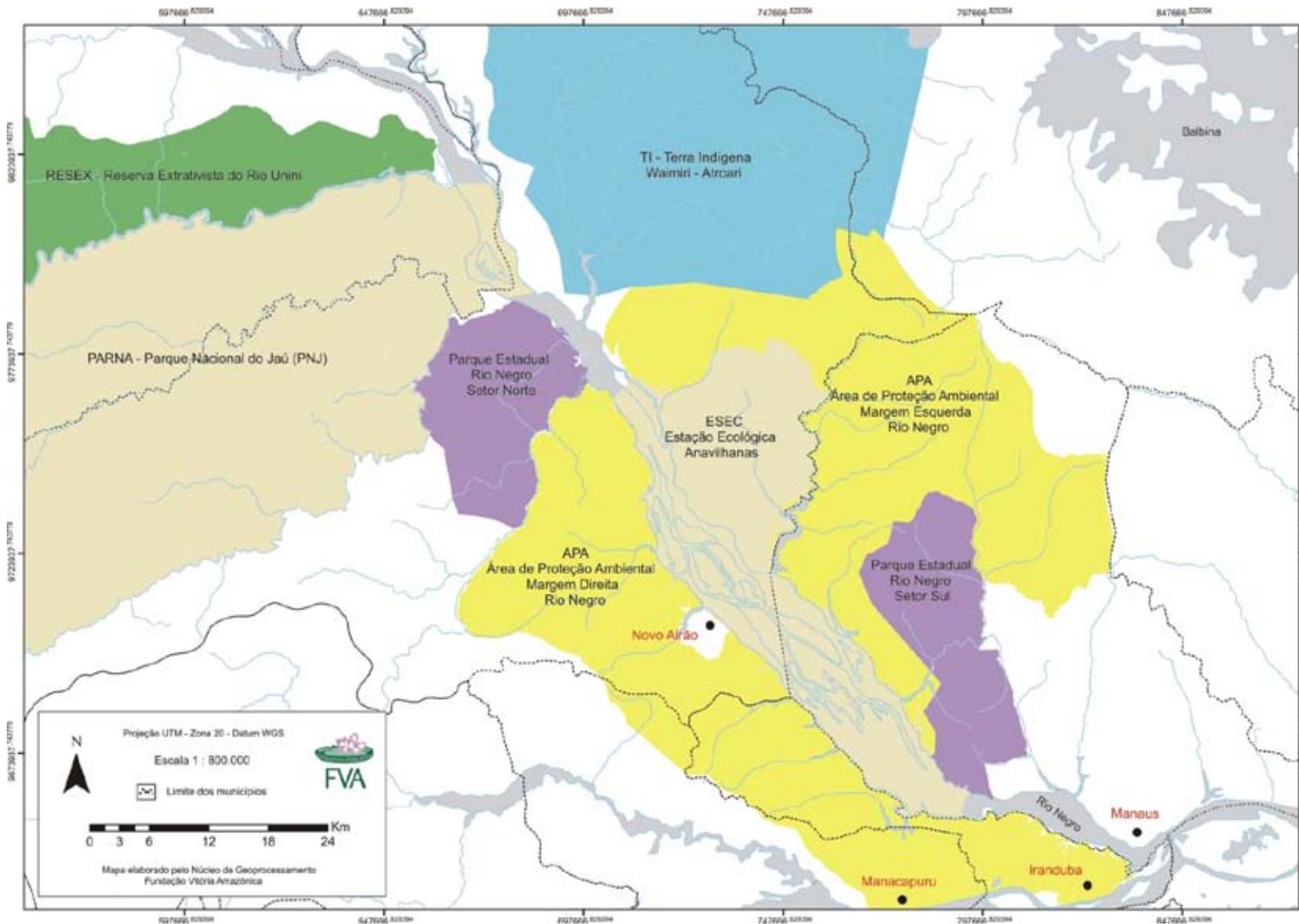
SCHONHUTH, M.; KIEVELITZ, U. **Diagnóstico rural rápido:** diagnóstico rural participativo, métodos participativos de diagnóstico y planificación en la cooperación al desarrollo: una introducción comentada. Echborn: GTZ, 1994. 137 p.



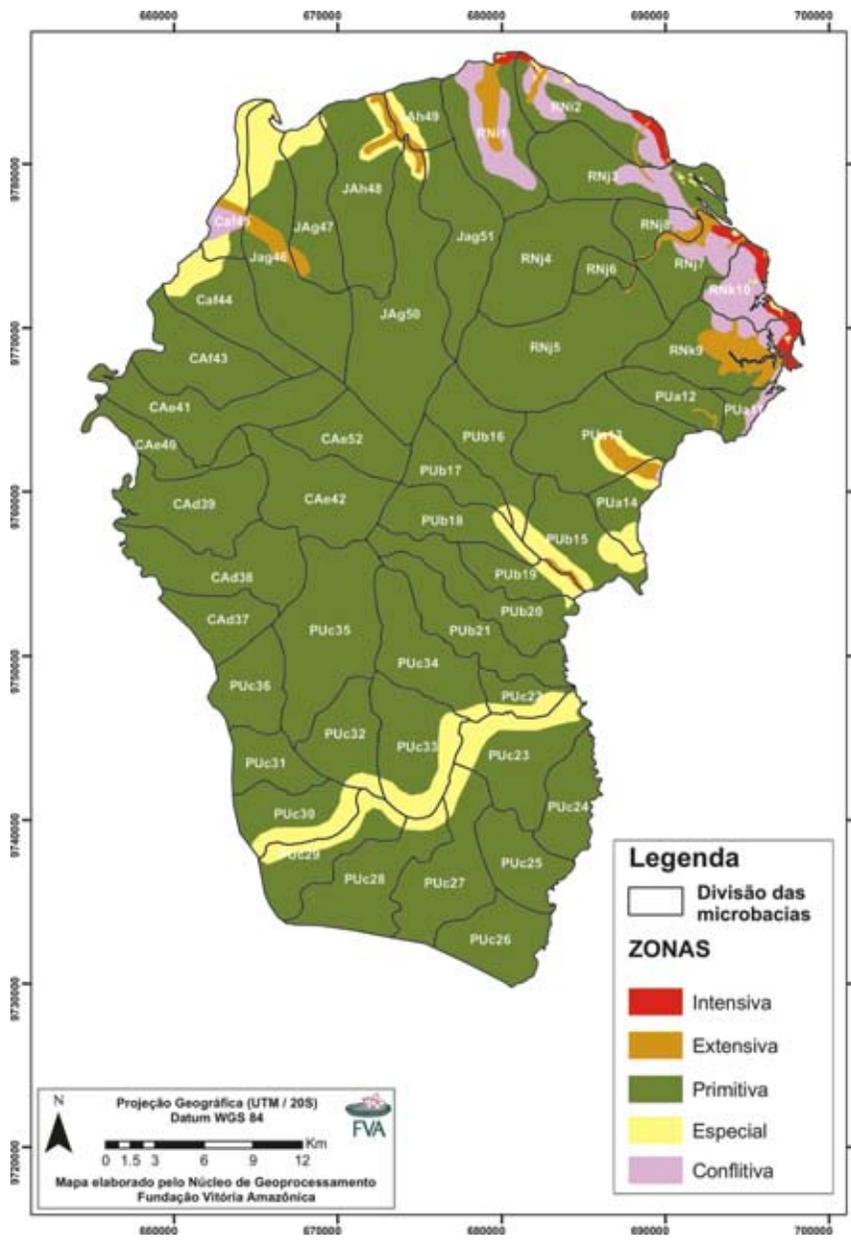
Artigos



Localização do Parque Estadual do Rio Negro - setor norte e das unidades de conservação circunvizinhas.



fechar



O zoneamento do Parque Estadual do Rio Negro - setor norte foi elaborado através de critérios discutidos em uma oficina que contou com a participação dos moradores da unidade e de técnicos da FVA, SDS e IPAAM.

GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA



Artigos



avancar

Maria do Rosário Almeida da Silva
Parque Estadual Guajará Mirim
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)

Acervo: Parque Estadual Guajará Mirim

GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Historicamente, o processo de criação e implantação de unidades de conservação (UC) no Brasil foi pouco participativo. Tal processo negligenciou a participação e envolvimento social, especialmente das comunidades locais, na concepção e implementação destas unidades, comprometendo o sucesso de sua gestão e integridade ecológica. Esta realidade começou a mudar a partir do ano 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (BRASIL, 2000), que institucionalizou a participação social por meio de audiências públicas nos processos de criação de UC.

O processo de criação e implantação de unidades de conservação estaduais em Rondônia iniciou-se com a instituição do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico em 1988 e, conseqüentemente, tiveram o componente institucional forte, porém com pouco envolvimento social (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 1995). Similarmente ao contexto geral do país, o poder público em Rondônia não foi eficiente em promover processos efetivos de discussão sobre os indicadores para criação e o processo de gestão das novas UCs.

A participação pública na discussão de questões ambientais mais relevantes em Rondônia, teve avanços nos últimos anos. A partir de

1993, com a execução do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), várias oficinas, seminários e audiências públicas foram realizadas no Estado com o intuito de promover o envolvimento social em discussões sobre as propostas de Unidades de Conservação estaduais, colocando em pauta temas como a diversidade dos ecossistemas, as potencialidades de usos alternativos, os direitos e deveres advindos com a criação de tais UCs (BANCO MUNDIAL, 1998).

Neste trabalho é apresentada a experiência do projeto piloto de democratização da gestão de uma Unidade de Conservação denominado Programa de Gestão Compartilhada ou Co-Gestão do Parque Estadual de Guajará Mirim (PEGM), no Estado de Rondônia. As falhas e potencialidades da gestão compartilhada são discutidas e lições aprendidas para o futuro são apresentadas a seguir.

O Parque Estadual de Guajará-Mirim

O **Parque Estadual de Guajará Mirim** com área aproximada de 258.813 hectares, localiza-se no extremo oeste do Estado, abrangendo os municípios de Nova Mamoré, Guajará Mirim, Campo Novo e Buritis. O Parque foi criado por apresentar alta diversidade de espécies vegetais e animais ocorrentes nos ecossistemas de Savana Arbó-



Artigos



avançar

1

2

GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

rea Densa, Floresta Tropical Aberta e Densa, que ainda estão preservados da interferência humana. O Parque abrange parte da Serra dos Pacaás Novos, que inclui as nascentes dos rios Formoso e Capivari e Igarapé Vertente e Oriente, afluentes do rio Jacy-Paraná, tributário do rio Madeira (RONDÔNIA, 1996) e está localizado nas proximidades das Terras Indígenas Uru-Eu-Au-Au, Ribeirão Lage, Karipunas, e da Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos.

As pressões antrópicas sobre o PEGM são derivadas das atividades madeireiras e de especuladores de terras. Além disso, existe na região uma expectativa com relação à abertura de uma estrada (BR-421) que conectaria as regiões do extremo oeste (municípios de Nova Mamoré e Guajará Mirim) ao centro-norte (Buritis, Campo Novo e Ariquemes) do estado de Rondônia e a demais regiões do Brasil. Portanto, o Parque atualmente é foco de constante atenção por parte do poder judiciário, da sociedade local, empresários, ambientalistas, políticos e órgãos ambientais. Este Parque é também caracterizado por ter recebido investimentos substanciais de projetos com recursos do Governo Federal destinados à capacitação de pessoal, ao contato com a população do entorno e a realização de estudos básicos.



Artigos



voltar

1

2



GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

A trajetória de construção do Programa de Gestão Compartilhada

Todas as características físicas, ecológicas e socioeconômicas acima descritas do Parque Estadual de Guajará Mirim levaram a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental a priorizar sua gestão ambiental no contexto estadual. Desta forma, ainda em 1996, optou-se pela implantação de programas de gestão compartilhada para o PEGM. Esta proposta de gestão foi inspirada por experiências positivas observadas em parques nacionais brasileiros e na Bolívia. Estas experiências tiveram como estratégia central a celebração de convênios com organizações não-governamentais, que assumiram legalmente as responsabilidades de implementar ações de gestão do Parque previamente definidas pelo Estado em conjunto com a sociedade.

A Gestão Compartilhada do PEGM buscou estabelecer, desenvolver e consolidar uma metodologia participativa flexível e dinâmica num horizonte temporal de cinco anos. A gestão incluiu também a implantação e funcionamento de programas de pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico.



Artigos



GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Os principais produtos da gestão compartilhada do PEGM envolveram a elaboração de um Plano de Sustentabilidade Econômica, Manejo do Parque, Plano de Manutenção e Plano de Gestão do Parque.

A primeira barreira na implementação da gestão do PEGM foi a resistência do *staff* governamental dos órgãos ambientais em ceder recursos para os programas e perder importância na estrutura de poder público. Esta dificuldade resultou no estabelecimento de regras (por meio de termos de referência) muito restritivas para o co-gestor. Outro fator complicador foram as complexas regras de licitação, que causaram a desistência de várias organizações inicialmente interessadas em participar do processo. Finalmente, o trabalho em equipes multidisciplinares de organizações não governamentais transformou-se em um dos maiores entraves do processo de gestão do PEGM.

Apesar de todas as dificuldades acima expostas, o contrato para gestão do PEGM foi firmado em outubro de 2001 com o Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica - INDIA. O INDIA executou todas as atividades previstas num período de 2 anos, com apoio financeiro do PLANAFLORO e entregou todos os produtos previstos no contrato.

Dentre os produtos de maior relevância, dois merecem destaque, por seus impactos na gestão do Parque: a formação de Guarda Parques e a criação do Conselho Consultivo.

O processo de formação de guarda parques envolveu moradores das localidades do entorno do parque e, mesmo com o término do contrato com o co-gestor, ainda continua apresentando resultados positivos com os colaboradores na manutenção da integridade da unidade de conservação.

O processo de mobilização, criação e implementação do **Conselho Consultivo** foi relevante por envolver diferentes setores da sociedade e inserir o Parque na agenda local. A mobilização social para criação do conselho consultivo foi desenvolvida num período de um ano e consistiu-se de diferentes ações: I) um diagnóstico dos moradores residentes próximos da unidade, II) reuniões nos municípios do entorno do parque, e III) oficinas de planejamento participativo, nas quais se identificou, também, lideranças locais com potencial para compor o conselho. Fruto deste processo educativo, o conselho foi criado em 2002.

Durante o período destas ações, a natureza burocrática do serviço público brasileiro, traduzida em morosidade nos processos lici-



Artigos



avançar

1

2

GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

tatórios com recursos externos (tratava-se de Contratação de Serviço de Consultoria / Pessoa Jurídica), mostrou-se um desafio no sentido de evitar o descrédito, da sociedade e das comunidades locais em especial, nos compromissos assumidos pelos gestores.

A inserção do Parque Estadual do Guajará-Mirim a partir de 2004 no Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), gerido por intermédio do FUNBIO (Fundo Brasileiro para Biodiversidade), proporcionou maior agilidade na implementação da gestão participativa por meio do Conselho Consultivo do Parque. Desde então, intensificaram-se as ações direcionadas aos moradores de entorno, tais como: a formação da Brigada de Combate a Incêndios Florestais e o levantamento fundiário do entorno, entre outras.



Artigos



voltar

1

2



GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões e Considerações Finais

As experiências de implementar um projeto de gestão em unidade de conservação de Proteção Integral possibilitaram diversas reflexões. De um lado acompanhar a evolução dos moradores próximos à unidade, seus valores e conquistas, como a organização social. Por outro, acompanhar a gestão governamental, seus avanços e limitações. Especialmente no que diz respeito a definição dos responsáveis institucionais pela gestão do parque, que em geral ainda se dá por critérios políticos e não em função da capacidade ou do comprometimento com a obtenção de resultados. Tal fato implica na indicação de coordenadores, muitas vezes, sem o compromisso apropriado com a causa ambiental, gerando alta rotatividade e descontinuidade administrativa (ARAÚJO, 2007). A existência destes fatores provocou grandes dificuldades na gestão do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Por outro lado, a execução da gestão do PEGM com apoio do MMA, por meio do ARPA proporcionou ao Programa uma agilidade diferenciada e permitiu uma atuação consistente na gestão da unidade e em especial na implementação do conselho gestor, sob a responsabilidade da SEDAM.

E, finalmente, o trabalho conjunto com os moradores do entorno do PEGM e o sistema de acompanhamento do processo de gestão da unidade pelos órgãos ambientais, constituiu uma valiosa forma de aprendizado e busca de alternativas constantes, objetivando sempre a manutenção e proteção do Parque Estadual Guajará Mirim.



Artigos



GESTÃO COMPARTILHADA: LIÇÕES APRENDIDAS COM O PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM EM RONDÔNIA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

ARAÚJO, M. A. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial.** Belo horizonte: SEGREC, 2007.

BANCO MUNDIAL. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Departamento de Países I – América Latina e Região do Caribe. **Relatório de Situação da Implementação – PLANAFLORO.** [S.l.], 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Documento de informações básicas sobre as principais correntes filosóficas e conceituais das áreas protegidas, com ênfase para América Latina.** Brasília, 1995. 92 p.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. **Plano de Ação Emergencial do Parque Estadual Guajará Mirim.** Rondônia: SEPLAN/PLANAFLORO/PNUD/BRA/94/007, 1996.



Artigos



A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO



Artigos



avançar

Carolina C. da Fonseca
Cristiano Andrey
Denis H. Rivas
Francisco de A. Teixeira
Gizele B. Silvino
Juliana de B. Alves
Júlio R. da Silva
Lieze A. P. Bollivar
Paulo R. C. de Sousa Júnior
Rafael F. Costa, Raphael Xavier

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)
Gestão Integrada Cuniã Jacundá

Foto: Luciano Malanski

A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Compreende-se que a formação de mosaicos de unidades de conservação propicie a otimização de recursos financeiros e humanos, contribua na busca de soluções nos diversos conflitos socioambientais existentes e defina os usos na fronteira entre as unidades com maior eficiência.

Dessa forma, três UCs do estado de Rondônia, a Estação Ecológica de Cuniã (ESEC Cuniã), a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã (RESEX Cuniã) e a Floresta Nacional de Jacundá (FLONA Jacundá) , por meio da iniciativa dos gestores locais, e com o objetivo inicial de viabilizar o desenvolvimento de atividades comuns às UCs, formaram a Gestão Integrada Cuniã-Jacundá (GICJ), no ano de 2005.

A área das unidades que compõem a GICJ é de relevante importância ecológica, pois é um ambiente rico em lagos e várzeas formadas pelo rio Madeira e seus afluentes, além de ser uma região que funciona como berçário de espécies da avifauna e ictiofauna, e por promover a proteção de uma parcela significativa do bioma amazônico e de manchas de transição com o cerrado e campos naturais, somando a área total de 408 mil hectares. A importância social dessas UCs encontra-se especialmente pela proteção da cultura e modo de vida ribeirinha e pela busca da construção de um modelo de ocu-

pação sustentável e planejado para o manejo dos recursos naturais. (Banco de Dados da Gestão Integrada Cuniã-jacundá, 2006).

Com o desenvolvimento do trabalho em conjunto, constatou-se que a gestão integrada não só viabilizava a união dos recursos humanos e financeiros, como também evitava ações institucionais repetitivas, favorecia a consolidação e efetividade das UCs envolvidas e melhorava a interface dessas com as comunidades locais e instituições que atuam na região.

Atualmente, a Gestão Integrada Cuniã-Jacundá tem como missão ser referência de um mosaico de unidades de conservação consolidado e um modelo de gestão pública que, a partir da excelência de sua equipe, seja capaz de garantir a proteção da biodiversidade, a geração de conhecimento e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, aliado ao compromisso e responsabilidade das comunidades envolvidas.



Artigos



A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

No ano de 2004, a ESEC Cuniã e a RESEX Cuniã começaram a desenvolver ações conjuntas visando suprir a carência de recursos humanos e financeiros existentes. Em dezembro do mesmo ano foi criada a FLONA Jacundá, que apresentava o mesmo quadro de carência de recursos à gestão.

Constatando-se as semelhanças de obstáculos ao gerenciamento das três unidades, a partir de 2005, estas se uniram para viabilizar o desenvolvimento de atividades comuns às três UCs, como atividades de fiscalização, monitoramento e estímulo à pesquisa. Esta atuação deu início à Gestão Integrada Cuniã-Jacundá, como uma estratégia para alcançar a eficiência na gestão das UCs.

A GICJ está estruturada em duas premissas: i) planejamento operacional conjunto e ii) desenvolvimento de equipe. Para o planejamento operacional conjunto são realizadas reuniões anuais, resultando em um único documento. No planejamento são estabelecidas as ações e as prioridades de execução em que são respeitadas as especificidades técnicas e circunstanciais de cada UC, já que uma das unidades é da categoria de Proteção Integral e duas de Uso Sustentável. Durante a elaboração do planejamento considera-se imprescindível a participação de todos os membros da equipe, de forma a garantir o envolvimento e comprometimento de todos no documento

consolidado. O planejamento da GICJ é subdividido em programas denominados proteção, conselhos gestores, pesquisa, comunicação, consolidação territorial, integração com o entorno, manejo de recursos, desenvolvimento de equipe, capacitação de equipe e inovação.

Dentro de cada programa são organizadas as ações e tarefas e seus custos financeiros. Os programas podem possuir ações específicas ou comuns às três UCs. Cada membro da equipe, independente da unidade onde está lotado e considerando suas competências intra e interpessoais, torna-se responsável por desenvolver um desses programas, estabelecendo que poderá, se necessário, contar com o auxílio dos demais.

Compreende-se que para o êxito da execução do planejamento operacional conjunto é imprescindível uma equipe motivada e comprometida com a superação dos desafios cotidianos na gestão das unidades, tornando-se obrigatório o Desenvolvimento de Equipe. Para isso a GICJ estabeleceu a realização de reuniões quinzenais, onde são abordados temas como motivação, integração, mediação de conflitos e outros. Nestas reuniões também são apresentados os desdobramentos do cumprimento do planejamento, possibilitando a sua monitoria e a avaliação, onde cada membro expõe o trabalho que tem realizado e obtém o apoio dos demais na solução de proble-



Artigos



avançar

1

2

A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

mas e na tomada de decisões, o que proporciona a reflexão conjunta sobre a gestão das unidades.

É incentivado dentro da GICJ o diálogo e o exercício da liderança situacional com vistas à autonomia e à responsabilidade de cada membro da equipe, minimizando os aspectos negativos da chefia burocrática e patrimonialista da gestão pública brasileira (ARAÚJO, 2007).

Outra ferramenta utilizada para o desenvolvimento da equipe é a confecção de um painel calendário, onde são registradas as atividades de todos os membros, facilitando a consulta e o acompanhamento das ações previstas e em execução. Isso permite que sejam revisadas e avaliadas as atividades realizadas durante todo o ano.



Artigos



voltar

1

2



A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

As ações desenvolvidas pela GICJ têm apresentado um resultado satisfatório, pois além de se ter alcançado o objetivo de otimizar os recursos das unidades, observa-se uma crescente agilidade na realização das ações propostas para as mesmas.

Entre as diferentes ações destacam-se os levantamentos de fauna, flora e socioambiental realizados por técnicos e pesquisadores colaboradores para subsidiar a elaboração dos planos de manejo das referidas unidades.

Foram criados os conselhos gestores de cada UC da GICJ, o que possibilitou um espaço legítimo para a compreensão, pelos grupos sociais, da dinâmica dos ecossistemas e das causas estruturantes dos problemas ambientais e a compreensão de sua responsabilidade perante os demais atores (LOUREIRO et al., 2005). As reuniões dos conselhos ocorrem conjuntamente, propiciando um intenso debate acerca dos problemas e questões das comunidades da região. A principal vantagem das reuniões conjuntas dos conselhos é a otimização do tempo dos representantes do poder público, que comparecem e discutem numa só reunião ao invés de três, o que resulta, também, na redução de custos para a realização das reuniões. Os comunitários têm se mostrado satisfeitos com a aproximação dos diferentes setores do poder público e do contato com as atividades e demandas das diferentes

localidades, criando um ambiente de constante aprendizado. Quando é apresentada uma demanda específica de uma unidade, somente os conselheiros daquela unidade deliberam.

A ESEC Cuniã e a RESEX Cuniã elaboraram em 2006 um projeto de ampliação da área, resultando, em dezembro de 2007, no decreto de ampliação em 72 mil hectares da ESEC Cuniã. Até o presente momento aguarda-se a publicação do decreto de ampliação da RESEX Cuniã, em aproximadamente 33 mil hectares.

Em 2008 foi realizado o primeiro curso de formação de brigadistas do PREVFOGO das unidades, que contará com um total de 21 contratados. O planejamento de trabalho para as brigadas prevê o envolvimento de toda a equipe da GICJ, sendo que os principais trabalhos envolvem a identificação dos limites das Unidades com placas e o cadastro e monitoramento das propriedades do entorno das unidades. Outras ações de proteção, fiscalização e monitoramento nas unidades e entorno, ocorrem de forma compartilhada.

A GICJ apóia direta e indiretamente projetos de geração de renda sustentável, como o Projeto Manejo do Jacaré na RESEX Cuniã, Projeto Estatística Pesqueira Comunitária/Manejo do Pirarucu, coordenado pela ONG Ecoporé, o Projeto Agroindústria de Açaí no Rio Madeira financiado pela Fundação Banco do Brasil, dentre outros.



Artigos



avançar

1

2

A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Observa-se, também, um aumento na satisfação de cada membro da equipe devido à obtenção de resultados efetivos, à ampliação do leque das ações realizadas simultaneamente e à implantação de um processo contínuo de avaliação e melhoria do gerenciamento de UCs, proporcionado pela GICJ.



Artigos



voltar

1

2



A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusão

Através da experiência vivenciada na GICJ pode-se compreender que não existe uma fórmula para desenvolver o trabalho em gestão integrada de unidades de conservação. A real necessidade para que este procedimento seja aplicado de forma satisfatória é uma equipe integrada, motivada e comprometida com a implantação e crescimento das unidades. O trabalho em gestão integrada nada mais é do que a união da equipe que estará buscando gerir de forma eficiente, como também eficaz, o patrimônio público que se encontra em sua responsabilidade, aliado a um planejamento operacional bem estruturado. O que parece ser um ponto fundamental neste trabalho é o foco na equipe, e não apenas nos indivíduos, bem como um constante diálogo entre os membros da mesma.

Apesar de nenhuma das UC da Gestão Integrada receber apoio do ARPA, o esforço da equipe em aproveitar janelas de oportunidades contribuiu para fortalecer o trabalho com o uso de ferramentas de gestão aplicadas no contexto do Programa de Gestão para Resultados – PGR, apoiado pela Cooperação Técnica Alemã no âmbito do ARPA, tais como planejamento estratégico, desenvolvimento de equipe e reuniões de monitoramento.

Merece ser mencionado também que alguns fatores administrativos contribuem para a gestão integrada dessas Unidades de Conser-

vação. Um deles é que todas as ações são planejadas e executadas a partir dos escritórios mantidos em Porto Velho, o que permite uma constante articulação/interlocução com outras instituições da administração pública, como INCRA, Ministério Público Estadual, Polícia Federal e Batalhão de Polícia Ambiental, por exemplo. Outro fator foi o apoio político-institucional que a GICJ recebeu da Superintendência do IBAMA em Rondônia, e das coordenações gerais e diretorias de cada UC.



Artigos



A GESTÃO INTEGRADA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO NORTE DE RONDÔNIA COMO ESTRATÉGIA AO GERENCIAMENTO EFETIVO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

ARAUJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil:** da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

BANCO de dados da gestão integrada Cuniã-Jacundá. Porto Velho, RO: [s.n.], 2006.

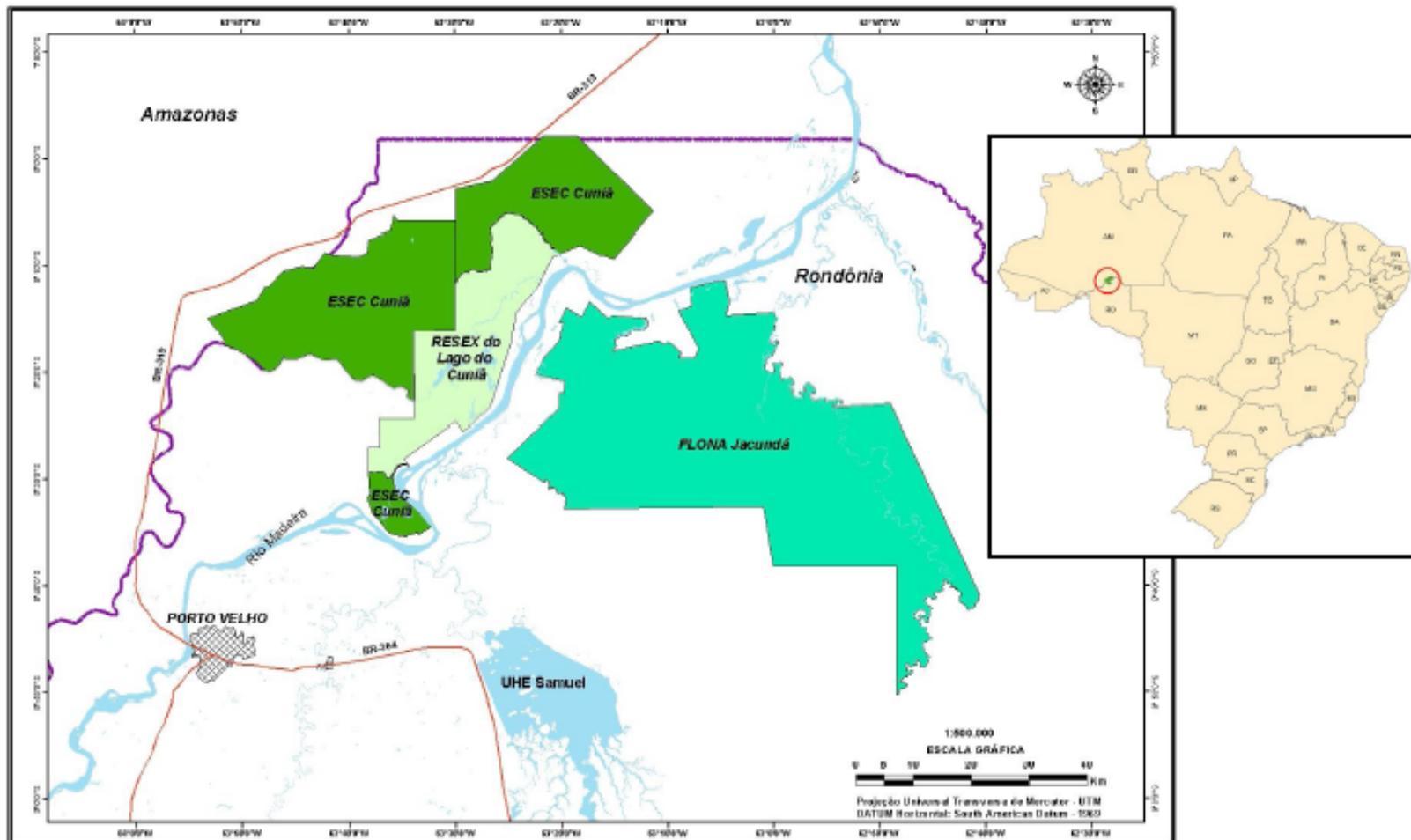
LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.



Artigos



Unidades de Conservação que compõe a Gestão Integrada Cuniã-Jacundá



COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS – FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Artigos



avancar

Bruno Marchena Romão Tardio

Tatiana Alves Fona e Franco

Parque Nacional Anavilhanas

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Foto: Bruno Kamada

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

Nas últimas décadas, a conservação da biodiversidade foi tema exaustivamente debatido em diversas instâncias. Porém, apesar dos esforços, não há ainda consenso claro sobre qual seria a melhor estratégia para o monitoramento e a proteção da biodiversidade das áreas de relevância para conservação. Neste contexto, a Amazônia merece especial atenção, não só por abrigar a maior diversidade biológica de todo o globo, mas também por sofrer alarmante perda de seus recursos naturais frente à expansão desordenada das atividades humanas (WILSON, 1997).

As Áreas Protegidas, principalmente as Unidades de Conservação (UCs), são consideradas os principais focos para o desenvolvimento de políticas nacionais de conservação da biodiversidade. No estado do Amazonas, o Parque Nacional (Parna) Anavilhanas, formado por um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo e uma extensa área de terra-firme, configura-se como uma das mais ameaçadas Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro.

Apesar de sua proximidade a Manaus e da facilidade de acesso, propiciando um grande potencial para a realização de pesquisas científicas, a biodiversidade de Anavilhanas é praticamente desconhecida. Pouquíssimos estudos até então foram realizados na região

e a maioria deles limitou-se a *checklists* de espécies ocorrentes, não fornecendo dados mais aprofundados sobre os recursos naturais de Anavilhanas. Sua proximidade à cidade de Manaus gera também constante pressão sobre seus recursos, principalmente às espécies vegetais madeireiras das ilhas. A fauna de Anavilhanas é alvo também de forte impacto, não só pela destruição de seus ambientes naturais como também pela atividade ilegal de caça. Outro fator determinante para o aumento da pressão sobre os recursos de Anavilhanas é a falta de incentivo à alternativas de renda para as comunidades locais, fazendo com que estas vejam as práticas ilegais no interior da UC como uns dos únicos meios de sustento imediato. Com a recente **recategorização** de Anavilhanas, espera-se encontrar um aumento expressivo das atividades de uso público, propiciando também um maior impacto sobre a unidade. Urge, portanto, a necessidade de se criar instrumentos específicos que auxiliem no monitoramento e proteção da biodiversidade integrados com os demais esforços já ocorrentes.

A criação de um Comitê Técnico-Científico foi a atividade sugerida sucintamente no Plano de Manejo de Anavilhanas. Como descrito, a função principal do Comitê seria a de assessorar nas linhas de



Artigos



avançar

1

2

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

pesquisa, deliberar sobre propostas de manejo e monitorar o zoneamento da Unidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002).

Pretendemos, aqui, descrever o processo de formação do Comitê Técnico-Científico do Parna Anavilhanas, enfatizando o método utilizado para seleção e mobilização dos pesquisadores envolvidos e os benefícios gerados para a proteção, pesquisa e monitoramento dos recursos naturais desta importante Unidade de Conservação.



Artigos



voltar

1

2



COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Etapas da Formação

Primeiramente, identificamos as principais ameaças da UC e elaboramos uma lista das áreas de conhecimento relacionadas. 

Posteriormente, foi realizado um levantamento minucioso de quais seriam os principais pesquisadores já envolvidos com a UC ou aqueles com atuação relevante nas áreas de conhecimento listadas na tabela 01. Buscamos identificar aqueles que possuísem não somente conhecimento técnico relevante à gestão da Unidade, mas também um perfil participativo e de possível comprometimento com os trabalhos propostos.

Após gerarmos uma lista com cerca de vinte pesquisadores, iniciamos um processo de mobilização através de visitas individuais, explicando de forma clara os objetivos e resultados esperados do Comitê.



Artigos



COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

As primeiras reuniões

Na primeira reunião (06 de dezembro de 2007), apresentamos o Parna Anavilhanas aos participantes, esclarecendo-lhes todos os assuntos referentes à pesquisa. Descrevemos também a infra-estrutura disponível e o conhecimento atual sobre a biodiversidade de Anavilhanas, citando suas distintas formações florestais, as espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, os aspectos socioeconômicos e culturais do entorno e suas principais ameaças.

Posteriormente, iniciou-se a discussão sobre a composição e a organização do Comitê. Foi deliberado, por iniciativa dos convidados, que ele fosse subdividido entre as seguintes áreas temáticas: fauna, flora, caracterização de paisagens, socioeconomia, geomorfologia, recursos hídricos e recursos naturais sob uso (proposta muito similar à utilizada para a seleção inicial dos membros). Houve a necessidade de se criar uma área temática específica chama “recursos naturais sob uso” para tratar das questões relacionadas às pressões antrópicas sofridas por Anavilhanas (caça, pesca, extração de madeira e turismo ilegais). Foi também consenso de que o Comitê seria composto por dez pesquisadores convidados por Anavilhanas e dez representantes de instituições de ensino e pesquisa. As instituições então foram propostas na própria reunião, considerando também suas relações com

as áreas do conhecimento listadas na tabela . Sugeriu-se também que o Comitê funcionasse como instância oficial e consultiva, pautada num Regimento Interno detalhado, contendo suas finalidades, atribuições, organização e funcionamento.

Em segunda reunião (05 de março de 2008), já com a presença dos representantes das instituições de ensino e pesquisa, demos início à elaboração da minuta do Regimento Interno. Ficou definido que o Comitê Técnico Científico teria como finalidade assessorar o planejamento, execução, gestão, avaliação e revisão do Programa de Conhecimento do PARNA de Anavilhanas, propondo projetos e linhas de pesquisa para a Unidade e também seu entorno. Outra importante função seria a de assessorar o Conselho Consultivo quando pertinente. Diferente do que ocorre em Conselhos Consultivos, optamos por vetar a possibilidade de o Comitê ser presidido pelo gestor da UC, já que se trata de uma instância consultiva com finalidade de assessorar o próprio gestor da Unidade. Ao contrário, a Secretaria Executiva deveria ser ocupada por servidores da UC, pois estes dispõem mais facilmente de recursos e infra-estruturas para o bom funcionamento das atividades.

Numa terceira reunião (28 de março de 2008), foi finalizada a minuta do Regimento Interno. A equipe da UC comprometeu-se a



Artigos



avançar

1

2

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

dar início aos procedimentos legais para oficialização do Comitê Técnico-Científico. Já visualizando a Revisão do Plano de Manejo (prevista para o próximo ano), foi agendada a organização de um Workshop no PARNA Anavilhanas para que fossem iniciadas as discussões referentes ao delineamento do novo Programa de Conhecimento da Unidade.

A formação do Comitê Técnico-Científico conta com a participação de vinte membros que demonstraram grande interesse e contribuíram ativamente nas discussões. A detalhada descrição do contexto atual da UC conseguiu direcionar o foco das discussões nas demandas mais urgentes de Anavilhanas, contribuindo para o planejamento de estratégias mais eficazes para proteção e monitoramento da biodiversidade local. A elaboração do Regimento Interno foi também conquista importante, pois tornou claras as discussões iniciais e facilitou um maior entendimento sobre as finalidades, funcionamento e competências do Comitê Técnico-Científico. 



Artigos



voltar

1

2



COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Considerações Finais

As primeiras discussões para a formação do Comitê foram um pouco confusas. Isto é comum ocorrer, como nas etapas iniciais de formação de Conselhos Consultivos, enquanto ainda não há uma construção coletiva sobre o papel do Comitê e os objetivos a serem alcançadas. Deve-se, portanto, almejar rigorosamente o consenso, principalmente nas discussões iniciais.

A seleção criteriosa dos membros participantes também é fundamental. Focar os critérios de seleção no perfil dos membros e nas ameaças da UC, tentando equilibrar a qualidade técnica-científica com a disponibilidade e comprometimento dos convidados, mostrou-se uma estratégia eficaz que facilitou a formação do Comitê. Além dos benefícios contemplados por suas atribuições, a formação de um Comitê Técnico-Científico traz também muitos outros resultados positivos, conseqüentes da aproximação da comunidade científica à Unidade de Conservação, pois seus membros acabam tornando-se agentes divulgadores, atraindo maior número de pesquisadores e estudantes que buscam iniciar projetos na Unidade. Em Anavilhanas, após darmos início às atividades do Comitê, tivemos em um ano um maior número de pesquisas que nos três anos anteriores juntos, além de recebermos importantes eventos como excursões científicas de Congressos Internacionais e cursos organizados por instituições de

pesquisa, como INPA e UFAM. A realização do Workshop de Pesquisa para revisão do Programa de Conhecimento de Anavilhanas foi também um importante passo para a unidade de conservação. Com o workshop, produziu-se uma proposta de Programa de Conhecimento integrado com distintas áreas do conhecimento (fauna, flora, socioeconomia, saúde pública, educação, patrimônio cultural material e imaterial, uso público, clima etc.), a fim de gerar conhecimentos necessários à implementação dos outros Programas de Manejo da Unidade.

A validade do processo de criação do Comitê Técnico-Científico do PARNA Anavilhanas foi também positiva pela experiência profissional proporcionada aos Analistas Ambientais envolvidos. A urgência de se priorizar pesquisas e recursos que visem solucionar os problemas críticos da Unidade é indiscutível e a criação de uma instância consultiva especializada configura-se, portanto, como uma ferramenta estratégica de grande utilidade que deve ser adotada como modelo para a gestão de Unidades de Conservação.



Artigos



COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO DO PARQUE NACIONAL ANAVILHANAS FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

WILSON, E. O. A situação atual da diversidade biológica. In: WILSON, E. O.; PETER, F. M. (Eds.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997. p. 3-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas**. Brasília, 2002.



Artigos



Principais ameaças de Anavilhanas e áreas de conhecimento relacionadas

AMEAÇAS	ÁREA DE ATUAÇÃO
01. Extração de madeira	Monitoramento, fenologia e estrutura etária de populações vegetais; regeneração de ambientes florestais degradados; distribuição espacial e avaliação de impactos madeireiros; taxonomia, sistemática vegetal, fragmentação florestal.
02. Caça da fauna silvestre	Impacto da caça sobre espécies da fauna; monitoramento e ecologia de espécies chave para conservação; genética para conservação da fauna silvestre.
03. Pesca predatória	Ecologia de peixes; Estoque pesqueiro; caracterização de pesca comercial e de subsistência; cadeia produtiva do pescado; acordos de pesca.
04. Visitação desordenada	Ordenamento do turismo; interpretação ambiental; visitação educativa e uso público em Ucs.
05. Falta de alternativa de renda	Desenvolvimento territorial comunitário; psicultura; agricultura familiar e sustentável; permacultura; meliponicultura; educação ambiental.



fechar



Lista, em ordem alfabética, dos membros do Comitê Técnico-Científico do Parna Anavilhanas

PESQUISADORES CONVIDADOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA
Dra. Flávia Regina Capellotto Costa	Companhia de Recursos Minerais – Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
Dr. Henrique dos Santos Pereira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Dr. José A. Alves Gomes	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)
Dr. José Luis Camargo	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Dra. Juliana Schietti de Almeida	Fundação Vitória Amazônica (FVA)
Dr. Marcelo Menin	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Dr. Renato Cintra Soares	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
Dr. Ronis Da Silveira	Universidade Estadual do Amazonas (UEA)
Dr. Sylvain J. Marie Desmouliere	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Dr. Thierry Ray Jehlen Gasnier	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)



fechar



VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS



Artigos



avançar

Tatiana Alves Fona e Franco
Bruno Marchena Romão Tardio

Parque Nacional Anavilhanas

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Nailza Pereira

Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Foto: Acervo Anavilhanas

VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

O Parque Nacional de Anavilhanas é uma Unidade de Conservação Federal localizada no Baixo Rio Negro, Estado do Amazonas, formado por uns dos maiores arquipélagos fluviais do mundo. Possui complexa rede de lagos, paranás e praias que permeiam as mais de 400 ilhas da Unidade, compondo uma das paisagens mais famosas da Amazônia. O Parque está inserido no centro do Mosaico de UCs do Baixo Rio Negro que também abriga outras sete Unidades de Conservação e uma Terra Indígena: o Parque Estadual (PAREST) do Rio Negro Setor Norte, o Parque Nacional (PARNA) do Jaú, a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Direita do Rio Negro, APA da Margem Esquerda do Rio Negro, o PAREST do Rio Negro Setor Sul e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé e a Terra Indígena Waimiri-Atroari.

O acesso a Anavilhanas é facilitado por uma hidrovia que liga o Alto Rio Negro à capital Manaus, onde operam linhas regulares de barco recreio (embarcação típica de transporte coletivo). Além do acesso fluvial, há também rodovias que conectam Cacau Pirêra (localidade em frente à cidade de Manaus, na margem oposta do Rio Negro) à cidade de Novo Airão, às margens do Arquipélago de Ana-

vilhanas. A grande beleza cênica e facilidade de acesso são fatores que potencializam a atividade turística na unidade.

Atualmente, as atividades de turismo são exercidas em várias das cerca de 60 comunidades do entorno da UC; na cidade de Novo Airão, que comporta 11 empreendimentos que variam de pequenas pousadas a hotéis de grande porte, além de cerca de 30 canoieiros que exercem trabalhos autônomos de guia utilizando pequenas embarcações; e aproximadamente 40 agências de turismo de Manaus, sendo Anavilhanas o principal atrativo turístico. Porém, nem sempre as atividades de visitação respeitam o zoneamento, o que gera impacto sobre os recursos naturais de Anavilhanas. Além disto, a inexpressiva inserção da população local na cadeia produtiva do turismo e a falta de alternativa de renda fazem com que os municípios e comunidades do entorno recorram a atividades ilegais na UC, como a extração de madeira, caça e pesca.

Para tanto, elaborou-se um Programa de Visitação Educativa, que utiliza a Interpretação Ambiental como ferramenta estratégica para o ordenamento do uso público na unidade. Almeja-se, portanto, que esta ferramenta auxilie os visitantes na conscientização sobre o valor do local visitado e proporcione a compreensão entre o público e os



Artigos



avançar

1

2

VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

órgãos responsáveis pela gestão de Áreas Protegidas (Sharped *et al.* 1994 *apud* Pereira 2004).

A implementação de um Programa de Visitação estimula também a geração alternativa de renda local através da formação e regulamentação das atividades de guias e condutores credenciados, diminuindo a pressão direta sobre os recursos naturais da UC, agregando valor à biodiversidade e melhorando a imagem do órgão gestor para as populações locais e organizações envolvidas.

Com a recategorização de Anavilhanas para Parque Nacional (BRASIL, 2008), torna-se ainda mais urgente a continuidade das atividades de ordenamento do uso público nesta importante unidade de conservação do Baixo Rio Negro.



Artigos



voltar

1

2



VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Em 2005, o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), em parceria com o IBAMA/Anavilhanas, mobilizou as agências e operadoras de turismo que atuam na região do Baixo Rio Negro bem como as instituições governamentais e não governamentais envolvidas.

A partir desta mobilização inicial, foi então realizada a primeira reunião do *Trade* Turístico do Baixo Rio Negro. Desta reunião, criou-se uma agenda de vários outros encontros  onde foram trabalhadas informações como o SNUC e as categorias de UCs, o zoneamento das UCs do Baixo Rio Negro, Plano de Uso Público dentre outros temas relacionados, buscando sempre expôr a necessidade do ordenamento do turismo nas Unidades de Conservação da região.

Das reuniões, surgiram também outras demandas necessárias ao ordenamento do turismo no Baixo Rio Negro, como a criação de materiais informativos, questionários aos visitantes, capacitações dos atores envolvidos e a elaboração participativa do Programa de Visitaçào Educativa da ainda Estação Ecológica de Anavilhanas.



Artigos



VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Com o apoio do Programa ARPA e também do *Trade* Turístico do Baixo Rio Negro, foi elaborado o *folder* “Conduta Consciente”, que tem como público alvo os visitantes das Unidades de Conservação da região. Este *folder* objetiva orientar o visitante sobre a legislação ambiental pertinente às UCs, as formas responsáveis de conduta e respeito ao meio ambiente, localização das unidades e os seus respectivos órgãos gestores.

Foi também finalizado, de forma participativa, o Programa de Visitação Educativa para Anavilhanas. Este documento apresenta o formato de uma cartilha auto-explicativa, contendo informações sobre Anavilhanas, os objetivos do Programa e o “passo-a-passo” para se cadastrar e licenciar as atividades de uso público na UC.

O Programa tem como principais diretrizes:

1. Adotar a interpretação ambiental como forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC (BRASIL, 2006);
2. Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local (BRASIL, 2006);
3. Incentivar o desenvolvimento econômico local estimulando atividades com bases sustentáveis e comunitárias;

Durante a elaboração do Programa, ficou evidente a necessidade de envolver outros atores em todo o processo de ordenamento do uso público da região, para que as três diretrizes fossem alcançadas. Convidamos, portanto, os guias das agências de turismo de Manaus e dos hotéis do Baixo Rio Negro, os canoeiros de Novo Airão e os condutores das comunidades do entorno.

A fim de capacitar esses atores nas atividades de visitação, o Par- na Anavilhanas promoveu, com financiamento do Programa ARPA, a realização de Cursos de Visitação Educativa em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro, ministrados sob a coordenação do IPÊ e do PARNA Anavilhanas, apoiados pelo Grupo de Trabalho do Trade Turístico (cooperação entre a Associação dos Operadores de Barcos de Turismo, Associação Brasileira de Agências de Viagens do Amazonas, Centro Estadual de Unidades de Conservação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Manaus/RDS Tupé).

Os cursos tiveram como objetivo nivelar as informações sobre UCs do Baixo Rio Negro e passar noções básicas de interpretação ambiental. O conteúdo programático principal dos cursos foi:

1. As UCs do Baixo Rio Negro (categorias, restrições, atrativos etc.);
2. Plano de Manejo das UCs do Baixo Rio Negro;



Artigos



avançar

1

2

VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

3. Noções de Plano de Uso Público;
4. Conceitos de Interpretação Ambiental;
5. O papel da interpretação ambiental na conservação da biodiversidade;
6. Aula prática de interpretação ambiental em UCs.

Com a recategorização, criou-se a necessidade de discutir o Programa de Visitação Educativa com os atores envolvidos, adaptando-o às novas diretrizes legais da unidade. Para tanto, novas reuniões e oficinas foram organizadas e o tema foi também exposto ao Conselho Consultivo da UC.



Artigos



voltar

1

2



VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

O ordenamento do uso público em Anavilhanas é atividade prioritária, não só demandada pelo órgão gestor e atores envolvidos como também sugerida pelo Conselho Consultivo e pelo Comitê Técnico Científico da Unidade.

A produção do Folder “Conduta Consciente” foi importante para a divulgação das UCs do Mosaico do Baixo Rio Negro aos visitantes e aos guias. Estes, até então, não participavam das atividades oriundas das reuniões do Trade Turístico e a produção do folder propiciou uma maior aproximação deste público. Os folders foram distribuídos pelo Centro de Atendimento ao Turista de Novo Airão e pelas agências de turismo e hotéis de selva da região. Os custos de sua impressão foram financiados por atores do Trade (hotéis, agências e instituições governamentais), o que criou um clima cooperativista dentro do grupo.

O Programa de Visitação Educativa, elaborado com a participação de todo o trade turístico, deu os passos iniciais para o ordenamento da atividade em Anavilhanas. Optou-se primeiramente por trabalhar a mobilização e capacitação dos atores envolvidos e a construção coletiva do corpo do programa, a fim de garantir que todos os interesses, tanto do órgão gestor quanto do Trade Turístico, fossem

atendidos. Os resultados decorrentes da elaboração deste Programa acabaram por facilitar também a rediscussão do zoneamento e uso público na UC, numa nova perspectiva de Parque Nacional.

Na reunião do Conselho Consultivo de 14 de novembro de 2008, a atividade de uso público no já Parque Nacional foi, então, amplamente discutida. A Coordenação de Visitação do ICMBio, presente na reunião, enfatizou a necessidade de trabalhar um Plano Emergencial de Uso Público até que seja elaborado um novo Plano de Manejo de acordo com a nova categoria, em decorrência do atual cenário favorável (recursos disponíveis, parcerias etc.). O Conselho Consultivo enfatizou a necessidade da implementação do turismo de base comunitária, para garantir o envolvimento do município de Novo Airão e dos ribeirinhos na atividade.

Para elaboração Plano Emergencial, serão realizadas oficinas com diferentes atores do Trade Turístico e um levantamento dos estudos e iniciativas das atividades turísticas na unidade. Nestas oficinas, serão mapeadas áreas de uso, pontos interpretativos e atividades desenvolvidas em cada um destes locais. Além disto, serão discutidas as necessidades de estruturação da unidade e das comunidades para receber o turismo, definir procedimentos como requisição de autori-



Artigos



avançar

1

2

3

VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

zação, credenciamento etc. Neste contexto, o Programa de Visitação Educativa será um subsídio para criação do Plano Emergencial de Uso Público.

As capacitações serão pré-requisitos para o cadastramento futuro dos guias e condutores pelo ICMBio/Anavilhanas. Há, porém, a necessidade de estes cursos terem uma certa frequência, para que sejam incorporados os novos guias e condutores e para reciclar os já capacitados. Contudo, considerando os benefícios gerados da capacitação e do ordenamento do turismo, além dos três cursos previstos para este ano, cada um destinado a públicos distintos (comunitários do entorno, canoieiros de Novo Airão e guias de Manaus), há grande interesse das agências e hotéis envolvidos em apoiar futuras capacitações. Planejamos também um encontro final entre os três públicos, para que estes possam fazer um intercâmbio de experiências e divulgar suas atividades de visitação.

Foi identificado pelas agências e guias de Manaus uma carência de informações técnicas acessíveis sobre as UCs do Baixo Rio Negro. Como uma das premissas da interpretação ambiental é adaptar a linguagem muitas vezes científica e técnica referente ao meio ambiente e/ou à cultura do local visitado (NELSON; PEREIRA, 2004), atentamos à necessidade de disponibilizarmos informações que enriquecessem a interpretação do ambiente pelos guias. Portanto, oferecemos aulas avulsas em horários previamente acordados com os guias,

abordando temas específicos e peculiares da fauna, flora, ecologia, arqueologia e etnoconhecimento nas Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro. Para tanto, buscamos apoio dos pesquisadores envolvidos com o Comitê Técnico-Científico do Parque Nacional de Anavilhanas.

Enfim, é indiscutível a urgência de estruturar e ordenar o PARNA de Anavilhanas para o uso público. A atividade configura-se como uma grande oportunidade para o desenvolvimento de estratégias de gestão e geração de renda para a UC e o entorno.

Porém, apesar da urgência, não se deve desprezar as fragilidades dos ecossistemas de Anavilhanas e o complexo contexto socioeconômico da região, ainda pouquíssimo conhecido e estudado. As praias, por exemplo, um dos maiores atrativos da unidade, são sítios específicos extremamente importantes para a reprodução de espécies da fauna silvestre, como aves residentes e migratórias, jacarés, quelônios e peixes, muitas destas consideradas vulneráveis à extinção. A simples presença humana pode, portanto, representar significativa ameaça, pois obrigam estes animais a abandonarem seus ovos, ninhos e filhotes influenciando de forma determinante o sucesso reprodutivo das espécies. A compreensão da realidade socioeconômica da região é também essencial, pois muitas das atividades ilegais realizadas em Anavilhanas, que põem em risco suas belezas cênicas, são decorrentes da falta de alternativa de renda para as comunidades



Artigos



avançar



voltar

1

2

3

VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

ribeirinhas bem como da própria localização da unidade como área restritiva para o uso dos recursos pelas populações humanas.

Portanto, a fim de aliar a proteção da biodiversidade com um uso público de qualidade e socialmente justo, cabe ao órgão gestor envolver de forma participativa todos os segmentos interessados para que se possa estruturar e ordenar as atividades de turismo do Parque Nacional de Anavilhanas com base comunitária, considerando também os conhecimentos técnicos e científicos sobre a unidade.



Artigos



voltar

1

2

3



VISITAÇÃO EDUCATIVA E ORDENAMENTO DO USO PÚBLICO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BRASIL. Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008. Transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981, em Parque Nacional de Anavilhanas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 2008.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas**. Brasília, 2002.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. (Orgs.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Ed. Valer; Uninorte, 2004.

SHARPE, G. W.; ODEGAARD, C. H.; SHARPE, W. F. **Comprehensive Introduction to Park Management**. Champaign, USA: Sagamore Publishing, 1994.



Artigos





Curso de Visitação Educativa Canoeiros de Novo Airão.



fechar

Curso de Visitação Educativa Canoeiros de Novo Airão.

CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Flávia Pinto

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Edwin Keizer

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Greenpeace - Amazônia

Reinaldo I. Barbosa

Ciro Campos

Romério Briglia Ferreira

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Larissa Diehl

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Luciana Surita

Julian Quitiaquez

Renata Bocorny

Tharsila Carranza

Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas de Boa Vista (SMGA)



Artigos



avancar

CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

A Amazônia é constituída, além de florestas, por áreas abertas como as Savanas e Campinas. As Savanas representam 13% da Amazônia Legal e possuem apenas 6% da sua área protegida, estando essas unidades localizadas na fronteira com o Bioma Cerrado (CAPOBIANCO, 2001). Roraima possui o maior bloco contínuo de savanas do Bioma Amazônia, que localmente é conhecido como “Lavrado” (BARBOSA et al., 2007). Apesar da sua importância para a representatividade dos ecossistemas existentes na Amazônia, o Lavrado não está protegido na forma de Unidades de Conservação (UCs). Assim, com o intuito de concretizar um plano para a criação em âmbito federal de uma UC no Lavrado, uma articulação interinstitucional entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi iniciada em 2004 e efetivada apenas em 2006 através do apoio do programa ARPA.

O IBAMA formou um grupo de trabalho (GT) junto com o INPA e a Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas do Município de Boa Vista (SMGA) para a escolha da área para criação da UC. Devido ao grande percentual de áreas protegidas federais em Roraima, principalmente Terras Indígenas (TIs), os participantes do GT acordaram que a área pretendida deveria ter a menor ocupação

possível e não estar destinada a projetos oficiais do INCRA ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a fim de minimizar os conflitos sociais resultantes da sua indicação, ao mesmo tempo que contemplasse grande diversidade biológica e se alinhasse com os objetivos de conservação em âmbito regional. Esse texto trata do método adotado para a indicação da área para a criação da UC, pautado em critérios objetivos e quantificáveis que consideraram a falta de informação sistematizada sobre a biodiversidade do Estado.



Artigos



CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

O processo para indicar a unidade de conservação

Primeira fase:

Definição de áreas disponíveis. A diretriz principal para a definição de uma ou mais áreas propícias para a criação da UC foi a escolha de áreas livres, ou aquelas com menor ocupação humana e sem destinação para homologação ou ampliação de TIs. Assim, um mapa de áreas livres no Lavrado foi gerado cruzando as bases georreferenciadas de lotes e assentamentos com registro no INCRA (2004) e as bases de TIs e UCs federais do Instituto Socioambiental (2006).

Segunda fase:

Avaliação das áreas por critérios de elegibilidade. Dois princípios básicos nortearam a escolha de uma das três áreas pré-definidas: a representatividade biológica e a facilidade de gestão. Baseado nessas características doze critérios foram definidos para a escolha da área. Cada participante do GT hierarquizou de 1 a 12, por grau de importância, cada um desses critérios. Os critérios que receberam pontuações muito discrepantes foram discutidos e reavaliados, procurando-se balizar o conceito geral a respeito do tema. A média

final dos escores de cada integrante deu origem à tabela de critérios e pesos, recebendo a pontuação máxima o critério mais relevante (12 pontos) e o último recebendo apenas um ponto. Para cada critério foram definidos indicadores e os valores foram extraídos a partir do processamento das bases cartográficas oficiais do INCRA (2004) e SIPAM (2004) . A pontuação relacionada ao entorno das áreas de estudo foram extraídas de uma zona de 10 km ao seu redor. Os pontos de cada indicador, atribuído a cada área, foram divididos pela soma total de pontos das três áreas. Estes valores foram então multiplicados individualmente pelo peso do critério, obtendo-se assim a pontuação final de cada critério para cada área. Critérios com mais de um indicador seguiram o mesmo esquema de cálculo de pontos. A soma dos pontos de todos os critérios compôs a pontuação final. Cada indicador poderia representar um critério positivo ou negativo, somando ou diminuindo pontos na indicação (ver detalhes do método em Lamberts et al. (2005)).



Artigos



CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Primeira fase: Definição de áreas disponíveis.

Quatro áreas com tamanho superior a 60.000 ha de Lavrado e com reduzidos problemas fundiários foram detectadas : Área 1 – Serra do Tucano; Área 2 – região da Pedra Pintada, margem esquerda da BR174; Área 3 – São Silvestre, em Boa Vista e Área 4 – Serra da Lua. As quatro áreas foram avaliadas em campo para verificar se o grau de ocupação observado nas bases do INCRA condizia com a situação atual de uso da terra. Nesta instância de avaliação, a Área 3, no município de Boa Vista, foi descartada devido a processos de loteamento, invasão de áreas por fazendas já estabelecidas e indícios de expansão de monoculturas como soja e acácia. As demais áreas foram avaliadas através de sobrevôos com helicóptero para o reconhecimento aéreo dos principais aspectos físico-paisagísticos e registro através de filmagens e fotos.

Segunda fase: Avaliação das áreas por critérios de elegibilidade.

Dos doze critérios definidos, oito foram critérios biológicos e representaram 71% da pontuação. Os outros quatro critérios (29%) estavam relacionados às facilidades de gestão da área, diminuindo pontos na indicação quando maior o grau de ocupação e degrada-

ção da área. O primeiro critério do *ranking* cooptava com o objetivo principal da UC, pontuando as áreas pelo percentual de cobertura de lavrado. Os outros dois subseqüentes substituíam a falta de informação sobre a biodiversidade local utilizando o grau de insubstituibilidade do ARPA (NELSON; ALBERNAZ; SOARES, 2006) e a heterogeneidade espacial da paisagem como substitutos. Destacam-se entre os critérios de gestão as indicações do Zoneamento Ecológico Econômico do estado de Roraima (ZEE 2002).

A Serra da Lua obteve a maior pontuação (15,18) e foi a indicada para a criação de uma UC representativa do Lavrado de Roraima, seguida pelas regiões da Serra do Tucano (10,35) e da Pedra Pintada (9,81). As áreas da Pedra Pintada e da Serra do Tucano perderam pontos nos quesitos relacionados ao uso da terra. Tanto pela existência de fazendas na região da Pedra Pintada, quanto pelas ameaças à biodiversidade associadas à rizicultura na região do Tucano, indicando que os critérios de gestão, apesar de contarem apenas com um terço do peso da indicação, foram importantes para descartar áreas já impactadas e com alto custo de desocupação.

A Serra da Lua apresenta grande heterogeneidade de paisagem com áreas de savana aberta e savana parque em mosaico com florestas ombrófila densa e regiões de contato com Campinaranas, nos



Artigos



avançar

1

2

CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

83.000 ha avaliados. É entrecortada pelas bacias dos Rios Mau, Quitauau, Tacutu e Urubu e apresenta baixa ocupação, com apenas 1% da área em estudo ocupada por três fazendas, que praticam a criação de gado de forma extensiva nos campos naturais do Lavrado. A área possui 22% do perímetro circundado pelas TIs Moskou, Muriru e Jacamim, indicando grande potencial de formação de corredores ecológicos na área. No entanto, perdeu pontos relacionados às ameaças à biodiversidade, devido à existência de três assentamentos do INCRA em acelerado processo de consolidação no entorno da área pretendida. No ZEE, a região do complexo da Serra da Lua, adjacente a área pretendida para a criação da UC, é também indicada para proteção. A inclusão do maciço da Serra da Lua no contorno definitivo da UC é relevante por tratar-se de uma Área de Proteção Permanente que é berço de três importantes bacias hidrográficas que cortam a área de Lavrado, e duplicaria a área pretendida para a criação da UC. Além disso, o gradiente altitudinal existente na região (~900m) indica a presença de espécies endêmicas. Sua localização em áreas de ecótonos com florestas e campinaranas, além da existência do complexo da Serra da Lua ainda em ótimo estado de conservação, indica que a região deve abrigar alta diversidade de espécies, além de manter a conectividade entre o mosaico de áreas abertas existentes na região.



Artigos



voltar

1

2



CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões e Considerações Finais

Embora este documento indique apenas a área da Serra da Lua para a criação de uma UC, é importante salientar que as demais também representam áreas importantes para a proteção do Lavrado. Apesar de apresentarem valores similares de heterogeneidade, as áreas apresentam características paisagísticas distintas, destacando-se a existência de paleodunas na região da Serra do Tucano e, possivelmente, sítios arqueológicos na região da Pedra Pintada. Essa última também se destaca pela presença de grandes afloramentos de rocha associados com ilhas de mata, bastante característicos dessa região de transição com as savanas estépicas do extremo norte do estado.

Embora os fatores biológicos sejam até hoje preponderantes na criação de uma UC, atualmente, com o acelerado processo de uso da terra, a adoção de critérios de gestão na criação de novas áreas deve se tornar mais freqüente. O uso de critérios substitutos da biodiversidade, como a heterogeneidade da paisagem, também parece promissor em regiões com baixo conhecimento biológico.

Essa é a primeira iniciativa conhecida no estado de Roraima de criação de uma UC onde, ainda na fase de proposição, diferentes órgãos ambientais e de pesquisa somam esforços para propor a proteção de um ecossistema raro, cobiçado pelo agronegócio, em um Estado com problemas fundiários graves e com um histórico de an-

tagonismo a criação de novas terras federais. Essa iniciativa mostra a importância e a necessidade da união de diferentes esferas do poder público para a proposição de novas UCs para que sua indicação, além de cumprir seu papel de representatividade biológica, minimize problemas de gestão e, principalmente, problemas sociais associados a sua criação. 



Artigos



CRITÉRIOS E INDICADORES PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NAS SAVANAS DE RORAIMA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BARBOSA, R. I. et al. The “Lavrados” of Roraima: biodiversity and conservation of Brazil’s Amazonian Savannas. **Functional Ecosystems and Communities**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 29-41, 2007.

CAPOBIANCO, J. P. R. Representatividade das unidades de conservação e terras indígenas em relação às fitofisionomias da Amazônia Legal. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (Eds.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo: ISA / Estação Liberdade, 2001. 540 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Base cartográfica digital das propriedades rurais com registros no INCRA para o estado de Roraima**. Roraima, 2004. Formato shapefile.

LAMBERTS, A. H. et al. Proposta de criação de uma Unidade de Conservação nas savanas de Roraima. Boa Vista: INPA/IBAMA/SMGA, 2005. 56 p. Relatório Técnico. Disponível em: <<http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo>>.

NELSON, B.; ALBERNAZ, B.; SOARES, B. **Estratégia de conservação para o Programa ARPA**: representatividade ecológica e ameaças. Relatório de consultoria. [S.l.: s.n.], 2006.

SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM). **Base cartográfica 1:250.000 Amazônia Legal**. Manaus: Centro Regional do SIPAM, 2004. 4 CD’s-ROM.



Artigos



Tabela 1 – Indicação de prioridade dos critérios utilizados para a pontuação das áreas pretendidas para criação de uma UC nas savanas de Roraima (lavrado), bem como seus respectivos indicadores, valores e pesos utilizados para a pontuação.

Prioridade	Critério	valor	Indicadores	peso
1	% de cobertura de savanas (lavrado)	+	1 ponto para cada 10.000 ha de cobertura de lavrado	12
2	Grau de insubstituibilidade de fitofisionomias (+)	+	% da área coberta por Cenário sem TIs	11
3	Heterogeneidade espacial de paisagens	+	No de fitofisionomias, No de classes de solo, No de microbacias, No de cotas altimétricas, No de geounidades, Hidrografia (km)	10
4	Áreas com ocupação humana	-	Área ocupada por lotes (%), No de lotes	9
5	Conectividade com UC e TI	+	No de TIs e UCs no entorno (10 km), Cobertura do entorno com TIs e UCs (%)	8
6	Ameaças ao uso da terra	-	Densidade de estradas (km/área), Densidade de comunidades (número/área), No de monoculturas, No de focos de calor (intensidade de uso).	7
7	Conectividade com outras classes fitofisionômicas	+	Área de cobertura (%)	6
8	Vegetação e paisagens intactas em relação a áreas degradadas	-	Área degradada/ha (%)	5
9	Gestão Ambiental (indicações de uso atribuídas pelo ZEE)	+/-	Aptidão agrícola, Vulnerabilidade, Gestão territorial	4
10	Área total disponível	+	Área (ha)	3
11	Presença de atrativos turísticos: características particulares da paisagem, atrativos cênicos, espécie raras, etc.	+	No de cadeias de montanhas e No de rios	2
12	Acesso à área	+	No de vias de acesso pavimentadas, No de vias não-pavimentadas, Distância da capital (km)	1



fechar

Tabela 1 – Indicação de prioridade dos critérios utilizados para a pontuação das áreas pretendidas para criação de uma UC nas savanas de Roraima (lavrado), bem como seus respectivos indicadores, valores e pesos utilizados para a pontuação.

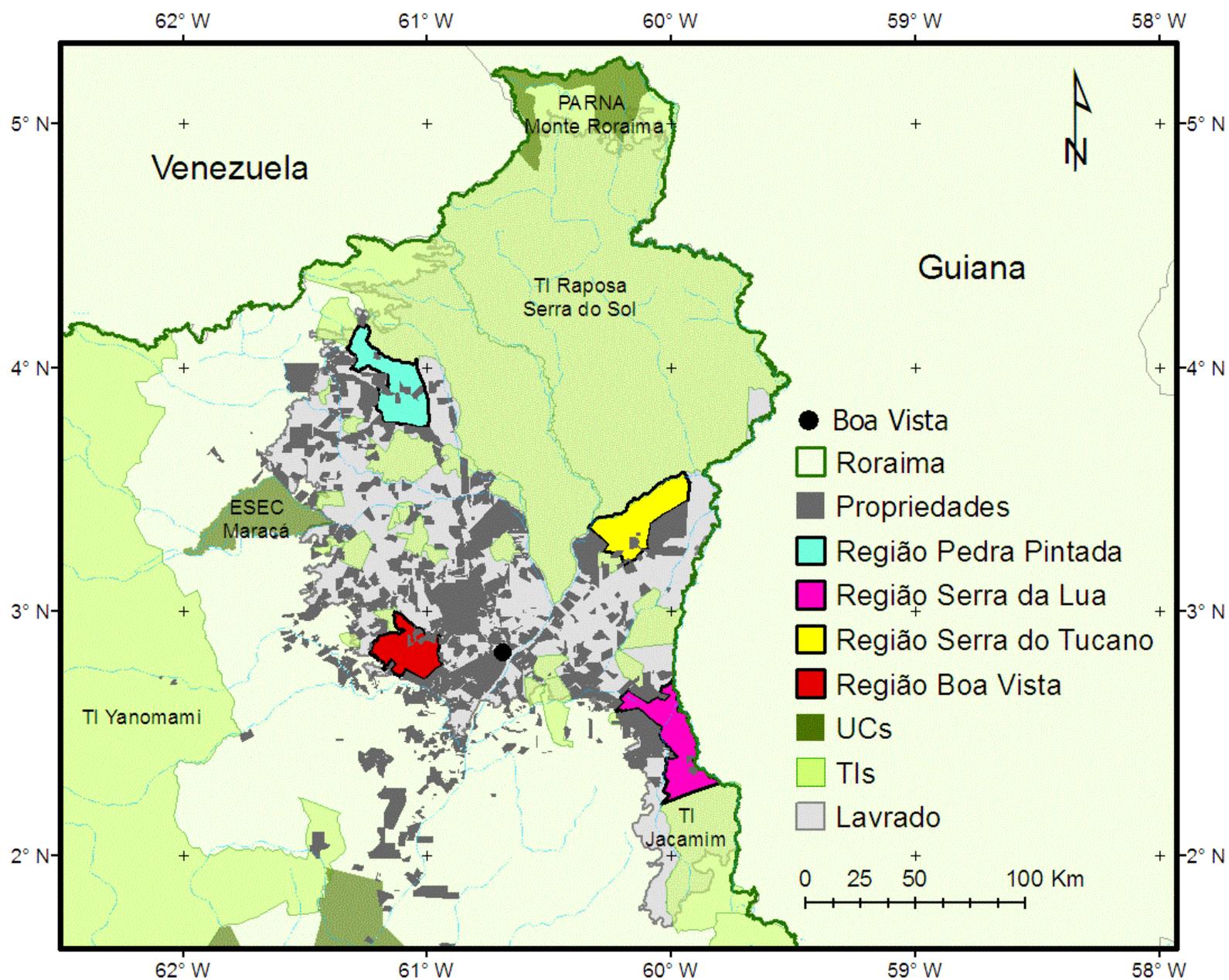
Prioridade	Critério	valor	Indicadores	peso
1	% de cobertura de savanas (lavrado)	+	1 ponto para cada 10.000 ha de cobertura de lavrado	12
2	Grau de insubstituibilidade de fitofisionomias (+)	+	% da área coberta por Cenário sem TIs	11
3	Heterogeneidade espacial de paisagens	+	No de fitofisionomias, No de classes de solo, No de microbacias, No de cotas altimétricas, No de geounidades, Hidrografia (km)	10
4	Áreas com ocupação humana	-	Área ocupada por lotes (%), No de lotes	9
5	Conectividade com UC e TI	+	No de TIs e UCs no entorno (10 km), Cobertura do entorno com TIs e UCs (%)	8
6	Ameaças ao uso da terra	-	Densidade de estradas (km/área), Densidade de comunidades (número/área), No de monoculturas, No de focos de calor (intensidade de uso).	7
7	Conectividade com outras classes fitofisionômicas	+	Área de cobertura (%)	6
8	Vegetação e paisagens intactas em relação a áreas degradadas	-	Área degradada/ha (%)	5
9	Gestão Ambiental (indicações de uso atribuídas pelo ZEE)	+/-	Aptidão agrícola, Vulnerabilidade, Gestão territorial	4
10	Área total disponível	+	Área (ha)	3
11	Presença de atrativos turísticos: características particulares da paisagem, atrativos cênicos, espécie raras, etc.	+	No de cadeias de montanhas e No de rios	2
12	Acesso à área	+	No de vias de acesso pavimentadas, No de vias não-pavimentadas, Distância da capital (km)	1



fechar

Áreas livres identificadas para a criação de uma UC representativa do Lavrado de Roraima.

Área 1 – Serra do Tucano; Área 2 – região da Pedra Pintada; Área 3 – São Silvestre e Área 4 – Serra da Lua.



O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Leonardo Brasil dde Matos Nunes

Parque Nacional da Serra do Pardo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Patricia Farina

Reserva Biológica do Tapirapé

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Walcilea Pereira da Silva Cruz

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)Gerencia Executiva II Marabá / PA

Raimundo Façanha Guedes

Reserva Biológica do Tapirapé

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Frederico Drumond Martins

Floresta Nacional de Carajás

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)



Artigos



avançar

Foto: Patrícia Farina

O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

A região norte do Brasil é, desde o final dos anos setenta, considerada como a nova fronteira agrícola do país, que deve ser ocupada e utilizada para o crescimento da economia do país. Para que isto fosse viabilizado o Governo Federal incentivou diversas ondas de migração em diferentes épocas nestes últimos trinta anos.

As populações que ocuparam a região amazônica, trouxeram culturas e as práticas agropecuárias das regiões sul e sudeste do país, que implicam na retirada da cobertura vegetal original. Estas práticas desestabilizam o equilíbrio ecológico e exaurem o solo da região, gerando conseqüências incompatíveis com a conservação do meio ambiente, tais como o manejo do solo baseado no uso do fogo e a exploração intensiva de pastagens, sem qualquer tipo de correção ou rotatividade das mesmas. Com o esgotamento das áreas de cultivo, que se tornam praticamente improdutivas, os proprietários avançam para novas áreas ainda não exploradas e cria-se um ciclo de ocupação, econômica e ecologicamente insustentável.

Como resposta à devastação causada por este ciclo de ocupação da região norte, o Governo tem utilizado a criação de Unidades de Conservação – UCs, como uma das alternativas para a proteção da biodiversidade. No entanto, esse modelo de conservação tem se confrontado com as concepções de uso dos recursos naturais e ocu-

pação do solo (FRANCO, 2004). Assim, constata-se com freqüência que áreas protegidas são palco de conflitos de interesses, em geral envolvendo de um lado as populações locais, que reivindicam seu direito ao uso dos recursos naturais e, de outro, organismos e entidades que trabalham em prol da conservação desses recursos.

O reconhecimento da complexidade da questão “conservação *versus* uso” fez surgir o pressuposto, hoje amplamente aceito, de que o sucesso de iniciativas de conservação em áreas protegidas sujeitas à pressão humana depende da inclusão das populações locais no desenho, execução e monitoramento de resultados dessas iniciativas (BOLZANI; KARAM, 2002).

Com o objetivo de alcançar esta participação das populações locais, foram desenvolvidas a partir da década de setenta várias metodologias que resultaram no que hoje conhecemos como “Diagnóstico Rural Participativo – DRP”, conceituado por Chambers (1992) como “um crescente grupo de enfoques e técnicas que permitem à população local compartilhar, analisar e aperfeiçoar seus conhecimentos a respeito de suas próprias condições de vida, com objetivo de planejar e agir”. Corresponde a uma metodologia especificamente elaborada para intervir, de forma planejada, na complexa realidade dos assentamentos rurais da Reforma Agrária no Brasil, composta por



Artigos



avançar

1

2

O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permitem obter informações qualitativas e quantitativas, em curto espaço de tempo. Foi baseado como instrumento que viabiliza a participação do público de suas ações, a partir de alguns princípios em comum, tais como flexibilidade na coleta de informações, participação e reciprocidade na aprendizagem. Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os grupos de mediação e os assentados (PEREIRA, 1998).

Na região Sudeste do Pará existe o Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás, composto pelas Florestas Nacionais – FLO-NAs: Carajás (410.000ha), Itacaiúnas (53.000ha) e Tapirapé-Aquiri (190.00ha); pela Área de Proteção Ambiental – APA do Igarapé Gelado (40.000ha) e pela Reserva Biológica – REBIO do Tapirapé (103.000ha).

O Mosaico de UCs de Carajás, juntamente com a Terra Indígena Xicrin do Cateté, forma uma “ilha” com cerca de 1.200.000ha de áreas protegidas nos municípios de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e São Félix do Xingu, localizados no sudeste do estado do Pará, na região conhecida como “Arco do Desflorestamento”, uma área amplamente devastada pela expansão agrícola, pela exploração madeireira e por Projetos de Assentamento – PAs.

Como forma de tentar diminuir o conflito ambiental no entorno das UCs, uma equipe de servidores da Gerência Executiva do IBAMA em Marabá, em conjunto com a equipe gestora da REBIO do Tapirapé, foi a campo para conhecer melhor a realidade das comunidades do entorno da Unidade. Este texto se propõe a demonstrar que a utilização de ferramentas participativas, no caso o DRP, favorece a gestão ambiental das UCs. Tal metodologia permitiu aumentar a integração entre a UC e as comunidades do seu entorno.



Artigos



voltar

1

2



O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia Aplicação do Diagnóstico

Para a realização do DRP foram selecionados três PAs (Volta Grande, Volta do Tapirapé e Serra Azul) que se encontram dentro de um raio de dez quilômetros de distância dos limites da REBIO do Tapirapé. Optou-se pela realização de três oficinas participativas para coleta dos dados, uma em cada PA. Na fase preliminar do diagnóstico foram realizadas as seguintes etapas:

- a)** Organização das atividades de mobilização/articulação dos assentamentos rurais focalizados;
- b)** Visitas de mobilização/articulação aos PAs definidos como objeto de realização do diagnóstico;
- c)** Reunião preparatória da equipe de trabalho (definição da programação e apropriação da metodologia das oficinas) e organização da viagem para a o entorno da REBIO;

Os diagnósticos nos PAs foram voltados para um processo de sensibilização dos assentados dentro da perspectiva educativa de Paulo Freire, que permitisse à equipe gestora da Unidade e aos assentados levantar os seguintes dados:

- 1)** Compreensão da realidade local;
- 2)** Identificar os principais problemas dos PAs;

3) Estabelecer as prioridades, identificar o que os assentados podem realizar e quais ações cabem às Instituições Municipais, Estaduais e Federais;

4) Identificar as limitações e potencialidades dos assentados dentro dos seguintes fatores estruturantes: infra-estrutura social, educação, produção, mercado, meio ambiente, organização, assistência técnica e integração institucional;

5) Informações de natureza qualitativa de como os assentados vêem a presença do IBAMA e a existência da REBIO do Tapirapé, como base para elaborar um conjunto de ações que garanta a participação social e a melhoria da gestão da Unidade.

Para se levantar estes dados, durante as oficinas os membros de cada um dos PAs foram divididos em grupos e foi utilizada a dinâmica de construção de painéis.

Um documento final que definiu a proposta de Ação Educativa para cada comunidade e refinou o planejamento das ações de gestão da Unidades. As atividades realizadas neste período foram registradas através de filmagens, com o intuito de se produzir um documentário que relatasse a experiência e os resultados alcançados.



Artigos



O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Uma nova visita foi realizada a cada um dos PAs, para a apresentação da proposta de Ação Educativa e do documentário produzido, o qual também foi exibido aos representantes dos Órgãos Governamentais que fazem parte do Conselho Consultivo da REBIO do Tapirapé. Esta exibição foi muito útil pois resultou em algumas ações públicas emergenciais, tais como o aporte de recursos do INCRA para a manutenção de alguns ramais especialmente deteriorados e a contratação de professores para os PÁS pela Secretaria de Educação do município, que vieram minimizar os principais problemas demonstrados no documentário.

Os resultados alcançados nos diagnósticos de cada um dos PAs demonstraram que a presença das instituições governamentais na região é praticamente nula, sendo o IBAMA muitas vezes a única presença do Estado nas localidades.

A completa ausência de infra-estrutura para saúde, educação, saneamento básico, transporte e segurança faz com que os assentados não vislumbrem muitas expectativas de ações das políticas públicas, o que faz com que muitas vezes recorram aos madeireiros que se

propõem a “construir estradas (nada mais que meras aberturas na mata para passagem dos caminhões) em troca da madeira dos lotes”.

Com relação ao INCRA, responsável pelo assentamento das famílias nos PAs, há um descontentamento em todas as comunidades no que concerne à questão de capacitação técnica e financiamento de projetos alternativos ao atual modelo de ocupação da terra.

O IBAMA era visto no passado por muitos assentados apenas como órgão fiscalizador e punitivo, sendo definido como “polícia” em diversas falas dos assentados. Segundo os resultados do diagnóstico, esta visão tem se modificado nos últimos quatro anos, período coincidente com as atividades de sensibilização e integração com o entorno (cursos de queimada controlada, fórum ambiental e demais atividades desenvolvidas no entorno neste período). Quando da realização do diagnóstico, a maioria dos assentados via o IBAMA como, “parceiro dos colonos, trazendo esclarecimentos”, apesar de “algumas vezes tomar nossa motosserra e prender nossas redes (de pesca)”, nas falas deles próprios.



Artigos



avancar

1

2

O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Outro fator predominante em todos os PAs foi a falta de esclarecimento da importância da Unidade de Conservação e da legislação ambiental. Muitos não compreendiam “porque não podiam pescar nos rios da Reserva” ou “caçar dentro da Reserva”. Apesar desta falta de esclarecimento, foi verificado que a maioria deles sabe que o desmatamento de toda a área dos lotes ou a utilização intensiva do fogo prejudicam o solo e causam danos ao meio ambiente e as formas de produção e cultivo.



Artigos



voltar

1

2



O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Discussão e Conclusões

Os resultados deste trabalho mostram a imensa fragilidade em que se encontram as comunidades dos PAs na região norte, sem quase nenhum suporte e assistência para que possam se fixar no solo e ter condições mínimas de produzir e manter suas famílias. Tal situação é resultado da falta de continuidade das políticas públicas de reforma agrária e da desarticulação destas políticas com a Política de Criação e Gestão das Unidades de Conservação no país.

Este trabalho traz à tona a problemática do manejo de Áreas Protegidas e a necessidade do conhecimento da realidade das comunidades do entorno e da participação das mesmas na gestão das UCS, para que a mesmas sejam efetivas em seu papel de conservação da biodiversidade. Por meio de ações de mobilização, articulação e informação com os atores sociais do entorno da Rebio do Tapirapé com maior **vulnerabilidade socioambiental**, a gestão ambiental da UC certamente contará com aliados estratégicos.

É necessário que os órgãos responsáveis por estas ações estejam em sintonia e agreguem esforços que permitam as famílias assentadas a se manterem em seus lotes e evitar o uso do fogo, o desmatamento ilegal e a invasão das UCS para a caça e pesca de subsistência (resultados diretos da falta de condições de manutenção destas famílias pelo cultivo do solo).

Da mesma forma, a participação destas comunidades na definição das ações de gestão das UCS deve ser incentivada e construída através de um processo contínuo de sensibilização e confiança por parte das equipes gestoras das UCS.

Este processo permitirá a substituição da visão simplista do IBAMA como um “órgão punitivo e fiscalizador” por uma visão de um IBAMA “parceiro e esclarecedor”, que monitora e previne as ações ilegais, mas também colabora para a melhoria das condições das comunidades do entorno das UCS, trabalhando de forma integrada com outros órgãos com o intuito de minimizar a pressão que estas comunidades exercem sobre as Unidades.



Artigos



O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UCS UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA BIOLÓGICA DO TAPIRAPÉ – PA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BOLZANI, G.; KARAM, K. F. **Participação comunitária e conservação de áreas protegidas – lições do Projeto PALOMAP**. Curitiba: SPVS, 2002. 72 p.

CHAMBERS, R. **Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory**. London: Institute of Development Studies, 1992. 50 p.

FRANCO, F. S. Monitoramento participativo das práticas agroecológicas implantadas no entorno da Reserva Mata do Sossego dentro do Projeto Doces Matas. In: MILLIKAN, B. (Coord.). **Monitoramento e avaliação de projetos: métodos e experiências**. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. v. 1, p. 62-84.

LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

Pereira, J. R. **Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE): metodologia**. Brasília: INCRA/BID, 1998. 20 p.



Artigos



O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE



Artigos



avançar

Cláudia Pereira de Deus

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - (INPA)

Michel Catarino

José Gurgel Rabello Neto

Hermógenes Neto

Instituto Piagaçu (IPi)

Foto: Eduardo Venticinque

O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

A velocidade com que são criadas unidades de conservação no Estado do Amazonas indica a enorme preocupação que o governo tem em proteger a região amazônica contra a crescente degradação ambiental que assola o estado. Segundo dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - SDS, de 2002 até a presente data, houve o incremento de mais de 135% de áreas protegidas contempladas como unidades de uso sustentável ou de proteção integral. Segundo dados do IBGE (2007) cerca de 49% do total populacional do Amazonas encontra-se distribuído na área rural, entre os 61 municípios no interior do Estado, não tendo praticamente acesso a produtos industrializados. Os recursos pesqueiros constituem-se como um importante meio de geração de renda além de expressiva fonte de proteína para as famílias ribeirinhas (BATISTA; FABRÉ, 2003). A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (RDS-PP) é exemplo deste cenário formado por aproximadamente 44 comunidades e 480 famílias, localizadas no baixo rio Purus. A RDS-PP foi criada em setembro de 2003 com base em estudos preliminares que apontaram a região como de “muita alta prioridade para a conservação” (BRASIL, 2001). E diante da forte presença humana, o envolvimento dos comunitários em todas as etapas para a construção do Plano de Gestão é de fundamental importância. Desde a sua criação, todas

as atividades ligadas à implementação da unidade como reuniões de sensibilização, oficinas de planejamento participativo, formação de Conselho Deliberativo, entre outros, vem recebendo apoio financeiro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Em 2006 foi formalizada a parceria entre IPAAM/SDS e Instituto Piagaçu (IPi). O IPi é a instituição que se dedica em linha de frente, a realizar as pesquisas que são a base para a estrutura sólida no processo de construção do plano de gestão. A importância dos convênios com co-gestores garante o desenvolvimento de pesquisas de base, uma percepção mais nítida e real das peculiaridades de cada sistema, além de proporcionar presença mais constante na reserva, aumentando ainda mais a efetividade em se atingir as metas pré-estabelecidas para a área. O objetivo deste trabalho é descrever a metodologia participativa que está sendo adotada para o zoneamento da RDS-PP. O processo assegura a presença de todos os usuários que tenham ligação com os diferentes recursos naturais explorados na reserva, aumentando a efetividade para o manejo e podendo ser estendido às outras UCs de uso no Estado.



Artigos



O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia adotada

Setorização

No processo de zoneamento da RDS-PP deparamos com a questão da grande heterogeneidade da área. A necessidade de se definir ou delimitar os setores na reserva surgiu devido à complexidade ecológica, composta por vários ambientes (várzea do Solimões, várzea do Purus, lagos, igarapés igapós, florestas de várzea e de terra firme) e socioeconômica, com diversos atores (pescadores residentes e externos à reserva, barcos recreios, regatões, comunidades tradicionais internas e as de entorno, comunidades indígenas). Diante deste quadro e frente à necessidade de se construir de forma participativa o zoneamento e a escolha das regras que embasarão o manejo dos recursos na área da reserva, a delimitação de setores permitiu o estabelecimento de unidades de manejo diferenciadas. Assim, reduzimos as formas de interações entre ambiente-usuário em cada discussão por unidade de manejo. Os critérios estabelecidos para a delimitação dos setores foram a fitofisionomia, a hidrografia, a demografia, as áreas tradicionais de uso dos recursos e as rotas de acessos. O produto desta setorização foi a sistematização espacial de unidades manejáveis com certo grau de integridade ecossistêmica aliada a uma estrutura ou forma de organização socioeconômica existente na área.

Zoneamento

A metodologia utilizada para o zoneamento da RDS-PP constituiu-se de uma série de encontros que vem ocorrendo desde meados de 2004, com diferentes atores sociais envolvidos com a reserva. As reuniões seguiram as seguintes etapas: 1) sensibilização, 2) reconhecimento da área de uso, 3) construção de propostas, 4) adaptação de propostas, 5) sensibilização para as reuniões setoriais e 6) a própria reunião setorial. As reuniões de sensibilização visaram esclarecer aspectos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) enfatizando os diferentes tipos de UCs, com destaque as reservas de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Os limites da reserva e os conceitos de zoneamento espacial, e sua importância como uma ferramenta de manejo foram dois temas muito discutidos, assim como a necessidade da elaboração de um plano de manejo visando a conservação dos recursos naturais disponíveis na região. A fase de reconhecimento da área de uso foi realizada adotando-se técnicas de mapeamento participativo, onde informações sobre a atuação geográfica dos mesmos foram fornecidas, assim como a identificação dos corpos de água presentes em suas áreas de atuação. Essas informações foram transformadas em polígonos, sobrepostos numa imagem satélite com auxílio do software ArcGIS. Cada área de uso foi



Artigos



avançar

1

2

O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

trabalhada de forma individual, onde os grupos usuários discutiram e sugeriram um sistema de zoneamento que incluiu, além das áreas de uso, também áreas de proteção. Todas as propostas de zoneamento espacial foram então discutidas entre as diferentes comunidades pertencentes a um mesmo setor. Reuniões para ajustes dessas propostas foram feitas com cerca de dois meses de antecedência facilitando as discussões que precederam as tomadas de decisões participativas, ocorridas no evento RDS Piagaçu-Purus, Reuniões Setoriais: Zoneamento e Regras para o Uso de Recursos Naturais, entre 18 de abril a 7 de maio de 2008, na própria UC. Todas as instituições que direta ou indiretamente estão envolvidas com a exploração dos recursos na RDS foram oficialmente convidadas para a discussão e encaminhamento de decisões sobre o zoneamento espacial e regras para o uso desses recursos. Apesar de todas as informações referentes ao uso de recursos terrestres e aquáticos terem sido consideradas, as propostas desenvolvidas tiveram como direcionamento os recursos da pesca pelo fato de serem constantemente explorados e acontecerem com base em normas já estabelecidas por lei.



Artigos



voltar

1

2



O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

O primeiro passo nesse processo foi o estabelecimento de sete setores na reserva (4 na região norte e 3 na região sul), cada um com características peculiares conforme descrito na Tabela. As áreas de proteção integral e aquelas de uso, as quais se subdividem em uso para subsistência e uso comercial, foram estabelecidas com base nas propostas de usuários e no conhecimento gerado por meio das pesquisas desenvolvidas pelo IPI. Como resultados das propostas de zoneamento da região norte da RDS-PP foi contemplado 4500 ha de áreas de proteção integral, 18.500 ha como área de subsistência e 35.000 ha para uso comercial. Para as áreas de proteção foram definidas aquelas de cabeceiras de lagos e igarapés onde a maior parte de espécies aquáticas (peixes e quelônios) se reproduzem e crescem. Nas áreas de várzea, alguns lagos utilizados por crocodilianos para reprodução, também foram protegidos. Para as áreas de uso (subsistência e comercial) foram discutidas regulamentos para seu uso sustentável, principalmente dos recursos aquáticos. Essas regras servirão para o delineamento do programa de monitoramento da parte norte da UC e definem preliminarmente, condições de manejo básico para esta parte da reserva. As áreas correspondentes à parte terrestre, adjacentes aos limites estabelecidos

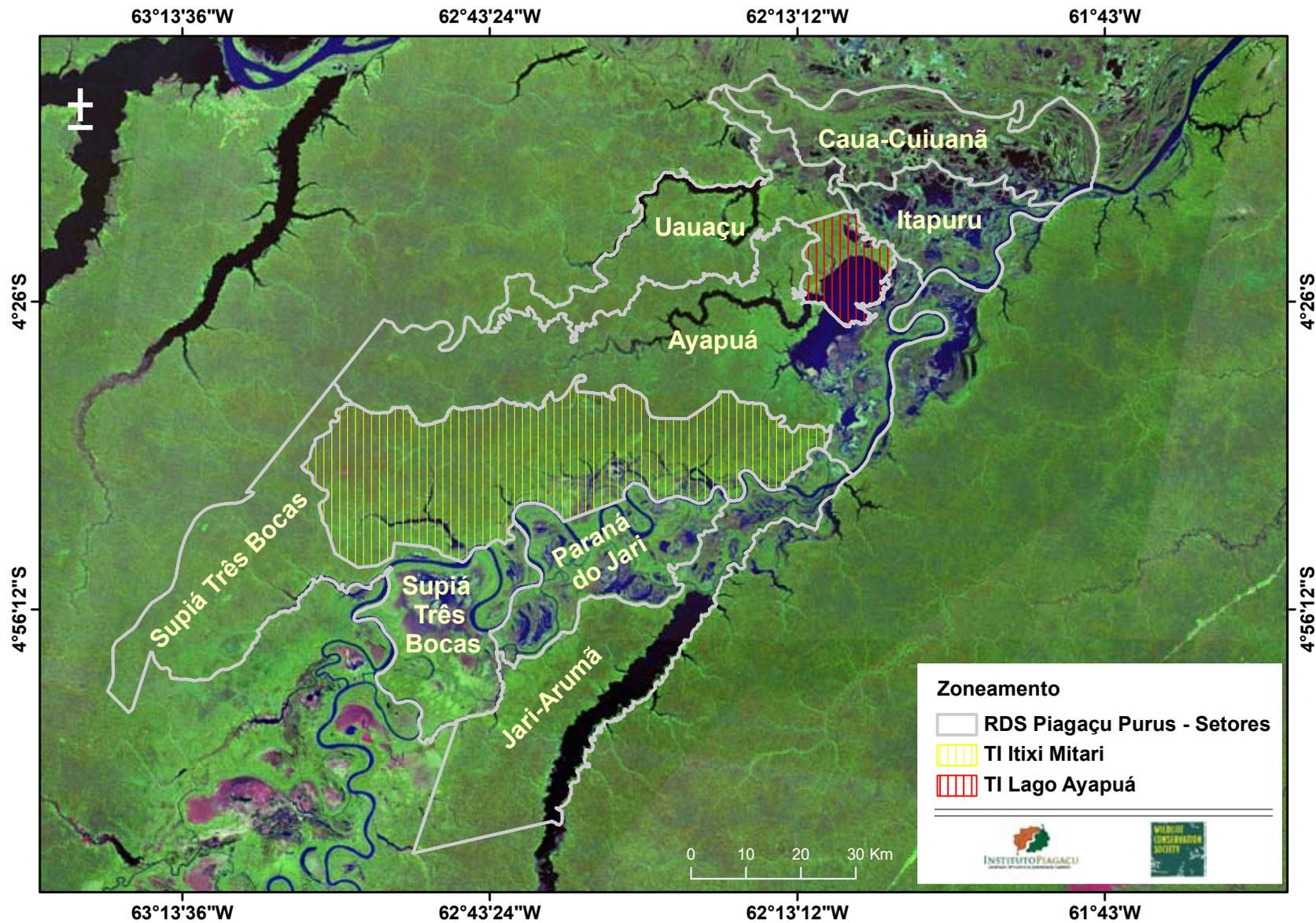
como de proteção integral em sistemas aquáticos e que não tiveram indicação de uso, deverão ser propostas como de proteção integral no momento do Plano de Gestão, o que certamente aumentará a extensão nesta categoria.



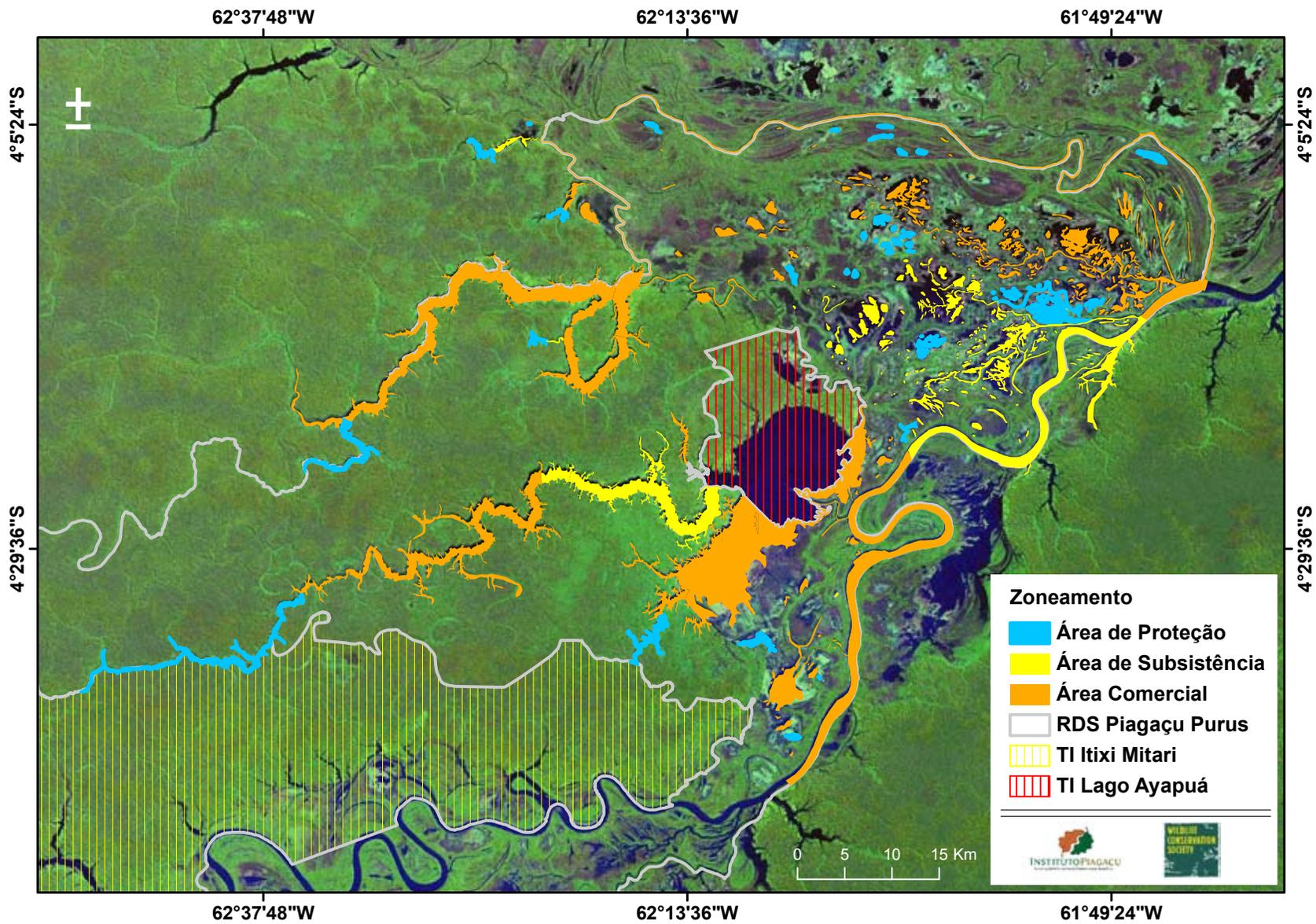
Artigos



Divisão dos sete setores na RDS Piagaçu-Purus.



Zoneamento na RDS-PP indicando as áreas definidas como de proteção e de diferentes usos na região norte.



**Descrição das características peculiares
de cada um dos setores estabelecidos na RDS Piagaçu-Purus.**

Setor	Fitofisionomia
Caua-Cuiuanã	Várzea do Solimões e Purus
Itapuru	Várzea do Solimões
Uauaçú	Terra firme e várzea
Ayapuá	Terra firme e várzea
Jari-Arumã	Terra firme e várzea
Paraná do Jari	Várzea do Purus
Supiá-Três Bocas	Várzea do Purus



fechar



O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusão

A adoção de práticas de divisão de reservas em setores seguida de seu zoneamento é indicado em regiões onde a heterogeneidade ambiental é marcante. Este método garante uma caracterização mais minuciosa das peculiaridades de cada sistema permitindo que se adotem formas de manejo mais efetivos e próprios para cada área. Quanto a forma de condução do zoneamento na RDS-PP, incluindo-se a opinião de todos os indivíduos que mantêm relação com a unidade, por um lado pode parecer morosa quando se busca agilidade nas definições de regras. Entretanto, é preciso respeitar o tempo individual de cada um desses elementos para que os resultados alcançados sejam realmente efetivos quanto à busca da excelência para a definição de política ambiental no Estado. O método pode ser extrapolado para outras UCs, considerando-se, entretanto todas as suas particularidades, principalmente o nível de organização social presente em cada uma delas. Neste sentido, a aplicação desta metodologia em outras UCs poderá atingir resultados no mais curto prazo em regiões onde as comunidades presentes sejam socialmente proativas. Além desse, outro fator importantíssimo na agilização dessas diferentes etapas, é a presença do gestor ou co-gestor constante e assídua na região, pois implicam em maior aliagem e credibilidade

por parte da sociedade envolvida. Na RDS-PP a etapa mais morosa foi a fase inicial de sensibilização necessária junto aos comunitários. A conscientização da necessidade de se despendere tempo mais longo nesta fase já havia sido prevista na elaboração da metodologia. O histórico de vida das comunidades ali viventes foi caracterizado por uma fase pretérita de conflito entre estes e o IBAMA devido à criação da REBIO Abufari, localizada adjacente à área sul da RDS-PP. Há histórico de famílias que tiveram que se desalojar de suas regiões vividas a gerações para outras áreas ao longo do Rio Purus devido a impossibilidade de continuar explorando recursos em áreas protegidas do Abufari (MARCANO; VENTICINQUE; ALBERNAZ, 2003). Esta animosidade, consequência deste conflito social, levou à necessidade de se despendere mais tempo nesta etapa de sensibilização. Em UCs onde conflitos sociais de diferentes naturezas não são fatores limitantes, o processo certamente deverá atingir o seu objetivo máximo de forma mais ágil. Contudo, seja qual for a UC que se trabalhe, a questão humana deverá ser considerada, e conseqüentemente, tempo para participação, esclarecimentos e sensibilização necessariamente precisam fazer parte de todas as fases de planejamento.



Artigos



avançar

1

2

O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

É esperado que o zoneamento espacial e as regras definidas para cada um dos setores na RDS-PP sejam realmente respeitados por todos seus usuários. A figura de agentes ambientais, que são moradores locais treinados para auxiliar na fiscalização da reserva de forma voluntária, é fundamental neste processo, pois ajudará para que essas regras sejam realmente obedecidas pelos seus usuários. Com o apoio financeiro do ARPA, destinado para a formação e treinamento desses agentes voluntários, certamente esta meta será alcançada. A metodologia que está sendo adotada mostra-se, portanto, eficaz e condizente com as prioridades definidas e com a qualidade de resultados exigidos no Programa ARPA. O próximo passo será dado em direção à região sul da reserva onde o mesmo processo será estabelecido. Porém, com a experiência já adquirida nesta primeira fase, a segunda etapa deverá ser alcançada mais rapidamente.



Artigos



voltar

1

2



O PROCESSO DE ZONEAMENTO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU-PURUS: UM MÉTODO PARTICIPATIVO E ABRANGENTE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BATISTA, V. S.; FABRÉ, N. N. A pesca e o peixe na várzea: espaços conflitos e conservação. In: RIBEIRO, M. O. A.; FABRÉ, N. N. **Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS):** uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2003. p. 131-152.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira.** Brasília, 2001. 144 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário estatístico:** o Brasil estado por estado. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>.

MARCANO, L. C.; VENTICINQUE, E. M.; ALBERNAZ, A. L. K. M. Avaliação preliminar da situação sócio-econômica dos moradores do Baixo Rio Purus. In: DEUS, C. P.; SILVEIRA, R. da; PY-DANIEL, L. H. R. (Eds.). **Piagaçu-Purus:** bases científicas para a criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável. Manaus: IDSM, 2003. 83 p.



Artigos



INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Artigos



avançar

Patrícia Farina

Reserva Biológica do Tapirapé

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Bruno Marchena Romão Tardio

Parque Nacional Anavilhanas

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBIO)

Foto: Patrícia Farina

INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

As Unidades de Conservação de Proteção Integral geralmente vivenciam contextos similares, onde o uso dos recursos pelas populações do entorno ou até mesmo a residência de populações humanas no interior da UC são freqüentes. Desta forma, é indiscutível a importância de envolver estas populações nos processos decisórios de gestão das Unidades de Conservação, visando sempre que possível integrar os objetivos da conservação da biodiversidade com os direitos essenciais do ser humano.

O marco legal para a gestão participativa das Unidades de Conservação foi a aprovação da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), o SNUC, e o Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002), que determina a obrigatoriedade da criação de Conselhos, assegurando a participação efetiva das populações locais, órgãos públicos e organizações da sociedade civil na criação, implantação e gestão destas UCs. Porém, manter um Conselho atuante e participativo é tarefa onerosa e complexa, já que é fundamental o estabelecimento de uma comunicação permanente com os atores envolvidos. Flexibilizar, quando possível, a gestão da UC em consonância com as demandas levantadas pelos conselheiros configura-se também como atividade importante para a formação de um Conselho interessado e participativo.

Apesar da abordagem participativa em seus processos de formação, os conselhos consultivos do Parque Nacional Anavilhanas e da Reserva Biológica do Tapirapé ainda enfrentam diversas dificuldades, principalmente no que se refere à percepção dos conselheiros sobre o seu papel e a real função do Conselho Consultivo. Com intuito de criar um espaço para reflexão e capacitação dos Conselhos Consultivos, a Reserva Biológica do Tapirapé convidou o Parque Nacional Anavilhanas para a realização de um intercâmbio entre os conselheiros, colocando frente à frente os diferentes contextos de cada Unidade e as peculiaridades, fortalezas e fragilidades de cada Conselho.



Artigos



INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

Seleção de UC para Intercâmbio

Inicialmente, a equipe da Reserva Biológica do Tapirapé realizou um levantamento das possíveis Unidades de Conservação que poderiam participar do projeto de intercâmbio. Elas deveriam atender aos seguintes critérios:

- Conselho Consultivo Formado;
- Ser uma UC de Proteção Integral;
- Ser uma UC da região Amazônica;
- Ter um conselho ativo (quorum médio das reuniões de pelo menos 70%).

A premissa de ser uma UC de Proteção Integral é fundamental já que permite uma identificação maior entre os dois Conselhos. O mesmo vale para o quesito sobre esta UC ser da região amazônica. Optamos por um Conselho atuante para garantir a presença e contribuição dos conselheiros nas discussões propostas.

O Conselho da Rebio do Tapirapé escolheu os representantes que participariam do intercâmbio através de sorteio. Foi garantida a paridade dos representantes, abrindo uma vaga a sociedade civil, uma para associação de comunitários e uma para o poder público, além de duas vagas para a equipe gestora do ICMBio.

Aproveitou-se a capacitação dos conselheiros da Parque Nacional Anavilhanas (sobre legislação fundiária e ambiental) e realizou-se o intercâmbio ao final das aulas.

O intercâmbio teve início com a apresentação dos participantes e divisão em três grupos de trabalho, de forma lúdica, fazendo referência à fauna amazônica. Em seguida, os grupos discutiram quatro perguntas orientadoras, comuns aos dois Conselhos.

- Quais os objetivos de uma UC de Proteção Integral? O que você acha da legislação deste tipo de UC?
- Qual a função do Conselho Consultivo e como você pensa que ele deveria funcionar?
- Como deve ser a participação de um membro do Conselho Consultivo?
- Como fazer com que das discussões do Conselho surjam ações para transformação da realidade local?

Cada grupo apresentou seus resultados em plenária para socialização e discussão.

Num segundo momento, montou-se um painel comparativo entre os dois conselhos, com os seguintes tópicos: tempo de formado; número de Conselheiros; representatividade do Conselho; organização



Artigos



avancar

1

2

INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

das reuniões; número de reuniões ordinárias por ano; presença nas reuniões; participação nas reuniões; relevância dos temas discutidos; a gestão da UC considera as opiniões do Conselho.

Os representantes de cada conselho relataram suas realidades, identificando semelhanças e diferenças. O intercâmbio foi finalizado com um espaço para a troca de sugestões sobre estratégias de melhoria ou de superação das dificuldades encontradas para a manutenção de um Conselho Consultivo atuante e consciente de seu papel na gestão de Unidades de Conservação.



Artigos



voltar

1

2



INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

As respostas mais freqüentes de quando questionados sobre “*Quais os objetivos de uma UC de Proteção Integral?*” foram: a) preservar os ecossistemas; b) realizar pesquisas científicas; c) realizar visitação educativa; d) educação ambiental. E quando perguntados sobre “*O que você acha da legislação deste tipo de UC?*”, a maioria respondeu que acha que o problema não está na legislação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, mas sim na forma em que estas são criadas (onde já existem moradores) ou geridas (sem trabalhar de forma eficiente com o entorno ou com as populações humanas residentes). Muitos também responderam que a maioria das pesquisas científicas não dá retorno algum à sociedade.

Sobre a pergunta “*Qual a função do Conselho Consultivo e como você acha que ele deveria funcionar?*”, as respostas mais freqüentes foram: a) apresentar demandas à gestão da Unidade de Conservação; b) propor soluções para questões relativas à UC e o entorno; c) contribuir na implementação de políticas públicas; d) manifestar sobre atividades que causam impactos na UC; e) colocar em prática as propostas colocadas nas reuniões; e) manter diálogo entre comunidade/instituição/organização e órgão gestor da UC.

Para a pergunta “*Como deve ser a participação de um membro do Conselho Consultivo?*”, as respostas mais freqüentes foram: a) ter

freqüência nas reuniões; b) ter perfil proativo e propositivo e não “problemático”; c) representar de forma legítima o seu segmento; d) sempre apresentar as demandas de seu segmento ao Conselho; e) sempre repassar ao segmento que representa as demandas do Conselho.

Quando questionados sobre “*Como fazer com que das discussões do Conselho surjam ações para transformação da realidade local?*”, as respostas mais freqüentes foram: a) delegar funções e atribuições aos conselheiros para que este tente acionar o segmento que representa para atender às demandas do Conselho; b) planejamento de ações com responsáveis e prazo de execução da atividade; c) buscar integrar instituições/organizações/comunidades que possuem relação com os temas debatidos no Conselho; d) substituir os conselheiros que não enriquecem as discussões ou que não cumprem com as atribuições a qual se comprometeram. 



Artigos



Painel comparativo dos conselhos

	TAPIRAPÉ		ANAVILHANAS
1. Tempo de formado	1 ano e seis meses.	≠	2 anos e 7 meses.
2. Número de Conselheiros	24 conselheiros.	=	24 conselheiros.
3. Representatividade do Conselho	Bem representado. Sugestão: incluir madeireiro e garimpeiro.	=	Bem representado. Sugestão: Inclusão de Ministério Público e Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM).
4. Organização das Reuniões	Bem organizada, porém falta a entrega da ata após as reuniões. Há dificuldade de comunicação entre conselheiros.	≠	Bem organizado e os convites são entregues com antecedência (há facilidade de comunicação entre UC e Conselheiros).
5. Número de Reuniões Ordinárias	2 reuniões ordinárias. Uns consideram número ideal pela dificuldade de comunicação e acesso e um participante acha número pequeno para discutir e planejar ações do Conselho.	≠	3 reuniões ordinárias e este número foi considerado ideal.
6. Presença nas Reuniões	Excelente (quórum médio superior a 70%).	=	Bom quorum (70 a 75% de presença) e as instituições governamentais são as que mais faltam (inclusive as de Novo Airão, local de realização das reuniões). Maior participação dos comunitários.
7. Participação nas Reuniões	Boa participação, conselheiros atuantes e propositivos.	=	Boa participação com contribuição de todos os segmentos.
8. Relevância dos temas discutidos	Temas pertinentes, porém alguns participantes do Conselho levam problemas pessoais ou não relacionados às competências do Conselho ou da UC.	=	Temas pertinentes baseados nas ameaças ou outros problemas relacionados à UC e entorno.
9. A gestão da UC considera as opiniões Conselho	Sim, porém existem poucos analistas ambientais para colocarem em prática as demandas do Conselho.	=	Ouve os Conselheiros e transforma as opiniões e sugestões em práticas de gestão.



fechar

INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

Na primeira fase do intercâmbio, na qual foram utilizadas quatro questões, percebemos que a maioria das respostas era similar. A maioria entendeu o papel do Conselho como instância participativa fundamental na gestão das Unidades de Conservação e identificou que é necessário que os conselheiros apresentem um perfil propositivo nas reuniões. É interessante notar que há uma percepção dos conselheiros de que o Conselho é um espaço de mobilização socioambiental e política, não apenas como um organismo enrijecido que apenas “sugere” ao órgão gestor.

Sobre os objetivos de uma UC de Proteção Integral, a maioria das respostas foi direcionada à pesquisa científica ou visitação sendo que alguns grupos não deram relevância ao objetivo de proteção da biodiversidade. Nota-se, portanto, que ainda falta um melhor esclarecimento sobre os objetivos de uma UC de Proteção Integral para os conselheiros e cursos de capacitação para elucidar estas questões tornam-se necessários.

Este intercâmbio possibilitou aos gestores das duas UCs identificarem algumas falhas na condução dos Conselhos e propiciou a troca de informações sobre experiências bem sucedidas. Os conselheiros puderam compreender também o grau e forma de participação dos

dois Conselhos, criando uma auto-consciência sobre o seu papel na gestão das Unidades de Conservação.

Esta experiência de intercâmbio mostrou-se relevante para a formação tanto dos conselheiros como das equipes gestoras das unidades, revelando ser uma estratégia eficiente para fomentar a reflexão sobre a gestão participativa das UC.



Artigos



INTERCÂMBIO DE CONSELHOS GESTORES COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO E MOTIVAÇÃO PARA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.



Artigos



A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE



Artigos



avançar

Cassandra Pereira de Oliveira

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Paulo Roberto Russo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Ana Liliam C. de Oliveira

Consultora Cooperação Técnica Alemã – GTZ

Foto: Patrícia Pinha

A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

O Conselho Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (CPMT) (BRASIL, 2005) completou em 2007 o tempo regimental de seu Primeiro Mandato, estabelecido em dois anos. Como estratégia para motivar e encaminhar o processo de renovação dos membros deste Conselho, a equipe gestora da UC, com a aprovação dos conselheiros e o apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), dentro das metas do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), iniciou uma série de atividades planejadas e direcionadas ao perfil de entidades participantes do seu Conselho Gestor.

Um dos principais objetivos do trabalho foi o de motivar a participação proativa dos membros do conselho, garantindo a legitimidade de sua representação e fazendo-os mais atuantes na relação entre a entidade representada e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), buscando permitir que a renovação (individual) dos membros do CPMT impulsionasse uma renovação (organizacional) da atuação do conselho e motivando-o a cumprir de forma mais efetiva o seu papel de apoio à gestão da Unidade de Conservação.

Era consenso, porém, que o amadurecimento buscado não poderia ser conquistado com velhos métodos e soluções burocráticas, como o simples envio de documentação oficial solicitando às instituições que confirmassem sua participação no Conselho Gestor. Se

motivar a participação era o objetivo, o caminho tinha que levar além dos representantes oficiais que compunham o Conselho Gestor e chegar até as próprias entidades por eles representadas. Fossem elas, instituições públicas ou da Sociedade Civil, que deveriam avaliar a necessidade (ou o interesse) em continuar fazendo parte do conselho da UC e decidir sobre os critérios que seriam usados para a indicação das pessoas que, pelos próximos dois anos, representariam suas posições, seus interesses, suas potencialidades em relação à gestão do PNMT. 



Artigos



A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

O trabalho de re-convocar para renovação

Como o CPMT estava composto, de forma relativamente paritária, por instituições do Poder Público e da Sociedade Civil – que se diferenciam bastante tanto em estrutura organizacional e objetivos, quanto em interesses e limitações – foram definidos dois tipos de atividades para guiar o processo de renovação:

■ **Oficinas de participação social:** Voltadas para as entidades da Sociedade Civil, estas atividades tiveram o objetivo de promover uma reflexão sobre o processo de organização social; apreender a percepção dos membros sobre suas dificuldades e a importância de estar em grupo; apresentar informações básicas sobre o PNMT e promover um espaço para diálogo sobre a UC; além de motivá-los a construir um quadro de critérios para a escolha de suas lideranças, etapa fundamental para a indicação do representante no CPMT.

■ **Visitas institucionais:** Este foi o formato encontrado para abordar os gestores e dirigentes de instituições do Poder Público com assentos no conselho e algumas entidades na Sociedade Civil de perfil e base de atuação mais difusa. As instituições públicas, em sua maioria, apresentaram uma rotatividade de representantes e uma inconsistência de atuação na primeira gestão do conselho que precisavam ser superadas. Por isso, optou-se por uma visita aos dirigentes, onde

foram abordados assuntos que versaram desde a contextualização da criação da UC, de seus objetivos, atividades e perspectivas, até os interesses em comum em relação a programas e projetos encaminhados pelas instituições. O objetivo foi mostrar para as entidades que a participação no CPMT tem um caráter estratégico para a promoção de gestão integrada de áreas ou temas de interesse comum, além de motivar a escolha de representantes com um mínimo de autonomia para propor e comprometer-se pela instituição nas ações do Conselho.



Artigos



A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados e Conclusões

A experiência denota que o principal aspecto para o bom funcionamento de um conselho numa UC não é sua classificação em “consultivo” ou “deliberativo”, mas o status de legitimidade e representatividade que este apresenta em função de seu processo de constituição e nível de atuação (LOUREIRO et al., 2003).

O fato de o Parque Nacional ter um Conselho Gestor de caráter consultivo e não deliberativo (BRASIL, 2000), na percepção socializada de muitos conselheiros, “enfraquece” e desmotiva a participação, uma vez que o Conselho não teria competência para decidir questões referentes à gestão da UC. Na metodologia adotada, tentou-se disseminar a idéia de que, independente do caráter definido na legislação, o CPMT é um **Conselho Gestor** que tem um importante papel de acompanhamento e envolvimento na gestão do PNMT. Porém, para que este papel seja exercido é preciso que os conselheiros tenham uma atuação colaborativa e propositiva neste espaço.

Em relação aos representantes da Sociedade Civil, especialmente os representantes comunitários do entorno da UC, notou-se que o estímulo à adoção de uma postura proativa não poderia ser centrado apenas na figura do conselheiro. Isto porque os problemas observados em relação à participação pareciam ter raízes bem mais

profundas, que passava pela dificuldade que as próprias comunidades tinham de organizar-se para a participação, até mesmo em momentos de discussão internos. Assim, se o objetivo era estimular novas posturas e ajudar o Conselho a cumprir seu papel na construção de caminhos para uma gestão mais participativa no PNMT, era necessário iniciar um trabalho de fortalecimento e valorização das comunidades do entorno e de suas instituições.

A metodologia das Oficinas de Participação Social conseguiu refletir esta preocupação, estabelecendo foco para o trabalho de questões como a importância da organização e a participação social, o perfil dos líderes e os cuidados na escolha das lideranças, a importância de acompanhar e apoiar as ações dos representantes, além de abordar aspectos específicos sobre o Parque: o que é uma UC, o SNUC, o que é um Parque Nacional, histórico do PNMT, o papel do Conselho Gestor da UC e do conselheiro. Estas atividades foram feitas com as entidades de base comunitária do CPMT, onde os pontos abordados não foram simplesmente passados para a comunidade, mas, como o próprio nome da atividade sugere, os participantes da Oficina construíram juntos alguns conceitos e compreensões, a partir de dinâmicas e trabalhos em grupo que sempre partiam da visão e conhecimento que eles tinham da vivência comunitária.



Artigos



avançar

1

2

A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

As atividades de renovação tiveram duração de sete meses, de setembro de 2007 a abril de 2008, sendo realizadas 12 oficinas de participação social e 21 visitas institucionais, ao longo dos seis municípios que compõem o entorno do PNMT no Amapá e no Pará, atingindo um público de 313 pessoas, apenas nas oficinas, e abordando 35 entidades entre governamentais e da sociedade civil. Houve uma taxa de renovação de mais de 40% dos representantes de entidades do conselho. No total, 16 das 35 instituições que hoje compõem o CPMT indicaram novos representantes.

Nas visitas institucionais foi adotada uma forma de abordagem mais discursiva, aberta para o diálogo e exposição de projetos ou ações de interesse recíproco, entre o Parque Nacional e a entidade visitada. Ao contrário das oficinas de participação, a metodologia das visitas sofreu poucas alterações, permitindo-se uma flexibilidade para abordar assuntos ou deter-se em aspectos de maior interesse para a instituição visitada.

Todas as ações encaminhadas no Projeto de Renovação do Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, além de terem trazido bons resultados em relação à compreensão do papel do conselheiro e à renovação do interesse das instituições-membro no CPMT, também contribuíram muito para a divulgação da UC e para a aproximação com as comunidades do entorno e as instituições públicas.



Artigos



voltar

1

2



A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Considerações finais

Os resultados e as experiências obtidos através das atividades do Processo de Renovação do CPMT apontam algumas situações que precisam ser encaminhadas ou consideradas em futuros trabalhos que envolvam Conselhos Gestores, em especial o do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Necessidade de acompanhamento constante das entidades comunitárias

Em relação à participação de entidades da Sociedade Civil, especialmente aquelas de caráter comunitário, foi observado que a sua dinâmica de organização interna, especialmente a troca de diretoria, é um fator que influencia diretamente a sua participação no CPMT. Isso acontece porque também existem sérios problemas de comunicação interna e os representantes das entidades no Conselho nem sempre repassam para os membros, ou mesmo para as diretorias, informações sobre as atividades do Conselho ou do Parque.

Uma alternativa para esta situação pode ser o acompanhamento periódico das entidades comunitárias e a ampliação dos contatos com elas, para ajudar no fluxo de informações sobre o CPMT e identificar possíveis problemas que possam dificultar a participação de seus representantes no conselho.

Experiência com cadeiras compartilhadas entre entidades diferentes

No CPMT tem-se uma situação peculiar, que foi adotada como alternativa para ampliar a participação de entidades no conselho, que é a divisão de cadeiras por duas instituições diferentes.

Ao longo dos meses de atividades com as entidades deste conselho pudemos colher várias situações que demonstram que esta constituição não tem conseguido atender aos objetivos de inclusão e participação a que se destinava a princípio. A grande dificuldade de comunicação entre as entidades que dividem cadeiras tem causado prejuízos, em especial para as entidades que são suplentes e para o conjunto do Conselho Gestor. Isso porque, as entidades titulares, geralmente não mantêm suas suplentes informadas das atividades e encaminhamentos do CPMT e, em alguns casos, não lhes informam nem mesmo de suas ausências nas reuniões, o que causou o afastamento de algumas entidades do primeiro mandato sem que suas suplentes soubessem.

É possível adotar algumas estratégias que podem ajudar a melhorar esta relação das entidades suplentes com o Conselho, como inseri-las, sempre que possível, nas atividades e reuniões do Conselho Gestor, ou, quando não for possível realizar reuniões ou atividades



Artigos



avançar

1

2

A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

que comportem titulares e suplentes, encaminhar atas e documentações referentes às reuniões para o conhecimento das entidades suplentes. Estas são medidas que podem ajudar muito na participação destas entidades no CPMT.

Uma experiência simples, mas bastante útil, tem sido a adoção do que ficou conhecida no CPMT como a “pasta amarela”, um arquivo com toda a documentação referente ao Conselho e ao Parque Nacional (documentos de criação, legislação pertinente, atas das reuniões, documentos encaminhados, entre outros) que cada instituição recebe para melhor acompanhar o que tem sido discutido e encaminhado pelo Conselho Gestor.

As atividades de renovação do Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque faz parte de uma forma de abordagem que visa à ampliação da participação dos grupos sociais, difundindo uma cultura política emancipatória que se busca enraizar em todos os segmentos do Poder Público. Sabemos que, em muitos casos, a prática ainda está distante desse ideal, devido à herança de posturas autoritárias, caracterizadas pela centralização do poder decisório. Ainda temos um longo caminho a percorrer, contudo, experiências como esta nos permitem apoiar e incentivar a adoção de novos posicionamentos que colaborem para o amadurecimento da participação social e institucional na gestão de espaços protegidos.



Artigos



voltar

1

2



A RENOVAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

BRASIL. Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2002.

_____. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Portaria nº. 30, de 28 de abril de 2005. Alterar a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, órgão integrante da estrutura do PARNA Montanhas do Tumucumaque. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 abr. 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. et. al. **Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.



Artigos





Foto: Paulo Russo



fechar

UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA



Artigos



avançar

Patricia Ribeiro Salgado Pinha

Reserva Biológica do Lago Piratuba

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Marcos Antônio Reis Araújo

Consultor, Núcleo de Excelência em Unidade de Conservação (NEXUCS)

Iranildo da Silva Coutinho

Mírian Magalhães Lucatelli

Reserva Biológica do Lago Piratuba

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Foto: Patrícia Farina

UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

No Brasil, o primeiro plano de manejo foi elaborado em 1976 para o Parque Nacional de Brasília. Após três décadas de esforços na elaboração de planos de manejo, esses ainda têm recebido muitas críticas. Milano (1997) afirma que não existe tradição em se usar o planejamento como processo e que a sistemática contratação externa desses serviços dificulta a capacitação interna e o estabelecimento de uma mentalidade de planejamento. Além disso, ressalta a baixa qualidade e a mínima utilização dos que foram desenvolvidos recentemente no Brasil. Kohl (2007) corrobora que o planejamento de unidades de conservação não traz qualquer benefício se as equipes gestoras não adquirem a capacidade para criar e implementar seus próprios planos. Enfatiza, ainda, que as metodologias empregadas atualmente apresentam alto custo, alta dependência de conhecimento técnico, condições similares entre o momento do estudo e da execução e um mundo no qual as condições não se alterem.

Dourojeanni (2003) destaca, como defeito comum nos planos de manejo elaborados no país, a grande desproporcionalidade entre a parte descritiva, que é muito extensa, e as partes analíticas e propositivas, muito breves, genéricas e de escassa utilidade prática. Res-

salta ainda a falta de realismo desses planos, em geral feitos para um mundo ideal, sem limitações de recursos financeiros e humanos.

Para tentar avançar na direção de planos de manejo enxutos, estratégicos, flexíveis e passíveis de serem postos em prática, Araújo (2007) propõe a elaboração de planos com base no manejo adaptativo. Trata-se, na verdade, do conceito de manejo de ecossistemas aplicado ao desenho e à implementação de políticas de recursos naturais. Isso significa aplicar o conceito de experimentação ao manejo. No início, formulam-se hipóteses sobre o comportamento do ecossistema que está sendo objeto do manejo. A partir dessas hipóteses, são propostas as ações de manejo. Ao longo do processo, é avaliado se os resultados esperados foram alcançados, ou seja, se as hipóteses iniciais estão corretas e se as ações de manejo estão dando o resultado esperado. Se a hipótese é confirmada, o manejo deve continuar como proposto. Se os resultados esperados não forem alcançados e, em consequência, a hipótese não se confirmar, devem ser revistas as ações de manejo ou a hipótese elaborada. O manejo adaptativo possibilita o aprendizado, permitindo que futuras decisões se beneficiem de uma melhor base de conhecimentos.



Artigos



UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

As etapas do Plano de Manejo da REBIO do Lago Piratuba

A elaboração do plano de manejo da Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba, unidade de conservação federal localizada no extremo leste do Estado do Amapá, passou por duas grandes fases. A primeira teve início no final de 2003 com a capacitação para elaboração de planos de manejo organizada na época pela **Diretoria de Ecossistemas** (IBAMA/Sede) para os servidores públicos.

envolvidos com as unidades de conservação federais do Amapá e demais parceiros que pudessem colaborar na elaboração dos planos. A segunda, com início no final de 2006 a partir do Programa de Gestão para Resultados (PGR), desenvolvido pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e GTZ, está em andamento, na fase final de formatação.

De modo geral, o trabalho foi baseado no roteiro metodológico de planejamento (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2002) e, no período de 2005 a 2008 foram realizadas:

- coleta e análise das informações disponíveis;
- reconhecimento de campo;
- reuniões abertas;

- expedições científicas;
- oficina técnica com pesquisadores;
- oficina de planejamento participativo;
- reuniões técnicas de planejamento.

Os levantamentos para subsidiar a elaboração do plano de manejo da Reserva envolveram as seguintes áreas do conhecimento: climatologia, geologia, geomorfologia, qualidade da água, fitoplâncton, botânica (incluindo levantamento de pteridófitas), fungos, ictiofauna (incluindo ictioplâncton), entomofauna, mastofauna, avifauna, herpetofauna, fauna bentônica, impactos da bubalinocultura, socioeconomia e arqueologia. A Unidade foi dividida em sete sítios amostrais e foram realizadas quatro expedições científicas entre 2005 e 2006 (duas nas estações chuvosas e duas nas estiagens). Para tanto, foram desenvolvidas parcerias com instituições de pesquisa do Amapá, Pará, Amazonas e Maranhão. Na reunião de planejamento com os pesquisadores, foram estabelecidas as seguintes questões prioritárias:

- Impactos da pecuária bubalina;
- Diminuição do nível dos lagos do cinturão lacustre meridional;



Artigos



avançar

1

2

UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

- Avaliação da influência do igarapé do Tabaco na drenagem dos lagos do cinturão meridional;
- Mortandade de peixes no início do período chuvoso e da estiagem no cinturão lacustre meridional;
- Situação do canal do Boiado;
- O efeito dos consecutivos incêndios;
- Avaliação da situação da população de onças;
- Presença de mercúrio na água ou no sedimento;
- Impactos da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes;
- Identificação de áreas de terra firme; e
- Localização das estruturas físicas.

Com relação à execução do PGR, foram realizadas três etapas ao longo do ano de 2007: diagnóstico, gestão estratégica e gestão de processos. Além disso, foi trabalhado o aspecto comportamental de maneira transversal aos outros conteúdos visando apoiar as lideranças e a equipe na implementação de práticas que pudessem potencializar seu desempenho



Artigos



voltar

1

2



UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Apesar de terem sido estabelecidas as questões prioritárias logo no início, elas não conseguiram fornecer as respostas esperadas. Muitas informações levantadas não foram utilizadas no processo de planejamento e foi difícil converter os resultados das pesquisas em ações de manejo. Além disso, um número muito menor de pesquisadores deveria ter sido envolvido, bem como outras metodologias, além da avaliação ecológica rápida, poderiam ter sido aplicadas. Nem sempre as questões prioritárias podem ser respondidas com estudos dessa natureza. A depender da necessidade e para responder questões prioritárias, estudos mais detalhados deveriam ter sido realizados.

Entretanto, o fato da equipe de gestores da Unidade ter participado do PGR contribuiu muito para que seu plano de manejo fosse totalmente diferente daquele efetivamente iniciado em 2005, com as primeiras expedições científicas.

Dessa forma, o diagnóstico foi sintetizado em um modelo que relaciona como as atividades antrópicas afetam os ecossistemas da Reserva Biológica. O modelo serviu de base para orientar as atividades de manejo propostas no encarte de planejamento. No futuro, a transformação desse modelo em linguagem matemática permitirá que a execução do plano seja simulada, proporcionando informações mais confiáveis para as decisões de manejo. Já o encarte de

planejamento foi escrito de maneira prática e se ateu à perspectiva estratégica. Nele, foram definidas as estratégias e prioridades para a Unidade, os resultados a serem atingidos pela gerência e a maneira de atingí-los. Para tanto, no processo de planejamento, foram utilizadas as mais modernas tecnologias gerenciais da atualidade como o *Balanced Scorecard* – BSC, o Gerenciamento pelas Diretrizes, o Gerenciamento da Rotina e os Critérios de Excelência do Programa de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, o que permitiu desdobrar a estratégia em ações operacionais dentro dos programas de manejo para que Unidade alcance sua visão de futuro e cumpra sua missão.

Além disso, o plano de manejo terá tudo para ser de fato implementado, pois a equipe da Unidade o reconhece como ferramenta de gestão por ter participado de sua elaboração em todos os momentos e por ter incorporado o planejamento continuado. E, ainda, os diversos grupos de interesse locais foram envolvidos no processo de planejamento (pesquisadores, pecuaristas, pescadores, população residente, etc.), mesmo que isso não tenha significado consenso entre as partes.



Artigos



UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Considerações Finais

O planejamento da REBIO do Lago Piratuba poderia ter sido feito em menos tempo e com um custo muito menor. Apesar do roteiro metodológico do IBAMA apresentar o planejamento como contínuo, gradativo, flexível e participativo, o escopo mínimo de abordagem para o primeiro plano de manejo é extremamente detalhado. Isso faz com que sejam realizados longos processos de diagnóstico, com ênfase em aspectos descritivos.

Diante da experiência da Reserva e dos resultados apresentados, recomendamos que sejam seguidos os seguintes passos para a elaboração de planos de manejo:

- 1)** Identificar as questões de manejo prioritárias;
- 2)** Planejar levantamento de campo com base exclusivamente nessas prioridades e com metodologia adequada, de maneira que os resultados esperados fiquem claros para as partes envolvidas;
- 3)** Coordenar os estudos de maneira a integrar os dados físicos, biológicos e socioeconômicos;
- 4)** Elaborar um diagnóstico enxuto e focado nos desafios de gestão atuais, relacionando como as atividades antrópicas afetam a unidade;

5) Elaborar o planejamento com base em linhas estratégicas e/ou táticas a depender do grau de conhecimento; e

6) Desdobrar as linhas estratégicas/táticas em objetivos estratégicos/táticos que deverão ser constantemente monitorados através do alcance de metas mensuráveis, a serem acompanhadas por indicadores.

Além disso, as equipes gestoras deverão se envolver em todas as etapas, bem como os grupos de interesse locais. O planejamento é um instrumento operacional para que sejam atingidos objetivos definidos. Contudo, sua função só será cumprida se internalizado e adotado pelos atores sociais envolvidos na gestão da unidade de conservação (MORI; POMPÊO, 2002) e se forem investidos recursos na contratação de técnicos e pessoal de apoio para executá-lo (NOGUEIRA, 2000).

Um dos grandes desafios é fazer com que os planos de manejo sejam implementados e que possibilitem aprendizado contínuo ao mesmo tempo em que as condições do contexto se alteram. O paradigma de que os planos de manejo são documentos estáticos tem que mudar. Para tanto, eles estarão em constante processo de moni-



Artigos



avancar

1

2

UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

toramento, aprimoramento e revisão. Dessa forma, procedimentos ágeis para a atualização do plano de manejo devem ser estabelecidos.

Sem dúvida alguma, o processo de elaboração do plano de manejo da Reserva Biológica do Lago Piratuba trouxe diversas inovações que devem ser profundamente discutidas, melhoradas e incorporadas nos futuros roteiros para elaboração de planejamento.



Artigos



voltar

1

2



UMA CONTRIBUIÇÃO À ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO: O APRENDIZADO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil:** da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007. cap. 6.

DOUROJEANNI, M. J. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. (Ed.). **Áreas protegidas:** conservação no âmbito do Cone Sul. Pelotas: edição do editor, 2003. p. 1-20.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS (IBAMA). Roteiro metodológico de planejamento: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica. Brasília: Edições IBAMA., 2002. 135 p.

KOHL, J. Barreras para la implementación de planes estratégicos en áreas protegidas. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE PARQUES NACIONALES Y OTRAS ÁREAS PROTEGIDAS, 2., 2007, Bariloche. **Resúmenes ponencias orales.** Bariloche: [s.n.], 2007. Simpósio 4

MILANO, M. S. Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim. In: MILANO, M. S.; THEULEN, V. (Orgs.). **I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação:** anais. Curitiba: IAP/Unilivre/Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. v. 2, p. 155-165.

MORI, E.; POMPÊO, C. A. Proposta de plano de gestão e zoneamento ambiental para a área de proteção ambiental do Anhatomirim, SC. In: MILANO, M. S.; THEULEN, V. (Orgs.). **III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação:** anais. Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação o Boticário de Proteção à Natureza/Associação Caatinga, 2002. p. 94-103.

NOGUEIRA, S. M. Reflexões sobre gestão ambiental e planos de manejo em unidades de conservação no estado de São Paulo. In: MILANO, M. S.; THEULEN, V. (Orgs.). **II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação:** anais. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. v. 2, p. 482-492.



Artigos

O USO DO RECURSO PESQUEIRO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UACARI, AMAZONAS, BRASIL, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO



Artigos



avancar

Gelson da Silva Batista
Jeanne Gomes da Silva
Guillermo M. B. Estupiñan
Esner Robert Santos Magalhães

Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas

Monaliza Sayuri de Queiroz Takahashi

Aluna de pós-graduação em Ciências Pesqueiras nos Trópicos PROPESCA/UFAM

Acervo: RDS Uacari

O USO DO RECURSO PESQUEIRO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UACARI, AMAZONAS, BRASIL, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais (AMAZONAS, 2007). Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o manejo comunitário de pirarucu (*Arapaima gigas*), vem mostrando resultados surpreendentes tanto na recuperação dos estoques da espécie, como no envolvimento das comunidades ribeirinhas nas atividades que envolvem o manejo (VIANNA et al., 2007). Unidades de Conservação de Uso Sustentável devem possuir um Plano de Gestão, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Unidade (AMAZONAS, 2007). Neste contexto o Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC) dentro do processo de elaboração do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari (RDS Uacari), caracterizou o uso dos recursos pesqueiros pelas comunidades ribeirinhas desta unidade de conservação, visando subsidiar a elaboração do documento técnico para gestão da Unidade.



Artigos



O USO DO RECURSO PESQUEIRO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UACARI, AMAZONAS, BRASIL, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

A RDS Uacari foi criada pelo Governo do Estado do Amazonas, através do Decreto Estadual No 25.039 de 06 de junho de 2005, ocupando uma área de 633.000ha na região do médio rio Juruá . As comunidades da reserva estão organizadas em seis setores. Estes setores vem se consolidando nos processos de organização social e política da RDS e na tomada de decisões com a participação no conselho deliberativo.

Entre abril e maio de 2006 foi realizada uma expedição para a RDS Uacari, com objetivo de realizar um diagnóstico das atividades agroextrativistas e dos estoques dos recursos naturais aproveitados pelos moradores da RDS. A expedição teve a participação de técnicos, pesquisadores da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e consultores contratados. Esta expedição teve o apoio do Programa ARPA, SDS e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). As informações referentes ao uso dos recursos pesqueiros da RDS Uacari foram coletadas através de entrevistas semiestruturadas com as famílias da reserva. As entrevistas aconteceram nas casas das famílias, onde foram coletadas informações relativas a: quais peixes eram destinados para alimentação e para

comercialização; forma de beneficiamento e conservação do pescado. Nas entrevistas perguntava-se o nome vulgar dos peixes, o que levou a agregar determinadas espécies em grupos. Os dados foram analisados através do uso da estatística descritiva, sendo apresentados através de gráficos e tabelas.



Artigos



O USO DO RECURSO PESQUEIRO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UACARI, AMAZONAS, BRASIL, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Foram entrevistadas 143 (60,6%) de um total de 236 famílias existentes na RDS Uacari, distribuídas em 32 comunidades. A pesca destinada para a alimentação é praticada por 100% das famílias entrevistadas, sendo registradas 31 espécies ou grupo de espécies de peixes usadas pelas famílias da RDS. Os peixes de escama foram os mais citados para alimentação, com destaque para os pacus 96,5%; entre os bagres o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) se destaca com 83,22% das citações nas entrevistas. Quando perguntado sobre o pirarucu (*Arapaima gigas*) os moradores, apenas declaravam que a captura está difícil, e proibida.

O pescado é consumido principalmente fresco, no mesmo dia da captura. Quando a quantidade capturada é maior que a demanda da família, o pescado é compartilhado com outras famílias ou então é salgado, para ser consumido posteriormente.

A pesca destinada à comercialização é praticada em todos os setores da RDS. O período da pesca comercial (safra) inicia no mês de junho e termina entre os meses de dezembro e janeiro, compreendendo as estações de vazante/seca e o início da enchente no rio Juruá.

O beneficiamento dos peixes lisos após a captura é o descabeçamento e a evisceração, e posteriormente a salga e a secagem. Esta forma de conservação do pescado representa 72 % de toda a produção comercializada. Algumas espécies de peixes de escama, tais como: tambaqui, pirapitinga, matrinxã, tucunaré, aruanã e pacu são comercializados in natura, entretanto, este comércio ficou evidente apenas no Setor 1 da RDS. Nos outros setores a comercialização de peixes de escama acontece ocasionalmente, pois, depende da produção das pescarias do dia anterior e da passagem do barco comprador.

A pesca comercial na RDS Uacari está concentrada em 15 espécies ou grupo de espécies. Os peixes lisos destacam-se como os mais comercializados, sendo o surubim, o caparari, a pirarara e o jaú os principais. O pirarucu é pouco comercializado, possivelmente pelo fato de ser proibida sua pesca, ou por omissão da informação no momento da entrevista. Em alguns setores da reserva ocorre a troca de pescado por “rancho” (gêneros alimentícios) e combustível. Na figura estão às informações referentes ao destino do pescado de acordo com o tipo (espécie) na RDS Uacari.



Artigos

O USO DO RECURSO PESQUEIRO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UACARI, AMAZONAS, BRASIL, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

Os moradores da RDS Uacari exploram os recursos pesqueiros principalmente para o consumo. A RDS Uacari apresenta um grande potencial para a exploração de peixes lisos e de escamas. Dentre os peixes lisos destacam-se o surubim, o caparari, a pirara e o jaú. Em relação aos peixes de escamas os que mais se destacam são: a curimatã, a matrinxã, a pirapitinga e pacu e, provavelmente, o tambaqui.

A identificação desse potencial de uso dos recursos pesqueiros na RDS Uacari precisa ser melhor conhecido, principalmente quanto a viabilidade econômica de todo o processo que envolve a captura, armazenagem, transporte e comercialização do pescado, tanto a nível local como regional.



Artigos



O USO DO RECURSO PESQUEIRO NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE UACARI, AMAZONAS, BRASIL, SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

AMAZONAS. Assembléia Legislativa. **Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. Manaus, 2007.

DIAGNÓSTICO sócio-agroextrativista e ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, Carauari-AM. In: MARINELL, C. E. (Org.). **Relatório técnico**. [S.l.]: Secretaria de Projetos Especiais/Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, 2006. 238 p.

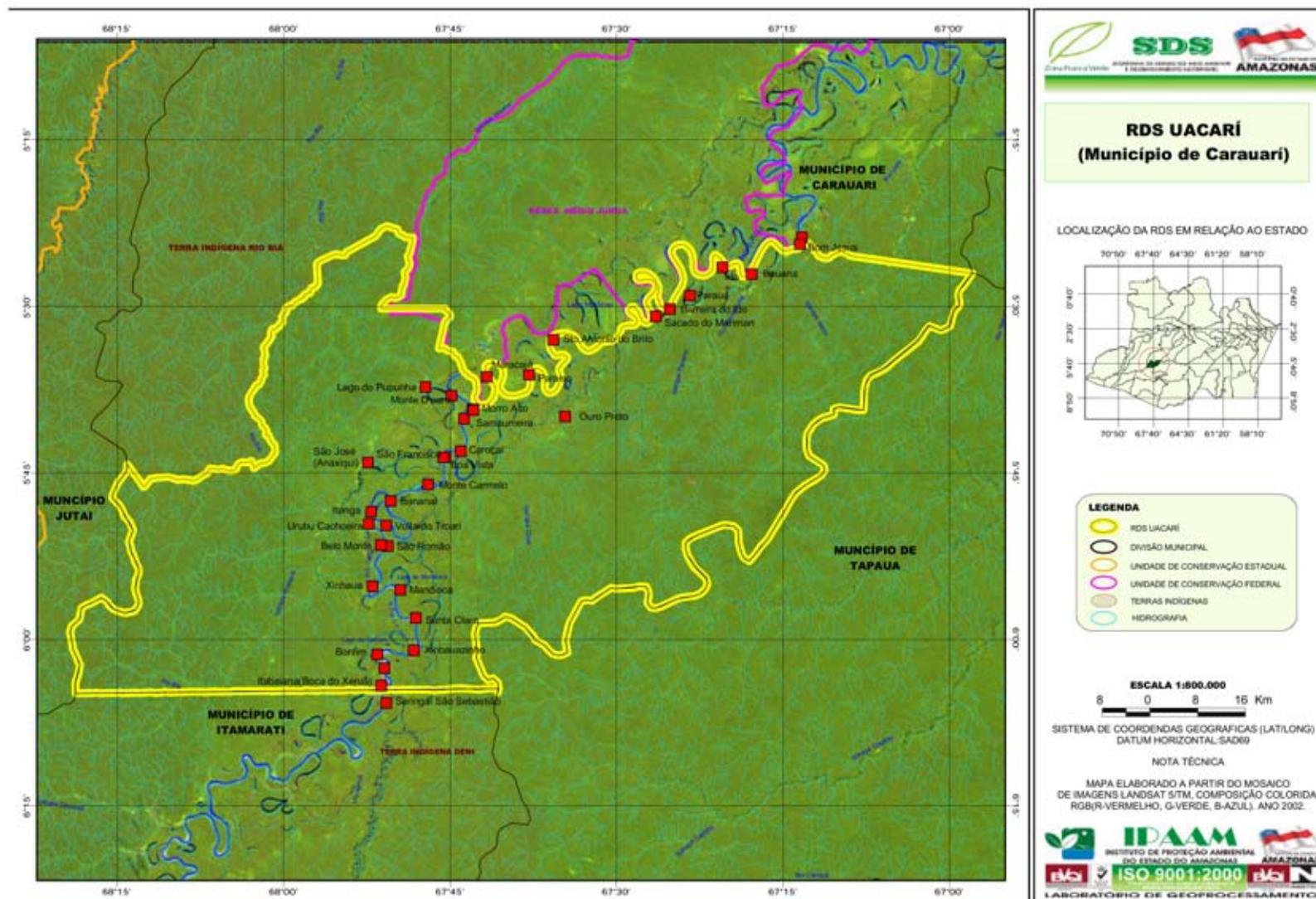
VIANA, J. P. et al. Manejo comunitário do pirarucu (*Arapaima gigas*), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Núcleo de Zona Costeira e Marinha. **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Brasília, 2007. 261 p.



Artigos



Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, Amazonas



fechar

Número de famílias entrevistadas por comunidade e frequência das entrevistas por comunidade distribuídas por setores nas comunidades

Setor	Comunidades	nº de famílias	nº de entrevistas	% de famílias entrevistadas por comunidade
1	Boca do Xerua	8	6	75,0
1	Bonfim	2	2	100,0
1	Xibauzinho	3	3	100,0
1	Mandioca	2	2	100,0
1	Xibauá	5	5	100,0
2	Belo Monte	3	2	66,7
2	Urubu Cachoeira	4	1	25,0
2	Anaxiqui	14	7	50,0
2	Itanga	14	6	42,9
2	Volta do Toari	6	4	66,7
2	Praia do Veado	4	1	25,0
2	Bananal	3	2	66,7
3	Monte Carmelo	13	7	53,8
3	Boa Vista	9	4	44,4
3	São Francisco	13	7	53,8
3	Caroçal	7	1	14,3
4	Samaumeira/Pupunha	7	7	100,0
4	Morro Alto	13	9	69,2
4	Porto Sade	4	1	25,0
4	Monte D'ouro	4	1	25,0
4	Maracajá	7	5	71,4
5	Paraíso	6	3	50,0
5	Ouro Preto	12	9	75,0
5	Santo Antônio do Brito	12	7	58,3
6	Barreira do Idó	9	8	88,9
6	Parauá	1	1	100,0
6	Idó	5	2	40,0
6	Remanso	11	8	72,7
6	Bauana	14	10	71,4
6	Estirão Japurá	2	1	50,0
6	Canta Galo	1	1	100,0
6	Bom Jesus	18	10	55,6
Total		236	143	60,6



fechar

**Espécies de peixes consumidas pelas 143 famílias entrevistadas entre abril e maio de 2006,
segundo frequência de citações em cada entrevista**

Nome vulgar	Nome científico	Família	Ocorrências	(%)
1. Pacu	Mylossoma spp/ Myleus spp/ Metynnis spp	Characidae	138	96,50
2. Aruanã	Osteoglossum bicirrhosum	Osteoglossidae	128	89,51
3. Curimatã	Prochilodus nigricans	Prochilodontidae	124	86,71
4. Tucunaré	Cichla spp	Cichlidae	124	86,71
5. Piranha	Serrasalmus spp/ Pygocentrus nattereri	Characidae	122	85,31
6. Surubim	Pseudoplatystoma fasciatum	Pimelodidae	119	83,22
7. Pirapitinga	Piaractus brachypomus	Characidae	118	82,52
8. Sardinha	Triportheus spp	Characidae	117	81,82
9. Tambaqui	Colossoma macropomum	Characidae	117	81,82
10. Matrinxã	Brycon amazonicus	Characidae	117	81,82
11. Piau/aracu	Leporinus spp/ Rhytidodus spp/ Schizodon spp	Anostomidae	114	79,72
12. Caparari	Pseudoplatystoma tigrinum	Pimelodidae	113	79,02
13. Branquinha/mocinha	Potamorhina spp	Curimatidae	107	74,83
14. Pirarara	Phractocephalus hemiliopterus	Pimelodidae	96	67,13
15. Bodó	Liporsarcus pardalis	Loricariidae	96	67,13
16. Acará-açu	Astronotus ocellatus	Cichlidae	94	65,73
17. Jaraqui	Semaprochilodus spp	Prochilodontidae	88	61,54
18. Jaú	Zungaro zungaro	Pimelodidae	83	58,04
19. Traíra	Hoplias malabaricus	Erythrinidae	82	57,34
20. Jandiá	Leiarus marmoratus	Pimelodidae	79	55,24
21. Mandi	Pimelodus spp	Pimelodidae	76	53,15
22. Acará	alguns gêneros	Cichlidae	74	51,75
23. Pescada	Plagioscion squamosissimus	Sciaenidae	73	51,05
24. Mamuri/jatuarana	Brycon melanopterus	Characidae	28	19,58
25. Apapá/sardinhão	Pellona spp	Clupeidae	24	16,78
26. Mapará	Hypophthalmus spp	Hypophthalmidae	18	12,59
27. Bico-de-pato	Sorubim lima	Pimelodidae	16	11,19
28. Jeju	Hoplerythrinus spp	Erythrinidae	15	10,49
29. Cuiú-cuiú	Pseudodoras niger	Doradidae	14	9,79
30. Jacundá	Crenicichla spp	Cichlidae	6	4,20
31. Barba de pena	Goslinia platynema	Pimelodidae	4	2,80



fechar

Percentual de famílias envolvidas na pesca comercial, por setores da RDS Uacari

Setor	nº de entrevistas	nº de famílias pesca p/ vender	% de famílias pesca p/ vender
1	18	16	88,89
2	23	10	43,48
3	19	15	78,95
4	23	18	78,26
5	19	5	26,32
6	41	20	48,78
Total	143	84	58,74



fechar



**Espécies de peixes comercializadas por 84 famílias da RDS Uacari,
segundo entrevistas realizadas entre os meses de abril e maio de 2006**

Nome vulgar	Nome científico	Família	Ocorrência	(%)
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Pimelodidade	84	100,00
Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Pimelodidade	84	100,00
Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	Pimelodidade	84	100,00
Jaú	<i>Zungaro zungaro</i>	Pimelodidade	84	100,00
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	Pimelodidade	48	57,14
Piraíba/filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Pimelodidade	46	54,76
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	Characidae	36	42,86
Pirauaca	<i>Surubimichthys planiceps</i>	Pimelodidade	33	39,29
Camisa de meia	<i>Brachyplatystoma juruense</i>	Pimelodidade	22	26,19
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>	Characidae	20	23,81
Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Osteoglossidae	11	13,01
Matrinxã	<i>Brycon amazonicus</i>	Characidae	10	11,90
Tucunaré	<i>Cichla spp</i>	Cichlidae	7	8,33
Pacu	<i>Mylossoma spp/ Myleus spp/ Metynnis spp</i>	Characidae	7	8,33
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	Osteoglossidae	4	4,76

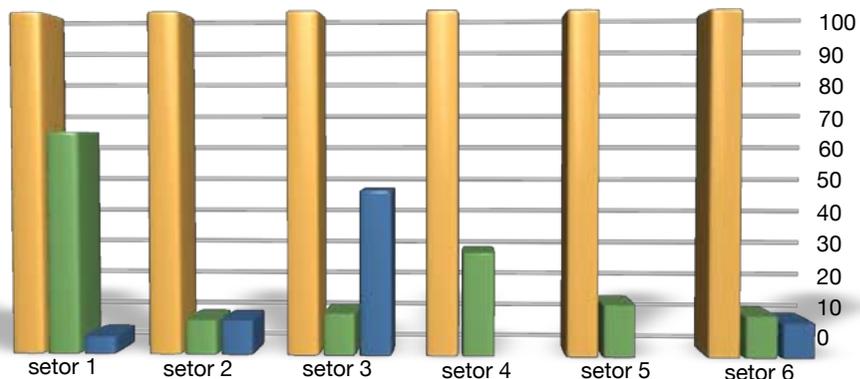


fechar



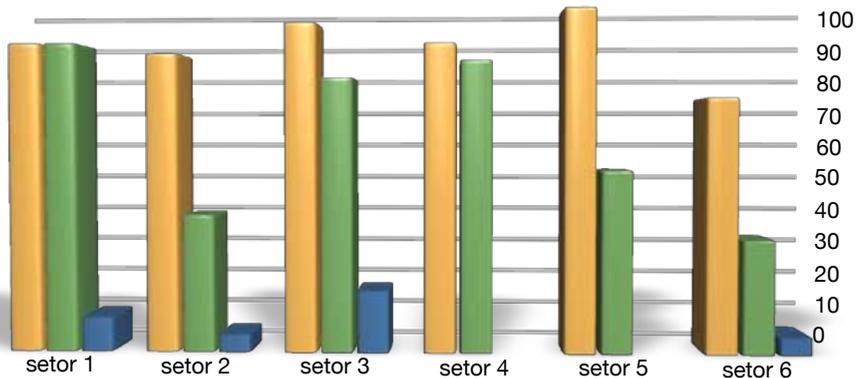
Destino dos peixes de escama e lisos capturados pelos moradores da RDS Uacari

Destino dos peixes de escamas



come vende troca

Destino dos peixes lisos



come vende troca



fechar

AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS* *EXPANSA* (TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL



Artigos



avançar

Soledad Maria Holzhausen Novelle

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Sandra Moreira do Nascimento

Centro de Preservação e Pesquisa de Quelônios da Amazônia Manaus Energia S/A

Deisi Cristiane Balensiefer

Reserva Biológica Uatumã

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)

Foto: Caio Pamplona

AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS EXPANSA* (*TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE*) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Introdução

O declínio da biodiversidade mundial tem sido acelerado por fatores tais como a perda, degradação e fragmentação dos habitats, resultando em ecossistemas empobrecidos e disfuncionais (WILSON, 1998; HUNTER, 1996). A perda de habitat é uma das causas primárias do declínio de populações de quelônios terrestres e de água doce no mundo (MITCHELL; KLEMENS, 2000; MOLL, D.; MOLL, E. O., 2004). A eliminação dos locais de desova reduz o sucesso reprodutivo e pode levar à diminuição da população e alteração da estrutura demográfica. *Podocnemis expansa* (tartaruga-da-amazônia) é um quelônio de distribuição ampla cujas fêmeas depositam seus ovos em praias arenosas (VANZOLINI, 2003) e seu ciclo reprodutivo é afetado pelo nível de água dos rios. Esta espécie tem atraído muita atenção desde os primeiros tempos (HUMBOLDT, 1970) por ser apreciada na culinária local. Devido a sua vulnerabilidade, principalmente relacionada com a deposição de ovos em agrupamento de fêmeas e a predação humana irracional, esta espécie tem sido o foco de esforços conservacionistas.

O lago de Balbina, formado pela construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (UHE de Balbina) em 1987, deixou submersas praias de desova de *P. expansa* no rio Uatumã (RIBEIRO, 2005) e atualmen-

te apenas duas praias no rio Pitinga, no interior da Reserva Biológica Uatumã, abrigam desovas da espécie no local. O objetivo deste estudo foi avaliar as áreas de nidificação de *P. expansa* remanescentes após a construção da UHE de Balbina, na Rebio Uatumã, para subsidiar futuras ações de recuperação e conservação da espécie na UC.



Artigos



AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS EXPANSA* (*TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE*) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Metodologia

A Rebio Uatumã (942.779 ha) está localizada na margem esquerda do reservatório da UHE Balbina na bacia do rio Uatumã. Os tabuleiros de desova de *P. expansa*, remanescentes após o alagamento (Arapari: 01°02'04.9" S, 59°32'34.9" O e Sororoca: 01°00'22.5" S, 59°28'59.4" O) e duas pontas de praia (Ilha do Papagaio: 00°58'34.2" S, 59°28'49.2" O e Ponta 2: 00°59'41.7" S, 59°28'42.6" O), foram monitorados nas estações reprodutivas de 2000 a 2006. Foi estimado o número de covas por tabuleiro nas estações reprodutivas de 2000 a 2003. Nas estações reprodutivas de 2002 e 2004 a 2006, as covas foram abertas para registro de ovos e taxa de eclosão (nº filhotes vivos/nº total de ovos*100). Em 2006, as covas foram amostradas e em 10 delas foram implantados *dataloggers* para monitoramento da temperatura e umidade. Também foram medidos o comprimento, a largura e a altura dos dois tabuleiros.



Artigos



AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS EXPANSA* (*TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE*) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Resultados

Nas estações reprodutivas de 2000 e 2003 foram estimadas, para o tabuleiro Sororoca, 40 e 50 covas de *P. expansa*, respectivamente, e para o tabuleiro Arapari, 30 covas em 2000 e nenhuma postura em 2003. Em 2001, também não ocorreu desova no tabuleiro Arapari, enquanto que no tabuleiro Sororoca não foi possível estimar o número de covas em consequência da sobrepostura dos ninhos (NASCIMENTO, 2003).

Na estação reprodutiva de 2002, foram estimadas 30 covas de *P. expansa* no tabuleiro Sororoca e 12 covas foram amostradas (NASCIMENTO, 2003). A média foi de 125 ovos/ninho e a taxa de eclosão total do tabuleiro foi de 44,2%. Nessa estação foram encontradas, nas duas pontas de praia e no tabuleiro Arapari, um ninho de tartaruga por local. Na Ilha do Papagaio, a cova possuía 103 ovos e a taxa de eclosão foi de 71,8%. Na Ponta 2 foram encontrados 93 ovos apodrecidos por fungos e larvas e nenhum filhote vivo. No tabuleiro Arapari, a taxa de eclosão foi de 59,3% dos 54 ovos do ninho (NASCIMENTO, 2003).

Em 2004 foram encontradas quatro covas de *P. expansa* no tabuleiro Sororoca. A média foi de 116 ovos por ninho e foi calculada uma suposta taxa de eclosão do tabuleiro de 47%, uma vez que foram retirados os ovos inviáveis (apodrecidos por fungos e larvas)

das covas, deixados apenas os ovos passíveis de nascimento e não houve monitoramento dos ninhos no final da estação reprodutiva. No tabuleiro Arapari foram encontrados três ninhos, mas não foram monitorados (RIBEIRO, 2005).

O tabuleiro Sororoca praticamente deixou de ser freqüentado pelas fêmeas de *P. expansa* a partir da estação reprodutiva de 2005, tendo sido encontrados apenas dois ninhos com 88 e 72 ovos e taxa de eclosão de 67 e 33,3%, respectivamente. Nessa estação, ocorreu uma desova de tartaruga em cada uma das pontas de praia, com 93 e 77 ovos e taxa de eclosão de zero e 70,1%, respectivamente, na Ilha do Papagaio e Ponta 2. Aproximadamente 30 covas de tartaruga foram estimadas no tabuleiro Arapari nesse ano e 15 delas foram amostradas. A média foi de 101 ovos/cova e a taxa de eclosão total do tabuleiro foi de 62,3%.

Na estação reprodutiva de 2006, na Ponta 2, Ilha do Papagaio e tabuleiro Sororoca foi encontrada uma cova por local, com 93, 103 e 54 ovos e zero, 71,8 e 59,3% de taxa de eclosão, respectivamente. No tabuleiro Arapari, 22 covas foram amostradas, com estimativa de aproximadamente o dobro de fêmeas de tartaruga terem desovado no local. A média foi de 106 ovos/ninho e a taxa de eclosão total do tabuleiro foi de 34,5%. A área total dos tabuleiros Arapari e Sororoca



Artigos



avançar

1

2

AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS EXPANSA* (*TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE*) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

em 2006 foram de 214,7 m² e 147,8 m² e a altura em relação à água foram de 1,2 m e 0,9 m, respectivamente. A temperatura durante o período de incubação dos ovos foi de 30,1°C (amplitude 24,4 – 48,5°C) e a umidade relativa foi de 82,8% (amplitude 60,8 - 100%). Em todas as estações reprodutivas monitoradas, os filhotes vivos foram liberados nos igarapés próximos aos locais de desova.



Artigos



voltar

1

2



AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS EXPANSA* (*TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE*) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Conclusões

Os tabuleiros amostrados foram profundamente afetados pelo surgimento do lago de Balbina e atualmente não apresentam condições ideais de umidade, temperatura, espaço e qualidade do substrato para o desenvolvimento dos ovos de *P. expansa*. A sobrepostura das covas em todas as estações reprodutivas, ocorrendo no centro dos tabuleiros, impossibilitou a contagem exata do número de ninhos e promoveu a destruição de ovos de ninhos anteriores aos que estavam sendo construídos pelas fêmeas.

De 2000 a 2003, o tabuleiro mais freqüentado pelas fêmeas foi o Sororoca, provavelmente porque o tabuleiro Arapari, durante esta época, encontrava-se praticamente coberto por vegetação rasteira o que diminuía a área disponível para a construção de ninhos (NASCIMENTO, 2003). O tabuleiro Sororoca sofreu assoreamento a partir de 2004, tornando-se extremamente baixo e úmido e apenas quatro covas foram encontradas no tabuleiro nesta estação. Com a limpeza do tabuleiro Arapari (retirada da vegetação rasteira e poda de árvores próximas ao centro do tabuleiro), este local começou a ser freqüentado pelas fêmeas a partir da estação reprodutiva de 2005 e atualmente é um dos únicos locais de desova da espécie na reserva, apesar da alta umidade, a vegetação arbórea estar muito próxima aos ninhos e a quantidade de raízes no substrato ser elevada. Esses

fatores associados diminuem a taxa de eclosão dos filhotes, pois os ovos apodrecem pelo excesso de fungos. Alguns filhotes que se desenvolvem são encontrados mortos no interior das covas, pois não conseguem ultrapassar a barreira dos ovos apodrecidos associada com o solo compacto do tabuleiro. As taxas de eclosão para a reserva, máxima de 62,3% na estação reprodutiva de 2005, são inferiores as taxas de desova relatadas para outros locais de *P. expansa* na Amazônia, que chegam a 89 e 93% nos rios Purus e Trombetas, respectivamente (VANZOLINI, 2003).

A Rebio Uatumã foi criada para compensar o impacto causado pela formação do reservatório da UHE de Balbina (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 1997). A recuperação dos tabuleiros de desova é o mínimo que deve ser feito para viabilizar a continuidade da população de *P. expansa* no local.

O aporte financeiro para a realização deste trabalho foi oriundo do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA/MMA e de recursos da compensação ambiental.



Artigos



AVALIAÇÃO DOS TABULEIROS DE DESOVA DE *PODOCNEMIS EXPANSA* (*TESTUDINES, PODOCNEMIDIDAE*) NA REBIO UATUMÃ, AMAZÔNIA CENTRAL

Introdução

Metodologia

Resultados

Conclusão

Referências bibliográficas

Referências

HUMBOLDT, A. V. **Relation historique du Voyage aux Régions équinoxiales du Nouveau Continent, etc.** Stuttgart: hrsg von Hanno Beck, 1970. v. 1.

HUNTER, M. L. J. **Fundamental of conservation biology.** Cambridge: Blackwell Scientific Publications, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de manejo fase I:** Reserva Biológica do Uatumã. Brasília, 1997.

MITCHELL, J. C.; KLEMENS, M. W. Primary and secondary effects of habitat alteration. In: KLEMENS, M. W. (Ed.). **Turtle conservation.** Washington: Smithsonian Institution, 2000. p. 4-32.

MOLL, D.; MOLL, E. O. **The ecology, exploitation, and conservation of River Turtles.** New York: Oxford University, 2004.

NASCIMENTO, S. M. **Relatório de atividades do CPPQA Reserva Biológica Uatumã de 2000 a 2003.** [S.l.]: IBAMA, 2003.

RIBEIRO, B. A. R. **Proteção e manejo de quelônios na REBIO Uatumã – Atividades de 2004.** [S.l.]: IBAMA, 2005.

VANZOLINI, P. E. On clutch size and hatching success of the South American turtles *Podocnemis expansa* (Schweigger, 1812) and *P. unifilis* Troschel, 1848 (Testudines, Podocnemididae). **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 75, n. 4, p. 415-430, 2003.

WILSON, E. O. **Biodiversity.** Washington, D.C.: National Academy Press, 1998.



Artigos



**Posturas de *P. expansa* nos tabuleiros e pontas de praia no rio Pitinga no interior da
Rebio Uatumã nas estações reprodutivas de 2000 a 2006.**

Estação Reprodutiva	Tabuleiro	Covas Estimadas	Covas Amostradas
2000	Sororoca 40 0	40	0
	Arapari 30 0	30	0
2001	Sororoca *		
	Arapari 0 0	0	0
	Sororoca 30 12	30	12
	Arapari 1 1	1	1
	Ilha do Papagaio 1 1	1	1
	Ponta 2 1 1	1	1
2003	Sororoca 50 0	50	0
	Arapari 0 0	0	0
2004	Sororoca 4 4	4	4
	Arapari 3 0	3	0
2005	Sororoca 2 2	2	2
	Arapari 30 15	30	15
	Ilha do Papagaio 1 1	1	1
	Ponta 2 1 1	1	1
2006	Sororoca 1 1	1	1
	Arapari 44 22	44	22
	Ilha do Papagaio 1 1	1	1
	Ponta 2 1 1	1	1

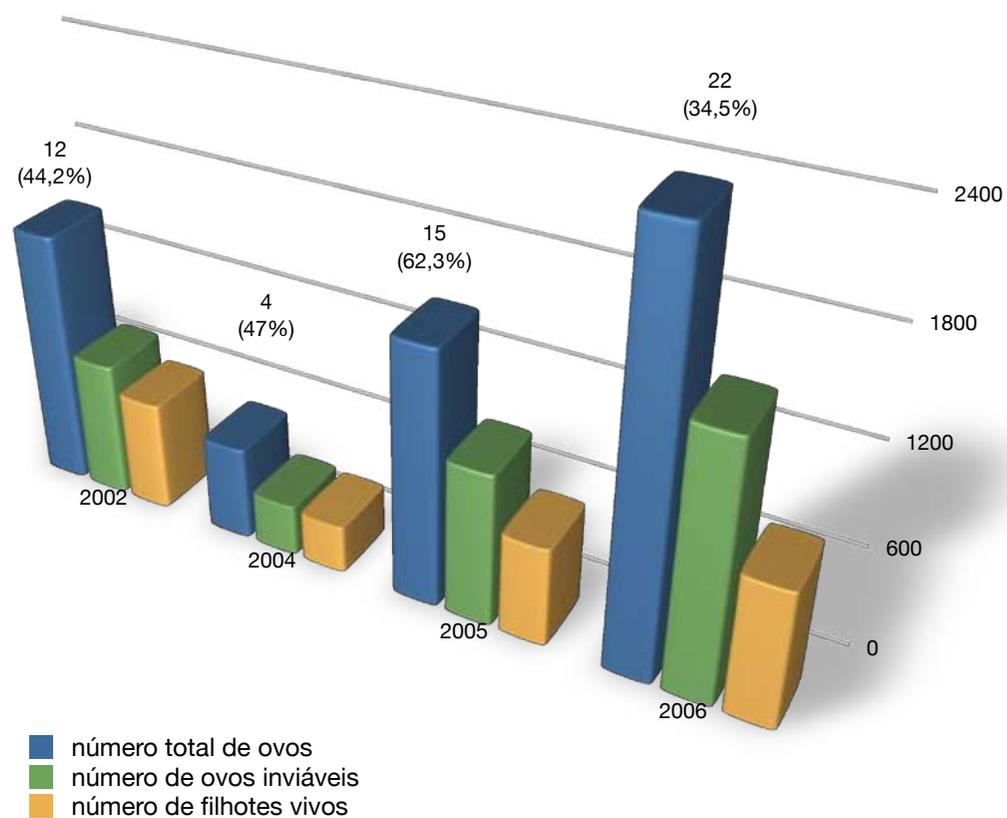
*Não foi possível estimar número de covas.



fechar



Covas de *P. expansa* amostradas na Rebio Uatumã nas estações reprodutivas de 2002 e 2004 no tabuleiro Sororoca; 2005 e 2006 no tabuleiro Arapari. Número de covas amostradas e taxa de eclosão (%) são apresentados acima das barras.



fechar



PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Marina Kahn

Subcomponente Participação Comunitária
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)



Artigos



avançar

Foto: Funbio/Camila Gomes

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Introdução

Considerações Finais

Referências bibliográficas

Introdução

Quando concebido o Programa Arpa, os parceiros envolvidos em seu desenho não deixaram de lado as populações afetadas pela presença das unidades de conservação a serem criadas ou implementadas pelo programa. Ou seja, destinaram uma parcela dos recursos da doação para compor uma carteira de projetos socioambientais, de natureza compensatória, que pudesse promover iniciativas destinadas a fortalecer "(...) a participação comunitária no estabelecimento e consolidação das Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI), com a elaboração e implementação de subprojetos em benefício das comunidades na área de influência dessas unidades de conservação apoiadas pelo Programa Arpa" (BRASIL, 2005), conforme os termos do Manual Operacional.

O Funbio, instituição já indicada para gerir os recursos financeiros do Arpa, tinha experiência acumulada em linhas de fomento a projetos comunitários, todas viabilizadas por meio de diferentes editais lançados desde 1997. Aos doadores mostrou-se habilitado e interessado em conduzir a execução do subcomponente relacionado ao Componente 2, justamente o de consolidação das UCPI já existentes e a serem ainda criadas pelo Arpa.

Se na etapa de planejamento do Programa havia certo consenso quanto à importância estratégica da inclusão das populações locais

como co-responsáveis pela proteção das UCs - a maior parte designada por "populações tradicionais" -, alguns questionamentos colocavam à prova a natureza desse subcomponente, a começar pelo conceito de "população afetada". De um lado, conservacionistas consideram as próprias unidades de conservação e seus recursos naturais os mais afetados pela presença humana e, de outro, os que acreditam na sinergia entre as populações humanas e a natureza; estes são convictos de que é o conhecimento das diversas sociedades e sua capacidade de manejarem o meio natural os grandes responsáveis não só pela conservação da biodiversidade como também por sua **gênese**.

Independentemente desse pano de fundo, o fato é que o Funbio levou tempo para consolidar um modelo de edital que respondesse de forma satisfatória a essa e outras questões que refletem o próprio debate em torno da sustentabilidade do apoio a populações na difícil tarefa de colaborar na proteção dos vários biomas e seus recursos naturais. O fórum maior de deliberação do Funbio, o Conselho Deliberativo, expressava essa divisão de posturas, bem como o quadro técnico responsável por formular uma proposta de edital. Oscilava-se, de um lado, entre assumir pragmaticamente o caráter "compensatório" do subcomponente o que faria valer as necessida-



Artigos



avançar

1

2

3

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Introdução

Considerações Finais

Referências bibliográficas

des das comunidades, expressas em “[lista de compras](#)” ou, de outro, lançar uma linha de projetos mais “estruturantes”, ou seja, que desse continuidade a trabalhos já iniciados e que necessitavam apenas de complementação para colherem resultados verificáveis ou viessem propor ações de várias instituições integradas ou associadas para garantir a continuidade dos trabalhos mesmo depois de encerrada a fase de apoio do Arpa.

A solução encontrada foi buscar um equilíbrio entre essas duas tendências, o que se traduziu nos critérios e na postura positiva que nortearam a análise do Comitê de Avaliação instituído para selecionar as propostas enviadas. Este artigo vem fazer um balanço de como a questão foi conduzida no Funbio e que culminou na [aprovação de 14 projetos de um total de 17 enviados](#).

Da publicação do edital ao recebimento das propostas

Um dos aspectos inovadores do Funbio e pactuado com o Banco Mundial, o doador exclusivo do subcomponente, foi fazer um roteiro de viagens nas regiões onde havia instituições da sociedade civil atuando com as comunidades que poderiam beneficiar-se do apoio do Arpa. O Edital priorizava aquelas cuja presença e atuação na área do projeto fosse constante, legítima e reconhecida, pois seriam elas as responsáveis por coordenar as atividades e gerir os recursos a serem aplicados. A pró-atividade do Funbio resultava de um diagnóstico interno sobre a dificuldade de pequenas instituições locais em traduzir suas necessidades de atuação na linguagem de projetos; respondia,

também, à demanda da representação da sociedade civil no Comitê de Projetos do Arpa, de estimular ONGs locais a disputarem pelos recursos do subcomponente e evitar que apenas as maiores ONGs nacionais tivessem condições de concorrer. Aliado a esses dois fatores, estimou-se que o total de recursos destinados ao subcomponente era pequeno demais para essas grandes ONGs e suficiente para aquelas que dificilmente tinham acesso a apoios dessa natureza e escala de doação – um total de aproximadamente 400 mil reais para cada entorno de UC, para um prazo de três anos de execução, sem restrição da quantidade de instituições concorrendo, o que forçaria o diálogo e a negociação entre elas para uma ação complementar e não competitiva.

Os gestores das UCs tiveram papel fundamental para mobilizar os potenciais candidatos, a maior parte deles desconhecidos do Funbio. Nessas viagens, a coordenação do subcomponente no Funbio não apenas esclarecia e tirava dúvidas sobre o que o determinava o Edital, como explicava o formulário e os passos para compreenderem e preencherem a matriz lógica. Era, na realidade, uma micro oficina sobre elaboração de projetos e a explicitação dos aspectos que seriam mais valorizados na análise da proposta. Foi um momento importante para reforçar a expectativa do Funbio de promover uma integração entre as ONGs locais não necessariamente para ações comuns mas para complementarem metas que tivessem como foco a proteção dos recursos naturais da UC de referência. Conseguiu-se êxito nessa diretriz, sobretudo em relação ao Parque Nacional Serra



Artigos



avançar



voltar

1

2

3

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Introdução

Considerações Finais

Referências bibliográficas

do Divisor (AC) e ao Parque Estadual do Cantão (TO).

Outro aspecto que vale ser destacado é que tanto o contrato como todos os modelos de formulário para cada fase de execução do projeto, incluídos aí os relatórios narrativos e financeiros, foram anexados ao Edital, para garantir a transparência de todo o processo.

Da aprovação das propostas à assinatura dos contratos

Catorze projetos concorreram e apenas dois não foram aprovados. Esse resultado certamente surpreendeu. Em primeiro lugar, pela diversidade de instituições candidatas, o que revelou haver, em nível local, mais instituições do que se calculava com prontidão para concorrer a um edital. Depois, pela disciplina no preenchimento de todos os requisitos, sobretudo a matriz lógica, uma forma pouco familiar ao que a maior parte das instituições está habituada a fazer. Os critérios que regeram a seleção, valendo uma pontuação de 1 a 3, com **nota mínima de 15 pontos para aprovação**, foram:

1. Integração dos atores locais tais como: povos indígenas, artesãos, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, assentados rurais, entre outros;
2. Legitimidade da instituição Responsável pelo Projeto na região do entorno.
3. Definição de estratégias de avaliação e acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho pelos parceiros locais e o gestor da UC de referência.
4. Referência às estratégias do Plano de Manejo da UC.

5. Exequibilidade do Plano de Trabalho (análise do orçamento).

6. Grau de inovação em boas práticas ambientais.

7. Capacidade do projeto para oferecer alternativas de renda aos beneficiários.

8. Plano de trabalho com visão e foco para médio e longo prazos.

9. Sinergia do plano de trabalho com instituições do entorno da UC de referência (via contrapartidas).

Até a data de fechamento desse artigo, em setembro de 2008, duas instituições não conseguiram assinar o contrato com o Funbio. Sintomaticamente, são por razões político-administrativas das associações: entre o prazo de envio do projeto, sua aprovação e a revisão do Plano de Trabalho sugerida pelo Comitê de Avaliação ou ocorreram mudanças de diretoria, ou a atualidade das certidões negativas junto à Receita Federal e ao INSS sofreram reveses. Num dos casos, especificamente, o tesoureiro de uma Associação não aceitava a indicação do ordenador de despesas do projeto, o que implicou na mobilização de uma nova assembléia de sócios para resolver o impasse. O Funbio negociou os prazos com o Banco Mundial que não objetou o adiamento, colocando o mês de setembro como prazo final definitivo para encerrar os processos de contratação dos projetos.



Artigos



voltar

1

2

3



PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Introdução

Considerações Finais

Referências bibliográficas

Considerações Finais

O Funbio e o Comitê de Análise das propostas creditam a qualidade satisfatória dos projetos enviados àquela rodada de viagens que orientou os potenciais candidatos.

No entanto, vale destacar dois aspectos que o Funbio levará em consideração para negociar a segunda fase do Programa Arpa para o subcomponente. O primeiro é o critério de escolha da UC em função do Plano de Manejo concluído e do Conselho Consultivo instituído. Dos 16 projetos analisados, a menção ao Plano de Manejo da UC de referência foi protocolar, ou seja, respondeu a um critério do Edital, mas não teve nenhuma relação complementar às atividades dos projetos. Planos de Manejo são, na maioria das vezes, estudos dirigidos para as UCs e o que se observa é que a maior parte deles faz referência ao entorno porque nele há continuidade de ecossistemas, mas não implicam ações vinculadas e coordenadas com seus moradores. O segundo aspecto diz respeito à obrigatoriedade da existência e efetividade do Conselho Consultivo, para que o entorno da UC se beneficiasse com o Edital. No caso das propostas daí advindas, os Conselhos Consultivos não cumpriram com um dos papéis que deveria ser dos principais, ou seja, o de fórum para sugerir, opinar ou balizar os projetos a serem apresentados na região de abrangência da UC. Algumas ONGs que concorreram têm assento no Conselho,

mas todas elas confirmaram que o tempo necessário para convocá-lo inviabilizaria a consulta. É caro, do ponto de vista de custos, convocar esses Conselhos para agendas extraordinárias, o que nos faz considerar a necessidade de revisão de seu modelo gerencial. Talvez a criação de fóruns técnicos dentro do Conselho permitisse ao gestor da UC convocar um ou outro sempre que um fato específico recomendasse uma atuação mais sintonizada com a multiplicidade de agendas da UC, tornando-o efetivamente participativo.

Para concluir, vale observar que a maior parte das propostas aprovadas são para promover ou buscar formas de geração de renda para as comunidades beneficiárias, ou seja, são ações que não trazem efeitos diretos às UCs mas que colaboraram para diminuir a pressão sobre os recursos naturais da região, o que vem ao encontro do que se esperava do subcomponente e da própria função das “áreas de amortecimento”.



Artigos



avancar

1

2



PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Introdução

Considerações Finais

Referências bibliográficas

A segunda fase do Arpa

Feitas essas considerações sobre como a obrigatoriedade de Planos de Manejo e Conselhos Consultivos não tenham sido fatores relevantes para a diversidade e a qualidade dos projetos apresentados no primeiro edital para o Subcomponente, o Funbio proporá aos doadores um patamar diferenciado para embasar a nova etapa de apoio a iniciativas comunitárias:

- 1.** Motivar a geração de renda por intermédio de prestação de serviços para a UC: guarda-parques, guias, motoristas, barqueiros, cozinha, fornecimento de alimentação com produtos locais etc.
- 2.** Induzir iniciativas em mosaicos de UCs localizados em regiões com pressão antrópica de natureza diversa, como é o caso da Terra do Meio no Pará ou do Setor Rio Negro no Amazonas, entre vários outros;
- 3.** Apoiar iniciativas já em curso daqueles gestores com maior prontidão para atuar com as populações vizinhas (por meio de acordos de pesca ou outros acordos do gênero para demais atividades de extrativismo de produtos florestais não madeireiros), com moradores dentro e fora das UCs.

Enquanto a negociação para a segunda fase do Arpa não se concluir, o Funbio prossegue monitorando e orientando os projetos contratados, com vistas a aprimorar a capacidade de gestão dos seus executores.



Artigos



voltar

1

2



PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UM BALANÇO DO SUBCOMPONENTE

Introdução

Considerações Finais

Referências bibliográficas

Referências

ALMANAQUE Brasil Socioambiental 2005. São Paulo: ISA, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. **Manual operacional**. Volume II, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. **Gestão participativa do SNUC**. Brasília, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. 735 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEDEIROS, R.; IRVING, Marta de Azevedo; GARAY, I. E. G. Áreas protegidas no Brasil: entendendo o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**. Rio de Janeiro: Eicos, 2006.



Artigos

